

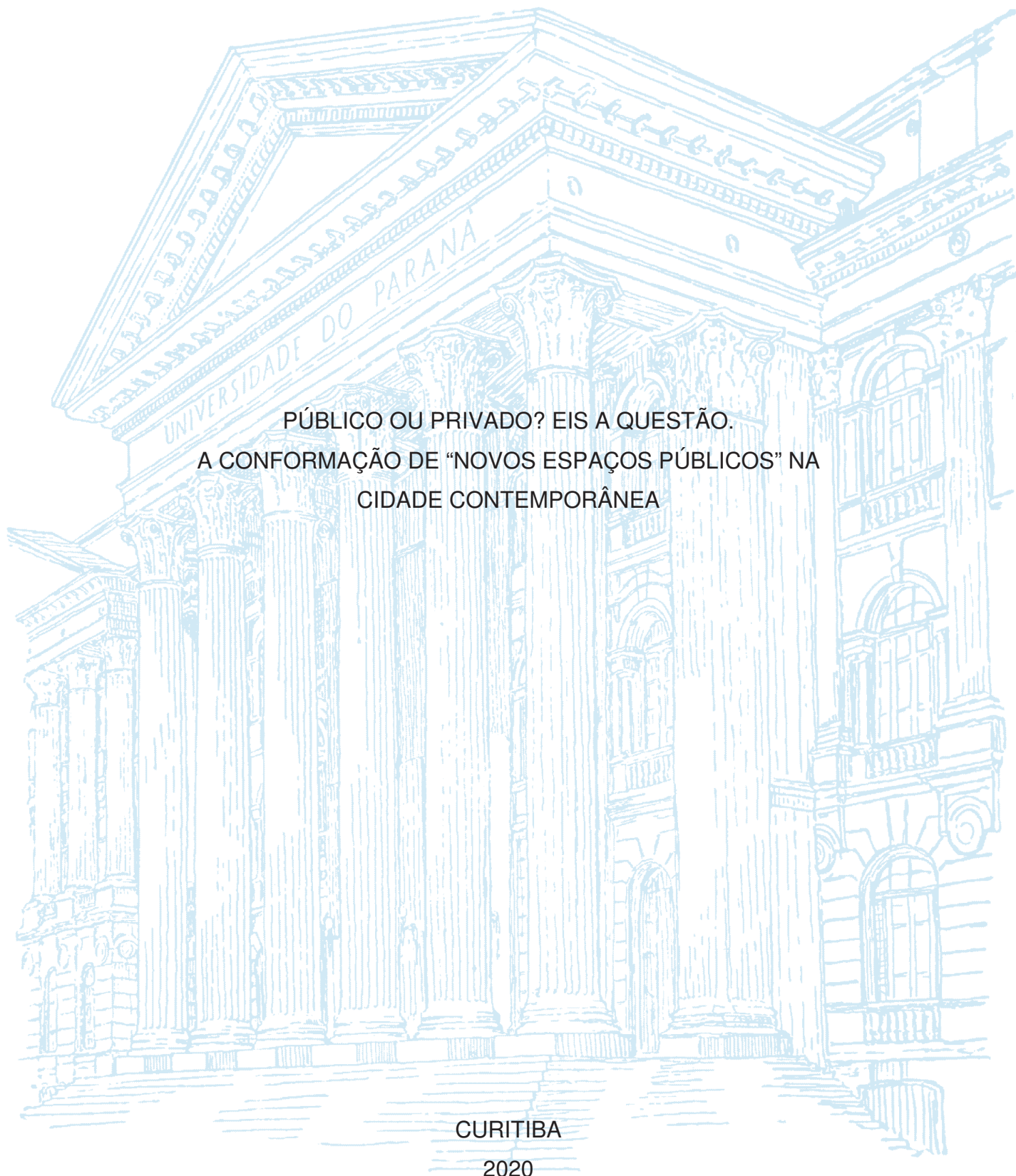
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GLÁUCIA HELENA DALMOLIN

PÚBLICO OU PRIVADO? EIS A QUESTÃO.
A CONFORMAÇÃO DE “NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS” NA
CIDADE CONTEMPORÂNEA

CURITIBA

2020



GLÁUCIA HELENA DALMOLIN

PÚBLICO OU PRIVADO? EIS A QUESTÃO.
A CONFORMAÇÃO DE “NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS” NA
CIDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

CURITIBA

2020

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

D148p Dalmolin, Gláucia Helena
Público ou privado? Eis a questão. a conformação de “novos espaços públicos” na cidade contemporânea [recurso eletrônico] / Gláucia Helena Dalmolin – Curitiba, 2020.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

1. Espaços públicos. 2. Espaços Públicos de Propriedade Privada. I. Universidade Federal do Paraná. II. Rosaneli, Alessandro Filla. III. Título.

CDD: 711.4

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO - 40001016104P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GLAUCIA HELENA DALMOLIN** intitulada: **Público ou privado? Eis a questão. A conformação de novos espaços públicos na cidade contemporânea.**, sob orientação do Prof. Dr. ALESSANDRO FILLA ROSANELI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
10/09/2020 11:44:09.0
ALESSANDRO FILLA ROSANELI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
10/09/2020 10:34:42.0
MILENA KANASHIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica
10/09/2020 17:28:26.0
FABIO MARIZ GONÇALVES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
10/09/2020 11:54:24.0
DANIELE REGINA PONTES
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

“Público” e “privado” são termos tradicionalmente apreendidos como opostos e dicotômicos. Entretanto, a recorrente indistinção entre essas esferas na sociedade contemporânea tem sido cada vez mais observada pela apropriação de espaços públicos e, opostamente, através da propagação de empreendimentos privados que se abrem ao usufruto público – os “novos espaços públicos” –, além de normativas para a “Fruição pública” em lote privado, presente em legislações urbanísticas de municípios brasileiros. Mas, afinal, em que medida um espaço privado consegue prover a esfera pública? Tal questão adveio tanto da real possibilidade de harmonização dessas esferas em um mesmo espaço físico, quanto da pretensa capacidade de os espaços privados comportarem características materiais e imateriais inerentes aos espaços públicos. Considerando que o caráter público ou privado de um espaço está vinculado às permissões e proibições estabelecidas pela gestão, o objetivo foi verificar se a instauração de uma gestão pública ampliaria as possibilidades de realização da esfera pública. Esse fato foi investigado por aplicação de métodos qualitativos, comparando-se atividades realizadas e perfil do público frequentador em espaços de ambas as esferas, na cidade de Curitiba-PR. Os resultados demarcaram que a gestão pública, de fato, possibilita maior diversidade de usuários e atividades, enfatizando-se a importância dos investimentos constantes para a qualificação física e ocupação desses locais. Entretanto, entendeu-se que ponderar sobre conformação de espaços públicos em propriedade privada, a partir de uma gestão pública, envolve uma ampliação na amostra dos espaços públicos e privados a serem observados.

Palavras-chave: Espaços públicos. Espaços Públicos de Propriedade Privada.
Fruição pública.

ABSTRACT

"Public" and "private" are terms that are traditionally apprehended as opposites to one another and dichotomic. However, the recurring indistinction between these two spheres in contemporary society has been increasingly observed through the appropriation of public spaces, and oppositely through the propagation of private ventures that open themselves up to public use – the "new public spaces" – in addition to rulings for "Public fruition" in private lots, which are present in urban legislations in Brazilian cities. To what extent, therefore, can a private space provide a public sphere? Such question came as much from the real possibility of balancing these spheres in the same physical space as from the alleged capacity for public spaces to accommodate material and immaterial characteristics that are inherent to public spaces. We discuss whether the public or private character of a space is associated with permissions and prohibitions established by administration and, therefore, if public management would amplify the possibilities for the achievement of a public sphere. This was investigated through the application of qualitative methods, comparing the activities carried out and the profile of the public who attends the spaces in both spheres, in the city of Curitiba-PR. The results indicated that, public management, in fact, allows for a greater diversity of user profiles and activities, emphasizing the importance of governmental investments for the physical maintenance and occupation of these places. However, it was understood that further analysis of the conformation of public spaces on private property, based on public management, would require an expansion in the sample of public and private spaces to be observed..

Keywords: Public spaces. Privately Owned Public Spaces. Public fruition.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O ATOR LAURENCE OLIVIER, EM ADAPTAÇÃO PARA O CINEMA DA PEÇA HAMLET.	25
FIGURA 2 - OS ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME RAPOPORT	32
FIGURA 3 - RUA LUIZ XAVIER, TRECHO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, EM CURITIBA-PR	34
FIGURA 4 - DIAGRAMA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS BEM-SUCEDIDOS	38
FIGURA 5 - AUTORRETRATO COM GORRO E OLHOS ARREGALADOS, DE REMBRANDT (1630)	40
FIGURA 6 - PARQUE POVO MÁRIO PIMENTA CAMARGO, EM SÃO PAULO-SP	46
FIGURA 7 – ESPAÇOS PÚBLICOS ABANDONADOS?	53
FIGURA 8 - PINTURA “TERRAÇO DO CAFÉ NA PLACE DU FORUM, ARLES, À NOITE”, VINCENT VAN GOGH.....	63
FIGURA 9 - PARÂMETRO URBANÍSTICO PARA FRUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO	66
FIGURA 10 - OBRIGATORIEDADE DA FRUIÇÃO PÚBLICA DE LOTE PRIVADO, EM CURITIBA.....	67
FIGURA 11 – INCENTIVO E INSPIRAÇÃO PARA OSPOPS DE NOVA IORQUE.....	68
FIGURA 12 - CAPA DO LIVRO “QUANDO A RUA VIRA CASA”	76
FIGURA 13 - PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER	81
FIGURA 14 - PRAÇA DO EDIFÍCIO NEO SUPER QUADRA	81
FIGURA 15 - PRAÇA DO EDIFÍCIO 1550 BATEL	82
FIGURA 16 - FRUIÇÃO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO	82
FIGURA 17 - PRAÇA DO JAPÃO	91
FIGURA 18 - PRAÇA PLÍNIO TOURINHO	91
FIGURA 19 - ENTORNO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS ANALISADOS	110
FIGURA 20 – POSSIBILIDADES DE ACESSO ÀS PRAÇAS DO EDIFÍCIO NEO SUPER QUADRA E EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER	111
FIGURA 21 - RECUO FRONTAL NA AV. CÂNDIDO DE ABREU	112
FIGURA 22 - BARREIRAS AO ACESSO NAS PRAÇAS PÚBLICAS.....	113
FIGURA 23 - DELIMITAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO FÍSICA DA PRAÇA PLÍNIO TOURINHO.....	113
FIGURA 24 - MONUMENTOS DA PRAÇA DO JAPÃO.....	114
FIGURA 25 - CONFIGURAÇÃO FÍSICA DOS ESPAÇOS PRIVADOS.....	115
FIGURA 26 - AUSÊNCIA DE SOMBRAS NA PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER	116
FIGURA 27 - OPORTUNIDADES PARA SENTAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	117
FIGURA 28 - ESPELHOS D’ÁGUA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	118
FIGURA 29 - INDICAÇÕES EXPLÍCITAS DAS NORMAS DE CONDUTAS EM PRAÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	119
FIGURA 30 - DURANTE A SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30)	141
FIGURA 31 - DURANTE A SEMANA, NO MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H).....	144
FIGURA 32 - DURANTE A SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H).....	147
FIGURA 33 - FINAL DE SEMANA, DE MANHÃ	150

FIGURA 34 - FINAL DE SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H).....	153
FIGURA 35 - FINAL DE SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H)	156
FIGURA 36 - DIVERSIDADE DE PÚBLICO E ATIVIDADES NA PRAÇA DO JAPÃO.....	158
FIGURA 37 - REDE DE RELACIONAMENTOS A PARTIR DO “PASSEIO COM O CACHORRO”.....	159
FIGURA 38 – PRAÇA PLÍNIO TOURINHO EM DOIS MOMENTOS.	161
FIGURA 39 – COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO NA FRUIÇÃO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO.....	162
FIGURA 40 - JARDINEIRO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO	163
FIGURA 41 –NA PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER	164
FIGURA 42 - ESTÉTICA IMPECÁVEL DA PRAÇA DO EDIFÍCIO 1550 BATEL	166
FIGURA 43 - MOBILIÁRIO NA PRAÇA DO EDIFÍCIO NEO SUPERQUADRA	168

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRAÇA DO JAPÃO: HORÁRIOS DE PICO EM NOVEMBRO DE 2019.....	92
GRÁFICO 2 - PRAÇA PLÍNIO TOURINHO: HORÁRIOS DE PICO EM NOVEMBRO DE 2019.....	93
GRÁFICO 3 - FREQUÊNCIA DE PÚBLICO POR GÊNERO	123
GRÁFICO 4 - FREQUÊNCIA DE PÚBLICO POR FAIXA ETÁRIA	124

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TRÊS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DA ANÁLISE SEMÂNTICA DESENVOLVIDA POR LAVALLE.....	30
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DAS DIMENSÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS (SÉCULOS XIV-XX)	31
QUADRO 3 - ESPAÇOS PRIVADOS ABERTOS AO USO PÚBLICO.....	80
QUADRO 4 - PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019	84
QUADRO 5 - TIPOLOGIA DE OITO FIGURAS DE THIBAUD	95
QUADRO 6 - LEGENDA PARA ANOTAÇÕES EM CAMPO	97
QUADRO 7 - VISITAS EM CAMPO NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.....	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO EM CAMPO	98
TABELA 2 - A QUANTIDADE DE PESSOAS FREQUENTADO OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	121
TABELA 3 - QUANTITATIVO TOTAL DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM MOVIMENTO E PERMANÊNCIA	126
TABELA 4 - PADRÕES DE ATIVIDADES REALIZADAS EM MOVIMENTO	128
TABELA 5 - PADRÕES DE ATIVIDADES CARACTERIZADAS PELA PERMANÊNCIA	129
TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	131

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - EXEMPLO DE CROQUI NAS PRAÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS	99
MAPA 2 - PONTOS DE OBSERVAÇÃO NOS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS.....	102
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	105
MAPA 4 - PRAÇAS PRIVADAS EM CURITIBA-PR.....	107
MAPA 5 - PRAÇA E FRUIÇÃO PRIVADAS, EM CURITIBA-PR.....	108
MAPA 6 - PRAÇAS PÚBLICAS, EM CURITIBA-PR	109
MAPA 7 - DURANTE A SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30)	140
MAPA 8 - DURANTE A SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)	143
MAPA 9 - DURANTE A SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H)	146
MAPA 10 - FINAL DE SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR 8H30).....	149
MAPA 11 - FINAL DE SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)	152
MAPA 12 - FINAL DE SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H).....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O ESTADO DA ARTE.....	17
MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	17
DISCUSSÃO	19
CAPITULO 01: O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONTEMPORANEIDADE.....	24
1. DISTINÇÃO	25
1.1. A CONDIÇÃO DICOTÔMICA.....	25
1.2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS	34
2. INDISTINÇÃO	40
2.1. A SOBERANIA DO PRIVADO	40
2.2. A INDISTINÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA CIDADE.....	46
3. COABITAÇÃO	53
3.1. AMEAÇAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS	53
3.2. COABITAÇÃO DAS ESFERAS NO PLANEJAMENTO URBANO	63
CAPITULO 02: UMA INCURSÃO SOBRE O MÉTODO	75
1. METODOLOGIA DE OBSERVAÇÃO DIRETA	76
2. PESQUISA DOCUMENTAL	78
2.1. DELIMITAÇÃO DOS CASOS: ESPAÇOS PRIVADOS	78
2.2. DELIMITAÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE: ESPAÇOS PÚBLICOS	82
3. ORGANIZAÇÃO PRÉ-CAMPO	94
3.1. PROTOCOLO	94
3.1.1. COLETA DE DADOS	94
3.1.2. COLETA DE DADOS COMPLEMENTARES.....	96
3.1.3. FERRAMENTAS	97
3.2. QUANDO E POR QUANTO TEMPO?	99
3.3. OLHAR A PARTIR DE UM LUGAR	101

CAPITULO 03: COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	103
1. CARACTERÍSTICAS DOS OBJETOS DE ESTUDO	105
2. RESULTADOS	120
2.1. USUÁRIOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	120
2.2. ATIVIDADES REALIZADAS.....	125
2.3. OCUPAÇÃO LOCAL	137
2.3.1. DIÁRIO DE CAMPO.....	138
3. REFLEXÕES SOBRE OS DADOS APRESENTADOS	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXO 1.....	188
ANEXO 2.....	191

INTRODUÇÃO

“Não dar nomes novos às coisas velhas nem dar nomes velhos às coisas novas.”
(Gaston Bachelard)

Essa epígrafe de Bachelard foi utilizada por Laval (2005) para discutir e descrever a variedade de campos semânticos atribuídos ao termo “público” e, nesse trabalho, visa contribuir com a discussão sobre a possibilidade de um espaço privado adquirir caráter público. O que a epígrafe adianta, portanto, é a questão central dessa pesquisa – a qual será delimitada mais precisamente ao final desta seção introdutória –, cuja investigação foi motivada por percepções nos espaços urbanos brasileiros que refletiriam o entendimento da relação entre as esferas pública e privada através de comportamentos corriqueiros nessa sociedade. Para citar alguns exemplos, observa-se que a população está residindo, cada vez mais, em espaços herméticos como os condomínios fechados, justificados pela proteção contra assaltos e outros crimes. E, quando não se sente segura o suficiente, apropria-se dos espaços das ruas, fechando-as com grades ou correntes. Aliás, apoderar-se de ruas e calçadas também ocorre em locais comerciais como os bares ou restaurantes, que ampliam seus espaços físicos para ofertar mais conforto para seus clientes, mesma motivação de hotéis à beira-mar, demarcando locais exclusivos nas praias. Destacando-se, ainda, locais públicos como museus, funcionando, progressivamente, a partir de propagandas ou patrocínios privados.

É com tanta naturalidade que a sociedade tem feito uso dos espaços públicos de forma particularizada, que não seria melhor se a responsabilidade por esses espaços fosse, de fato, repassada ao privado? Talvez, medidas normativas pudessem contribuir com a resolução de algumas dessas problemáticas. Até porque, em diversas cidades do mundo, a esfera privada já está sendo incitada pelo Estado para prover espaços públicos como parques, praças e calçadas e, além disso, já existem os ditos “novos espaços públicos” ou “espaços públicos de propriedade privada” como *shopping centers*, galerias comerciais ou parques temáticos, por exemplo, que são abertos ao público e, portanto, “comportam a vida pública”. É verdade que alguns autores como Caldeira (2003) ou Ghirardo (2002) insistem em denominá-los como “enclaves fortificados” ou “esferas sociais”, dadas algumas práticas exclusivistas de “raça”, sexo ou classe social que empregam. Mas esse fato

não seria um simples “detalhe” diante da contribuição arquitetônica, urbanística e morfológica que qualquer espaço de uso coletivo pode oferecer às cidades? Ainda mais quando se percebe uma impossibilidade real de qualquer espaço atender as necessidades de todos os usuários em todos os momentos.

É provável que essa contribuição seja o motivo para que normatizações para “Fruição pública” em lote privado, por exemplo, estejam sendo estimuladas no planejamento urbano de cidades brasileiras como São Paulo, Curitiba ou Belo Horizonte, já que as justificativas para essas leis, via de regra, associam-se à qualificação de ruas e calçadas adjacentes e, também, como suporte para o adensamento urbano e a ampliação de áreas livres. Mas, apesar de essas leis serem aparentemente benéficas para a cidade, será que elas não estão tratando, efetivamente, como um “detalhe” a possível exclusão de pessoas e atividades dos locais de uso público, já que a propriedade é privada? Afinal, em que medida o privado consegue proporcionar caráter público em seu espaço físico? Será que a sociedade contemporânea compreende o que significam locais adjetivados com os termos “público” e “privado”, visto que estão sugerindo a coabitação das esferas?

A pertinência dessas perguntas considera o fato de que, tradicionalmente, “público” e “privado” são apreendidos enquanto conceitos distintos, e isso significa que, se o primeiro representar a “abertura”, “visibilidade” ou “coletividade”, o segundo equivalerá ao “fechamento”, “ocultação” e “individualidade”. Nesse sentido, será que percepções opostas têm, realmente, condição de harmonizarem-se em um mesmo espaço físico, com ambas exercendo suas características intrínsecas? Além disso, entende-se que um dos agravantes desse questionamento seja o fato de a discussão ter alcançado âmbito estatal, ou seja, a provisão do caráter público pelo privado estar respaldada pela lei e, portanto, poder ser interpretada como exequível e justa.

Acrescenta-se que não se tratam de normatizações contempladas apenas no planejamento urbano brasileiro, visto que a cidade de Nova Iorque (EUA), por exemplo, possui legislação para promoção de “espaços públicos de propriedade privada” (*Privately Owned Public Space*, POPS) desde meados do século XX. Diferentemente do Brasil, a lei norte americana apresenta, claramente, a intenção de acomodar ambas as esferas no mesmo espaço físico, o que caracterizaria esses locais, simultaneamente, como particulares e inclusivos, para utilizar dois sinônimos

do entendimento de privado e público. Ao longo do tempo, essa ambiguidade repercutiu na realização de pesquisas nos POPS, cujo diagnóstico apontou para a ausência de um caráter efetivamente público em diversas situações, apesar de terem existido circunstâncias em que foi possível vislumbrar certa efetividade. Esses casos foram justificados, via de regra, pela forma de gestão dos empreendimentos, já que em determinadas situações, foi apontado que o gestor do “espaço público de propriedade privada” contribuía significativamente com a diversidade de atividades nos locais e, também, com comportamentos direcionados à inclusão social.

Entretanto, vale ressaltar que se trata da forma de apreensão desses espaços por parte de uma pessoa ou de uma corporação, por exemplo, o que denota a fragilidade dessa dinâmica, visto que pode se modificar a qualquer momento, bastando a troca do gestor ou a venda do empreendimento. Soma-se a isso o fato de que estaria ocorrendo um desequilíbrio na apreensão dos termos “público” e “privado” por parte da sociedade contemporânea, tendendo à supervalorização do segundo em detrimento do primeiro. Nessa argumentação, Sennett (2001) apontou que, desde o início do Período Moderno, estaríamos passando por processos de “centramento do indivíduo em sua intimidade”, que culminariam em uma “cultura narcísica”, isto é, o foco na individualidade seria um processo normalizado. Diante dessa circunstância, embora seja possível cogitar que se tratam de comportamentos inconscientes por parte de algumas pessoas – visto que as condutas são corriqueiras – subentende-se que um gestor ou corporação privativa espontaneamente beneficiará interesses particulares, sobrepondo-os aos interesses coletivos, quando achar conveniente.

Essa ênfase da sociedade ao que é privado seria vinculada ao que Sennett (2001) denominou “declínio do homem público”, algumas vezes atrelado a processos de decadência dos espaços públicos. Embora esse trabalho não tenha por objetivo aprofundar essa questão, acredita-se que essa possa ser uma das motivações pelas quais a esfera privada – arraigada no senso comum – esteja, continuamente, sendo “convocada” a ajudar a provê-los. Outros argumentos estariam vinculados à própria percepção de valor dos espaços públicos, a partir dos benefícios sociais, ambientais e econômicos que são capazes de proporcionar. Para Madanipour (2005), por exemplo, a perspectiva do lucro instigaria a criação de locais atraentes e seguros

aos investidores e turistas, ou seja, uma apreensão dos espaços públicos enquanto mercadorias.

Independentemente das motivações, ressalta-se que, na provisão do caráter público a partir da esfera privada, há que se ponderar o fato de abarcar a compreensão atual dos espaços públicos, ou seja, não poderá ocorrer a partir do entendimento da Antiguidade Clássica, por exemplo, onde havia a realização de um diálogo livre, mas somente uma parcela da população participava. Hoje, os espaços públicos são apreendidos a partir de uma dupla dimensão: material (espaço físico e elementos componentes) e imaterial (acessibilidade irrestrita, manifestação da opinião pública). Desse modo, avalia-se que o privado, provavelmente, supriria características atribuídas à dimensão material e, nesse sentido, uma regulamentação estatal poderia impedir construções de se isolarem dos espaços públicos adjacentes através de muros extensos, por exemplo, ou exigir a utilização de elementos físicos e materiais de acabamentos que não intimidem o acesso das pessoas. Entretanto, no que tange à dimensão imaterial, questiona-se sua efetividade, visto que, algumas vezes, as características que abarcam não se tornam efetivas nem mesmo nos espaços públicos.

Foi diante desse panorama que a epígrafe de Bachelard apresentou-se interessante para essa discussão. Com as esferas privada e pública entendidas como antagônicas, as características que as regem seriam distintas, gerando dúvidas sobre a probabilidade de harmonizarem-se em um mesmo espaço físico. Nesse sentido, os “espaços públicos de propriedade privada”, assim como normatizações para a “Fruição pública”, conformar-se-iam em locais privados capazes de realização da esfera pública, se essa for ao encontro de interesses particulares. Portanto, o que a pesquisa visa demonstrar é que o caráter público ou privado de um espaço está mais vinculado às permissões e proibições estabelecidas pela gestão, o que é evidenciado através da diversidade de usuários e atividades que comporta. Desse modo, se o objetivo for a conformação do uso público a partir da propriedade privada, então, é a instauração de uma gestão pública que ampliará as possibilidades de realização da esfera pública.

Portanto, essa pesquisa visa contribuir com discussões ponderadas por autores como Schmidt e Nemeth (2010) e Indovina (2002), por exemplo, que consideram a apreensão dos espaços públicos e privados a partir de uma acepção

gradativa de publicidade, isto é, com o privado sendo capaz de prover a esfera pública em algum grau. Nessa temática, ainda que Carmona, Magalhães e Hammond (2008) tenham proposto uma nova tipologia para espaços públicos a partir do gerenciamento, também reforçaram – ainda que brevemente – a possibilidade de contestações sobre esse fato ser socialmente desejável.

Desse modo, tendo como objetivo geral compreender em que medida “espaços abertos privados de uso público” realizariam a esfera pública na cidade contemporânea, observando-os a partir do município de Curitiba-PR, os objetivos específicos delimitados foram: i) Mapear a discussão teórica acerca dos conceitos “público” e “privado” na contemporaneidade; ii) Investigar as motivações para que a esfera privada conforme espaços de usufruto público, sobretudo, sob a ótica do planejamento urbano de cidades brasileiras; iii) Verificar possíveis diferenças entre espaços públicos e espaços privados de usufruto público em Curitiba-PR, comparando as atividades realizadas em cada um deles; iv) Averiguar o papel do gestor na conformação dos espaços públicos. A metodologia empregada foi composta de investigações bibliográficas e documentais para os dois primeiros objetivos, identificando teorias que permeiam essa temática e localizando normatizações brasileiras que incentivam espaços privados de usufruto público em cidades brasileiras. Para o terceiro e quarto objetivos específicos, foi realizada uma investigação documental visando eleger os objetos de estudo e, na sequência, foram aplicados métodos qualitativos para a verificação das atividades em campo.

Conforme apresentado anteriormente, discussões que contemplam as esferas pública e privada na contemporaneidade não são recentes, abrangendo temáticas comportamentais da sociedade como fez Sennett (2001) ou, no caso dos espaços urbanos, envolvendo as “esferas sociais” de Ghirardo (2002), por exemplo. Entende-se, também, que a amplitude dessa discussão, bem como a percepção das pessoas sobre o público e o privado da atualidade diferem de outros períodos da história. Nesse sentido, Innerarity (2010) apontou a necessidade de refletirmos sobre uma ressignificação desses conceitos e sobre as formas como eles repercutem na população, além de compreendermos que os espaços públicos, hoje, comportam, também, o ambiente virtual. Dito isso, a presente pesquisa delimita-se à sobreposição dessas esferas em um mesmo espaço físico, motivada por um senso comum que tenderia a acreditar que o privado é soberano e, portanto, talvez seja

capaz inclusive de prover a esfera pública, fato explicitado pela presença de normatizações com essa finalidade. A relevância desse tema reside na discussão, sobretudo, da cada vez maior tendência de transferência de gestão dos espaços públicos para a esfera privada, entendendo-se que se o Estado, ao fomentar “espaços abertos privados de usufruto público”, eximir-se da gestão, poderá contribuir para a criação de uma nova tipologia de “enclave fortificado” nas cidades – desprovido de barreiras físicas, mas repleto de barreiras simbólicas – onde determinadas pessoas não entram e atividades não podem ser exercidas, prejudicando, cada vez mais, o exercício da democracia.

Por fim, o desenvolvimento desse trabalho foi organizado em cinco partes: estado da arte, três capítulos e considerações finais. No “Estado da arte” está contemplado o mapeamento e a discussão da produção científica localizada para o desenvolvimento dessa pesquisa. Já o primeiro capítulo, “O público e o privado na contemporaneidade”, encerra aportes teóricos necessários para a compreensão dos conceitos de “público”, “privado” e “espaços públicos” na contemporaneidade e versa sobre como o entendimento dos termos se refletiria no comportamento social da população tanto sob a ótica dos espaços urbanos quanto do planejamento das cidades. No segundo capítulo, “Uma incursão sobre o método”, discorreu-se sobre o método empregado para a pesquisa em campo, delimitando os processos de identificação dos objetos de estudo em Curitiba-PR, as ferramentas a serem utilizadas, bem como definições vinculadas a quando ir ao local, onde se posicionar e por quanto tempo. O capítulo três, “Comparando espaços públicos e privados”, compõe-se do desenvolvimento da metodologia qualitativa, abordando características de cada objeto de estudo para, na sequência, apresentar os resultados encontrados e as discussões possibilitadas. Por fim, em “Considerações Finais”, pautou-se sobre o projeto dessa pesquisa, as justificativas que o geraram, o alcance dos objetivos e resultados, bem como a identificação de limitações e algumas recomendações.

O ESTADO DA ARTE

A expressão “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, em linhas gerais, refere-se a pesquisas de caráter bibliográfico visando o mapeamento e a discussão da produção científica em diferentes campos do conhecimento (FERREIRA, 2002). Teria por finalidade identificar, delimitar, analisar e categorizar o objeto de estudo dentro do conhecimento já produzido, revelando seus enfoques e possibilitando a compreensão de lacunas para, como consequência, entrever possíveis contribuições investigativas. Desse modo, serão elencados os procedimentos utilizados para a localização dos materiais referentes à presente pesquisa e, na sequência, serão discutidas algumas abordagens identificadas como relevantes ao tema.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

No desenvolvimento desse “estado da arte”, partindo-se da intenção de investigar como se dá a relação entre público e privado nos espaços urbanos, optou-se, de início, pela utilização de uma sentença-guia – “relação público-privado sob a ótica material do espaço público” – ao invés de focar em um objeto de estudo preconcebido, entendendo-se a possibilidade de localização de outros objetos. Através dessa sentença foram elencados diversos termos passíveis de serem empregados como palavras-chave, tais como “público”, “privado”, “relação público privado”, “espaço público”, acrescidos de outros como “espaços semipúblicos”, “espaços semiprivados”, “entre a arquitetura e a cidade”, “entre os espaços públicos e privados”, “espaços de transição”, “espaços liminares”, “interfaces urbanas”, estabelecidos a partir de publicações conhecidas previamente. E, devido à indefinição sobre o objeto de estudo, considerou-se iniciar apenas com termos em português para, a partir da identificação precisa, efetuar buscas em outras línguas, como inglês e espanhol.

Para a demarcação da área de concentração, ponderou-se o fato de a dicotomia público e privado ser trabalhada em diversos campos de conhecimento (Planejamento Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Filosofia, Psicologia, Geografia); entretanto, como a intenção seria abordar a “esfera material do espaço público”, optou-se, sobretudo, por abordagens no “planejamento urbano” e em “arquitetura e urbanismo”. Com relação ao posicionamento temporal, determinou-se

o século XXI com ênfase para os últimos cinco anos (2013-2018), estabelecendo-se, também, que esse primeiro “estado da arte” contemplaria buscas direcionadas em dissertações e artigos.

Para a aplicação desses critérios, foram definidas diferentes plataformas de busca online, tais como: o Google Acadêmico, o Portal de Periódicos de algumas universidades (área de concentração com conceito de cinco a sete), a Plataforma da Capes (teses), o Portal de Periódicos da Capes e os sites do ENANPUR¹, ENANPARQ² e vitruvius (arquitectos). Destaca-se que, no Portal da Capes (teses), os critérios estabelecidos propiciavam resultados muito extensos e, desse modo, delimitou-se, também, as universidades em que seriam feitas pesquisas, isto é, as duas mais conceituadas de cada área de concentração, além daquelas que até o momento haviam fornecido resultados mais efetivos.

Com critérios de busca estabelecidos, os artigos e dissertações foram localizados pelo título, porém, apenas foram selecionados aqueles que apresentavam resumo coerente com a temática, ou cujo rastreamento no corpo do texto tenha indicado possíveis contribuições à investigação. Esse material foi organizado em tabelas contendo as seguintes informações: título, autor, ano de publicação, área de concentração, instituição ou local onde o material foi encontrado, data da pesquisa, conteúdo breve (primeiras impressões), palavra-chave utilizada, local onde o material foi disposto, além de uma classificação posterior por relevância em relação ao tema. Em paralelo a essa tabela, foi desenvolvida outra, contendo informações para a orientação dos próximos processos de buscas, contemplando critérios como: data, local (plataforma, por exemplo), delimitação temporal, o tipo de material pesquisado (dissertação ou artigo), área de conhecimento, área de concentração, número de resultados localizados com essas informações, página onde a coleta foi interrompida e observações gerais.

Com esses procedimentos, foram localizados trinta artigos e vinte e quatro dissertações, sendo que a análise desse material delimitou a pesquisa à sobreposição das esferas pública e privada no mesmo espaço físico sob a ótica,

¹ Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

² Encontro Nacional da ANPARQ (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo).

sobretudo, dos espaços privados intencionados na provisão da esfera pública. Tal compreensão condicionou o retorno às plataformas de busca on-line acrescentando-se novas palavras-chave (“espaços públicos de propriedade privada”, “*privately owned public space*”, “POPS” e “fruição pública em lote privado”) e ampliando-se as buscas em outros materiais como teses, livros e legislações, por exemplo, independentemente do idioma.

DISCUSSÃO

Sob a ótica da conformação de espaços públicos a partir da esfera privada, a análise do material encontrado elucidou que diversas cidades ao redor do mundo estariam incitando, cada vez mais, a esfera privada a construir espaços de natureza pública como praças, parques e calçadas, fazendo desaparecer o Estado na produção e gestão desses espaços (SCHMIDT, 2004). Esse fato contribuiria para um fenômeno chamado “urbanismo neoliberal”, podendo ser identificado em cidades como Nova Iorque (EUA), por exemplo, através de normatizações para a conformação de “espaços públicos de propriedade privada” (*Privately Owned Public Spaces*, POPS) no térreo desses empreendimentos, a partir de benefícios estatais. Inclusive, essa cidade seria pioneira nessas normatizações, sendo que claramente observou-se a intenção de propor a coexistência entre as esferas na provisão de espaços públicos, através de espaços abertos (praças) ou fechados (galerias) permeáveis a ruas e calçadas públicas, de forma a comportarem-se, simultaneamente, como particulares e inclusivos, para utilizar duas compreensões tradicionais do entendimento de privado e público. No Brasil, pode-se citar a normatização para a “Fruição pública”, estimulada em lotes privados, cujo objetivo estaria vinculado, via de regra, a abordagens mais qualitativas dadas pela intenção de tornar áreas particulares locais para uso público como um suporte para o adensamento urbano e a ampliação de áreas livres – conforme propuseram Queiroga, Meyer e Macedo (2015), referente à cidade de São Paulo – ou contribuindo com a qualificação dos espaços de propriedade pública (ruas e calçadas), criando áreas de sociabilidade, redução de deslocamentos, diversificação de usos e formas de implantação das edificações, conforme consta no Plano Diretor de Curitiba (CURITIBA, 2015).

Entretanto, nessa provisão ou qualificação dos espaços públicos a partir da esfera privada, identificou-se autores com argumentos favoráveis e contrários a tal feito. Nas concepções favoráveis, Dupas (2008) pontuou que haveria uma progressiva incapacidade de as instituições públicas fornecerem segurança e garantias aos cidadãos, mesmo nos espaços públicos tradicionais, o que incorreria no governo empurrando para âmbito privado as responsabilidades sociais de sua competência. E, no caso das legislações supracitadas, independentemente de serem efetivamente capazes de abrigar as duas esferas, Rodrigues (2018) assinalou que, sob a ótica de agentes públicos norte-americanos, se trataria de uma estratégia poderosa no desenvolvimento de espaços de uso público, especialmente, quando a cidade não possui recursos financeiros para provê-los. Nesse sentido, a parceria público-privada contribuiria com a criação e distribuição de espaços livres pela cidade que, conforme Oliveira e Pisani (2017) notaram, geralmente não acompanham o crescimento da população.

Porém, na opinião de Bertaud (2018), mesmo com as tentativas de planejadores urbanos restringirem regras e expandirem as especificações para o projeto desses espaços, seria difícil obter um bom desenho urbano apenas com regulamentações, por exemplo. Um dos argumentos vinculou-se à proximidade entre POPS exteriores de Nova Iorque, que não possuíam caráter de praça aberta – local de sociabilização entre as pessoas –, configurando-se apenas na ampliação da calçada e, nesse viés, seriam locais de movimento e não de permanência, para utilizar uma crítica articulada por Sennett (2001). Com esse argumento, esse autor, inclusive, criticou o térreo de um dos edifícios que inspirou as normatizações nova-iorquinas – o Lever House – visto que, apesar de uma “praça pública”³ ter sido configurada, sua função essencial (mesclar pessoas e diversidade de atividades) não teria se estabelecido. Soma-se a isso o fato de que o recurso de desenho arquitetônico ou urbano criado através de um incentivo como esse teria um custo eventualmente repassado aos usuários, proprietários e inquilinos do edifício e, também, para habitantes da cidade em geral, uma vez que ocorreria uma falta intencional de espaços, já que o zoneamento de incentivo só funcionaria através de escassez e liberação lenta aos edifícios com características úteis aos planejadores (BERTAUD, 2018).

³ O uso das aspas vincula-se ao próprio questionamento da pesquisa, no que concerne à característica desse espaço ser abrangente o suficiente para que seja adjetivado como público.

Mas, independentemente dos incentivos, Solà-Morales (2001) apontou que a riqueza civil, arquitetônica, urbanística e morfológica das cidades se vincularia a todos os locais em que a vida coletiva se desenvolve, mesmo que sejam espaços públicos absorvidos por usos particulares ou espaços privados abertos ao público. Nesse viés, pode-se dizer que isso vai ao encontro das concepções de Carmona (2015) de que os espaços públicos podem ser apreendidos através de sua localização geográfica, forma física, função⁴ e pelos direitos e responsabilidades⁵. Tal fato foi corroborado por Nemeth e Schmidt (2010), que consideram a conformação de diferentes graus⁶ para os “espaços de uso público”, podendo se dar a partir da propriedade, gestão e dos usos. Acrescentam, ainda, que não se deve esperar que um único espaço atenda as necessidades de todos os usuários em todos os momentos e, portanto, tratam desses espaços de forma individual e pertencentes a uma rede na densidade urbana, subentendendo-se a dificuldade de assegurar diversidade de pessoas, mesmo em um local público.

Além disso, a configuração física do “espaço aberto de uso público” adotada por um empreendimento privado poderia gerar benefícios à paisagem urbana local, uma vez que, ao aumentarem a sensação de amplitude e permeabilidade do sistema público, ofereceriam oportunidades para a circulação de pessoas e áreas de permanência. E, segundo Whyte (2001), se esses espaços estiverem providos de elementos como bancos e cadeiras, árvores, flores e água, intensificariam a qualidade dos espaços públicos. A vantagem para a cidade seria, sobretudo, o fato de serem áreas privativas que, segundo Dimmer (2015), não necessariamente precisariam ter suas fronteiras permeáveis ao uso público. Entretanto, para Hepner (2007), geralmente, a principal motivação para a conformação desses espaços seria a facilidade de acesso dos clientes e consumidores, a valorização da imagem do empreendimento e a criação de áreas de contemplação para funcionários e visitantes.

Nessa argumentação, destaca-se o conflito de interesses entre as esferas podendo, via de regra, ser atribuído aos aspectos imateriais do espaço público,

⁴ Espaços Comunitários, corporativos, domésticos, cívicos, de consumo, de serviço, de trânsito e indefinidos (CARMONA, 2015, p. 385).

⁵ Espaço Público, Espaço Público-Privado, Espaço Privado-Público e Espaço Privado (CARMONA, 2015, p. 387).

⁶ Propriedade e Operação Públicas; Propriedade Pública e Operação Privada; Propriedade Privada e Operação Pública e Propriedade Privada e Operação Privada (NEMETH; SCHMIDT, 2010, p.11).

como o convívio social, por exemplo. Na opinião de Serpa (2007), a acessibilidade universal (física e simbólica) seria a principal característica capaz de determinar se um espaço pode ser considerado público, visto que possibilitaria o encontro de todos os integrantes da sociedade, abrindo possibilidades para que uma diversidade de atividades aconteça. Nesse sentido, se o privado, no caso de uma corporação, por exemplo, delimitar o público-alvo do seu empreendimento para assegurar sua sobrevivência diante do mercado de trabalho, possivelmente haverá delimitações ao perfil dos frequentadores.

Com base na pesquisa de Rodrigues (2018), observa-se que essa tensão fica explícita através das normas de conduta, que necessitam existir, mas podem ser excessivas e inibir atividades com o objetivo de cercear determinados tipos de público, como os moradores de rua. A mesma autora exemplificou essa situação em outra pesquisa, realizada na praça corporativa do Brascan Century Plaza, em São Paulo-SP (Brasil) (RODRIGUES, 2016). Isso porque, ao entrevistar o incorporador do imóvel, no que tange à segregação social, obteve como resposta o fato de a promoção da vivacidade nos térreos das edificações sem segregação somente ser possível em uma sociedade desprovida de preconceitos. Em Curitiba, na praça corporativa do empreendimento da Neo Superquadra, Mainers, Garbossa e Rosaneli (2020) apontaram que, embora o bulevar conformasse um ambiente de descontração e convívio, a mistura social praticamente não ocorria, uma vez que os profissionais da limpeza, em seu horário de descanso, sentavam-se fora dessa área. Além disso, não haviam vendedores ou pessoas distribuindo qualquer material publicitário, nem a presença de pedintes.

Acrescenta-se, ainda, as práticas políticas – inerentes aos espaços públicos –, que podem ser inviabilizadas nos “espaços privados de uso público”, especialmente através de protestos ou ações políticas que vão de encontro aos princípios da corporação, por exemplo. Para Bortoli (2016), entretanto, mesmo os espaços de propriedade pública possuem regras de utilização (explícitas ou não) e de segurança (condicionamento ou policiamento) que podem inibir o amplo uso do espaço pela população. O autor exemplificou tal situação por meio do movimento *Occupy Wall Street* (2011), que teria ocorrido em um POPS de Nova Iorque (Zuccotti Park), devido a restrições da prefeitura aos usos das praças e parques públicos,

como a autorização prévia exigida para manifestações públicas sob o risco de remoção pela polícia.

E esse impedimento ao acesso irrestrito seria, via de regra, justificado pela insegurança urbana. A partir do atentado de 11 de setembro de 2001⁷ em Nova Iorque, por exemplo, teria passado a existir um consenso entre os investidores e planejadores urbanos sobre a necessidade de esses espaços serem percebidos pelas pessoas como seguros (Nemeth e Schmidt, 2010.) Essa circunstância teria estimulado comportamentos como a vigilância ativa, apontada pelos mesmos autores, que seria formada por usuários desejáveis atraídos pela promoção de eventos, por exemplo, e que seriam capazes de identificar atividades ilegais ou pessoas suspeitas. Segundo Chaban (2015), o evento terrorista também teria justificado o bloqueio de alguns POPS, isto é, eles teriam deixado de permitir o uso público.

Essas considerações apontam que a gestão do empreendimento pode modificar o caráter público de determinado espaço privado, no decurso do tempo, se assim achar conveniente. Huang e Franck (2018) e, também, Laredo (2013) apresentaram exemplos dessa situação sendo que, os primeiros, em pesquisa recente, também realizadas em Nova Iorque, apontaram POPS fechados (galerias) que não somente permitiam o fluxo de moradores de rua, mas nos fins de semana e no período da noite, quando não haviam turistas ou trabalhadores no local, o espaço se assemelhava a um abrigo. Já a segunda assinalou que, nessa mesma cidade, a troca da gestão de empreendimentos – como no IBM Atrium (1983) – teria motivado alterações físicas no térreo, fazendo com que a galeria interna perdesse seu caráter público, além de a alteração do uso ofertado pelos empreendimentos também contribuir com essa perda.

Diante dessas primeiras considerações sobre a coabitação das esferas pública e privada em um mesmo espaço físico, ressalta-se que houve diversos exemplos alusivos à cidade de Nova Iorque. Tal fato decorreu, sobretudo, devido aos *Privately Owned Public Spaces* serem estimulados desde meados do século XX e, portanto, por apresentarem resultados concretos, serem considerados referência para a reflexão sobre a reprodução desses espaços no Brasil.

⁷ Série de ataques ou atentados terroristas ocorrido contra os Estados Unidos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_11_de_setembro_de_2001>. Acesso em: 15 set. 2019.

CAPITULO 01: O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONTEMPORANEIDADE

1. DISTINÇÃO

1.1. A CONDIÇÃO DICOTÔMICA

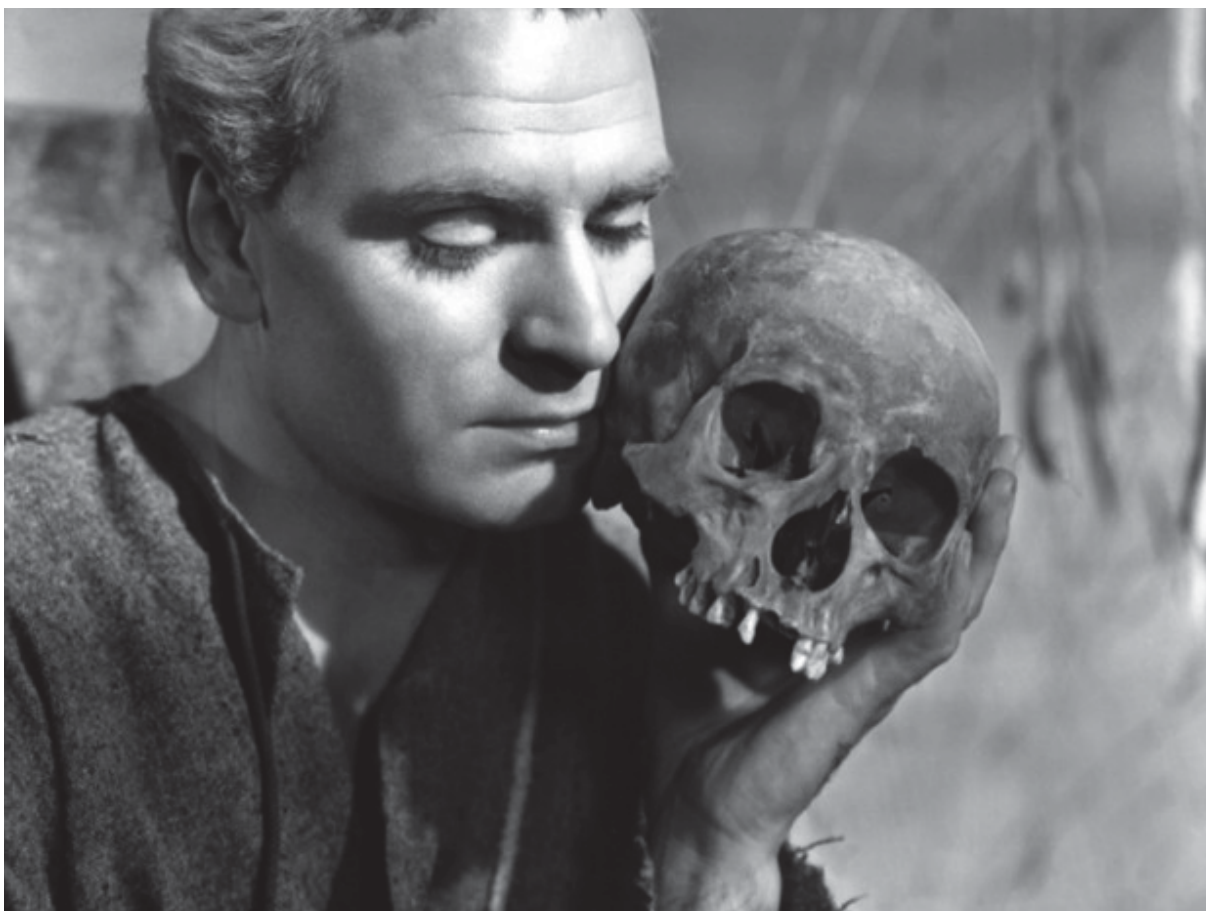


FIGURA 1 - O ATOR LAURENCE OLIVIER, EM ADAPTAÇÃO PARA O CINEMA DA PEÇA HAMLET. FONTE: Foto Divulgação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/03/mostra-traz-obras-de-shakespeare-adaptadas-para-o-cinema-em-curitiba.html>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

“Público ou privado? Eis a questão.” O título deste trabalho, em referência à frase “Ser ou não ser? Eis a questão”, dita pelo personagem Hamlet⁸ em uma peça de William Shakespeare, sugere a oposição entre os termos “público” e “privado” através da palavra “ou”, que indica uma escolha. Em Shakespeare, essa oposição fica clara na sentença, afinal, trata-se do ato de “existir” ou “não existir” e, em última instância, “viver” ou “morrer”, conformando uma dicotomia cuja compreensão de uma das partes necessitaria do entendimento da outra, tal como o que ocorre com as palavras “dia” e “noite”, “bem” e “mal” e “preto” e “branco”. Sob essa ótica, os termos “público” e “privado”, mesmo se apreendidos individualmente, delineariam uma

⁸ Peça: “A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca”, de William Shakespeare, escrita entre 1599 e 1601. “[...] Ser ou não ser? Eis a questão” ocorre “no início da peça, quando Hamlet pensa em tirar a sua própria vida, de tanta tristeza que sente, mas decide não fazê-lo por ser um ato condenado por deus”. Disponível em: <<http://www.filosofiacienciaarte.org/index.php/filosofia/gnosticismo/202-hamlet-ser-ou-nao-ser-eis-a-questao?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

relação dialética – utilizando uma expressão de Jovchelovitch (2000) – conformada pelo antagonismo e pela dependência entre si.

Desse modo, para entendermos o “eu”, passaríamos pela compreensão do “outro”; para apreendermos o “oculto”, necessitaríamos do entendimento de “visível”; e o significado de “aberto” estaria vinculado à compreensão do “fechado”. Nessa abordagem dicotômica, se público remetesse a questões que tratam do bem comum, com seu pertencimento atribuído ao governo, estado ou coletividade; privado se vincularia ao singular, particular e não governamental ou, ainda, se público conformar locais abertos acessíveis a diferentes pessoas; os espaços privados farão referência à “cerca”, ao enclausuramento (RABOTNIKOF, 2008). Nessa percepção interdependente dos termos, um exemplo de Madanipour (2005) seria a relação entre o espaço interior da consciência humana e o espaço exterior do mundo, na medida em que a mente – enquanto espaço mais privado de todos – esconderia ou revelaria informações conforme sua vontade, mas, ao mesmo tempo, seria moldada pela relação estabelecida com o corpo e os outros órgãos, por impulsos e desejos inconscientes e, também, pelo mundo físico e social.

Com essas abordagens, pode-se observar que os termos “público” e “privado” contemplam várias acepções. No que tange a essa pesquisa, interessamos variedades terminológicas que aproximam tais termos enquanto “espaço público”, “esfera pública”, “publicidade” ou “espaço privado”, “esfera privada” e “privacidade”. Tal aproximação também foi feita por Laval (2005) ao tratar “público” e “espaço público” como sinônimos, em sua investigação sobre as concepções desses termos ao longo de sete séculos (XIV-XX), em abordagens opostas e dicotômicas em relação ao entendimento de “privado”, tratadas posteriormente.

Por hora, destaca-se a definição de Madanipour (2005) para espaços públicos e privados, observando algumas acepções opostas e dicotômicas. O “espaço privado”, por exemplo, seria o local controlado pelo indivíduo para seu uso exclusivo, já o “espaço público” estaria sob o domínio do Estado e da sociedade como um todo. Enquanto o ambiente privado ofereceria bem-estar social e psicológico para o indivíduo exercer sua vontade no mundo exterior, expressar e domar sua agressão, no local público seria possível explorar a diferença e a identidade, através da coexistência de verdades e tolerância de opiniões. O controle sobre o “espaço privado” ofereceria a capacidade de se comunicar com os outros,

expressando sua vontade, identidade e poder, além de se proteger da intromissão alheia e regular o equilíbrio entre ocultação e exposição. Já o mundo comum – institucional e material – facilitaria a copresença de pessoas e seria regulador das relações interpessoais (MADANIPOUR, 2005).

Ainda segundo Madanipour (2005), a diferença entre as esferas seria o princípio organizador que teria moldado o espaço físico e a vida social dos cidadãos desde a ascensão das cidades, apesar de a divisão ou seu significado variarem conforme a cultura ou período histórico. Para citar alguns exemplos, pode-se dizer que, na Antiguidade Clássica, o aspecto político (enquanto capacidade de interlocução) manifesto na praça da Ágora grega seria – para autores como Hannah Arendt – a principal característica dos espaços públicos, propiciando aos cidadãos⁹ o exercício da verdadeira condição humana, posto que conviver com outras pessoas no espaço privado da casa estaria no reino das necessidades impostas pelo ciclo biológico da vida (comer, dormir, reproduzir), semelhante aos outros animais (JOVCHELOVITCH, 2000). Essa dinâmica funcionaria a partir de uma relação de dominação do privado pelo público, posto que a liberdade dos cidadãos estaria assegurada com o apoio da materialidade obtida sobre as mulheres no âmbito, principalmente, da reprodução, e também sobre os escravos, no que concerne ao trabalho (RODRIGUES, 1985). Assim, “público” seria o ato de ser visto e ouvido por todos e, também, algo comum àqueles que fossem considerados cidadãos.

A vida pública se oporia à vida domiciliar na medida em que existia para enfrentar questões de interesses coletivos que não pudessem ser resolvidas através de caminhos compostos por verdades singulares e, nesse sentido, a constituição do privado se daria pelo ato de *estar privado* de algo como ser visto e escutado por desconhecidos (JOVCHELOVITCH, 2000). Conforme Homem (2019), não havia o entendimento de privado em termos de vida pessoal e intimidade, por exemplo, principalmente devido às crenças religiosas, uma vez que, *grosso modo*, o

⁹ “A cidadania da Grécia Antiga estabelecia os direitos dos indivíduos que viviam nas cidades. Os indivíduos/cidadãos eram iguais perante as leis, e considerados aptos para colaborar com os rumos da sociedade. Todos os cidadãos participavam diretamente das deliberações políticas do governo da polis. Desta forma, a cidadania grega se fundamentava nos Direitos Políticos. Nem todos os Homens poderiam ser cidadãos, havia restrições que reduziam a um pequeno número o privilégio, que, praticamente, era concebido para os proprietários de terras – homens livres para os negócios públicos. Eram excluídos as mulheres, escravos, crianças, velhos, comerciantes, artesãos e estrangeiros.” Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/cidadania-na-grecia-o-coracao-da-invencao-politica/18798>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

pensamento coletivo referente a objetos inanimados comunicando-se com as pessoas ou seres sobrenaturais (deus ou deuses) onipresentes, oniscientes e onipotentes inviabilizaria a possibilidade de ocultação de qualquer coisa ou fato, uma vez que “Deus sempre estava vendo”.

Já a Era Moderna foi o período em que o surgimento de uma visão antropocêntrica teria propiciado mudanças na mentalidade da sociedade, fazendo surgir um homem questionador e responsável pelos seus pensamentos, desejos, intenções e, portanto, sem ninguém – nenhum Deus, por exemplo – estar a par dessa consciência. Teria sido uma conquista da intimidade, na medida em que sentimentos e ações tornaram-se privativos e essa liberdade teria sido contrabalanceada com o aparecimento de um mundo público em que as pessoas deveriam prestar contas colocando-se ao olhar do outro através das perucas, roupas e do conceito de moda; fatos que denotam uma preparação para serem vistos em público contraposta por uma postura mais relaxada no privado (HOMEM, 2019). No entanto, ressalta-se que a Era Moderna foi, também, o período de superação do feudalismo na Europa, e com isso – fazendo uso dos aportes teóricos de Jurgen Habermas – houve a ascensão de novas classes sociais frequentando os espaços públicos (classe operária) e discutindo política e democracia (classe burguesa) em cafés, casas de chás, *pubs*, entre outros, conformando uma “esfera social” (QUEIROGA, 2012), num provável início de indistinção entre os termos “público” e “privado”, que será abordado posteriormente.

Nessa discussão, Capella (2002) acrescenta que, com o novo sistema de produção – capitalista – sendo apreendido como capaz de gerar mais riqueza do que o feudalismo, os seres humanos seriam, efetivamente, mais egoístas, pois perseguiriam os próprios benefícios para evitar perdas. Essa construção da individualidade – buscando o próprio prazer – seria contrária à experiência congênita da sociabilidade, isto é, o fato de os seres humanos necessitarem de cuidados físicos (alimentação, calor, defesa) e culturais (ensino da fala, manejo de objetos) do momento que nascem até que consigam viver por si sós. A apreensão da sociabilidade, nesse período, seria uma função acidental da individualidade e não inerente ao homem. No que tange à rede de relações, aquelas de exclusividade da esfera privada seriam as próprias dos “homens” (familiares, de amizade, econômicas, religiosas); já “público” seria sinônimo de político e, portanto, composto

por “cidadãos”. Sob essa perspectiva, nada de privado seria politicamente relevante, pois indivíduos particulares, permanecendo nessa esfera, careceriam de poder sobre os assuntos vinculados à coletividade (CAPELLA, 2002).

Madanipour (2005) reforça essa concepção de Capella (2002) ao afirmar que a esfera privada seria uma parte da vida sob o controle do indivíduo, e que o espaço privado poderia ser apreendido como aquilo que pertence ou é controlado por um indivíduo, para seu uso exclusivo. Tal circunstância poderia ser estabelecida através de padrões de uso, criando uma sensação de pertencimento e provocando comportamentos territoriais (objetos físicos utilizados para demarcar o espaço pessoal) e institucionalizados (estrutura legal), os quais autorizariam indivíduos a chamarem partes do espaço de sua propriedade privada. Para o autor, essa forma moderna de acepção da propriedade privada combinaria dimensões pessoais na maneira de lidar com o espaço, dadas pelo exercício do poder que o controla, por exemplo, e dimensões impessoais, enquanto uma mercadoria abstrata, trocada no mercado e regulamentada por lei. Desse modo, seria um entendimento diferente do pontuado na Antiguidade Clássica, em que possuir propriedade seria uma condição prévia para ascender à esfera pública (MADANIPOUR, 2005).

Nessa discussão, Lavallo (2005) prestou contribuição ao organizar o Quadro 1, contemplando a abrangência de significados das terminologias “público” e, também, de “espaço público”, do Período Moderno. Para tanto, o autor delimitou três enfoques: sociais (primeira coluna), políticos (segunda coluna) e comunicativos (terceira coluna), considerando o que seria seu oposto, a esfera privada. Desse modo, observa-se na primeira coluna que o entendimento de “público” poderia corresponder à “vida pública”, ou seja, o convívio entre as pessoas e o acesso irrestrito a determinados espaços, por exemplo, sendo contraposto ao “privado” no que concerne à privacidade e, portanto, exclusão de qualquer intervenção ou participação na vida pessoal. Na segunda coluna, “público” foi delimitado enquanto “político”, abarcando discussões referentes aos interesses comuns no sentido de pertencer a todos e, portanto, excluído de apropriações particulares e vinculado à ideia de “propriedade” enquanto capital. Por fim, a última apreensão de “público” (terceira coluna) corresponderia à ideia de comunicação, ou seja, contraposição entre assuntos amplamente difundidos e aqueles desprovidos de notoriedade pública. Acrescenta-se que, para o autor, a produção de espaços públicos envolveria

a presença das três dimensões simultaneamente, ou seja, o enfoque não ocorreria apenas sob a ótica da sociedade civil, Estado ou mídia. Essa consideração é semelhante à de Gomes (2018), ao afirmar que, caso alguma dessas abordagens esteja ausente, há fortes chances de que determinados espaços não estejam funcionando como públicos.

QUADRO 1 - TRÊS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DA ANÁLISE SEMÂNTICA DESENVOLVIDA POR LAVALLE

I	II	III
PÚBLICO: Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	PÚBLICO: Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluído das possibilidades de apropriação privada.	PÚBLICO: Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
Próprio de Termos como: parque público, via pública, transporte público, telefone público, mulher pública, casa pública.	Próprio de Termos como: bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública	Próprio de Termos como: publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público, em público, público (espectador)
PRIVADO: Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	PRIVADO: Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso	PRIVADO: Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de particulares.
Associa, Organiza Dicotomias como: Casa x Rua, Conhecido x Estranho, Fechado x Aberto, Família x Mundo, Segurança x Perigo, Moral x Direito	Associa, Organiza Dicotomias como: Particular x Geral, Interesse x razão, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade, mercado x Estado	Associa, Organiza Dicotomias como: local x geral, opinião particular x opinião pública, irrelevante x relevante, "irreal" x verosimilhante, ignorado x notório
TENSÃO: Espaço público como oposto ao mundo da privacidade: Público x Íntimo Privado (privacidade)	TENSÃO: Espaço público como oposto ao mundo da propriedade: Público x Privado Capital (propriedade)	TENSÃO: Espaço público como oposto ao mundo das particularidades: Público x Individual Privado (particularidades)
Exemplo: "Priver" (francês s. XIX): domesticar, amansar, amenstrar. V.gr. "pássaro privado" (não existe mais)	Exemplo: Private (francês s. XVI): privilegiado, de alto nível de governo.	Exemplo: "la cour e la ville" (francês s. XVII): audiência das obras de teatro (le public aparece em meados do s. XVII).
Real Academia Espanhola: 1ª e 2ª acepções: "notório"; "vulgar ou notado por todos".	Real Academia Espanhola: 3ª, 4ª e 9ª acepções: "potestade, jurisdição de autoridade para fazer uma coisa"; "pertencente a todo o povo"; "comum do povo ou cidade"	Real Academia Espanhola: 10ª e 11ª acepções: "conjunto de pessoas aficcionadas que partilham a mesma afeição", "pessoas reunidas para assistir um espetáculo"

FONTE: Lavalle (2005).

No quadro anterior (QUADRO 1) observa-se, ainda, a compreensão de espaços públicos enfatizando dicotomias com a esfera privada, como "rua e casa" e "aberto e fechado", correspondendo à abordagem social; "geral e particular" e "Estado e mercado", referente ao entendimento de política e, ainda, "geral e local" e "opinião pública e opinião particular" referentes aos aspectos comunicativos (LAVALLE, 2005). Já o Quadro 2 (abaixo), também desenvolvido por Lavalle (2005),

elucida que tais acepções teriam sido criadas e utilizadas em épocas diferentes, no qual “público” enquanto oposto ao doméstico teria entrado em circulação a partir dos séculos XIV e XVII; “público” referente ao interesse geral e ao bem garantido por autoridade teria começado a ser utilizado de forma corrente no século XVI e “público” como aquilo que é amplamente difundido teria começado a vigorar somente no século XVIII.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DAS DIMENSÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS (SÉCULOS XIV-XX)

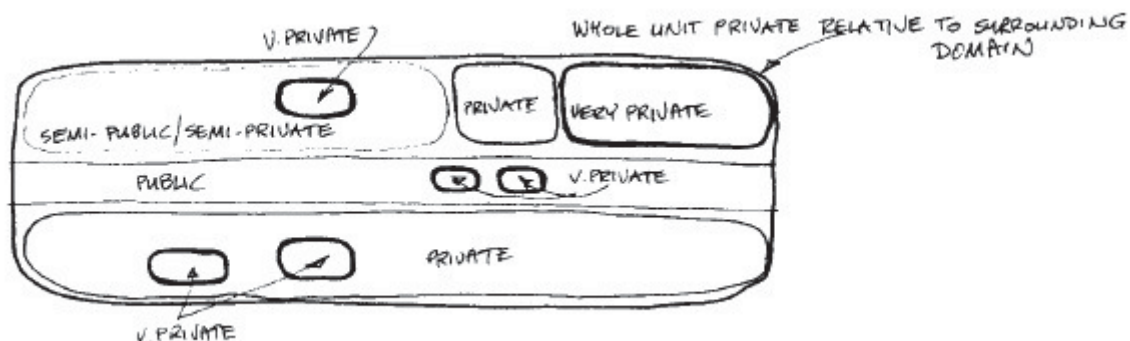
Tensão I		SÉCULOS						
Público x Privacidade		XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: notório ou manifesto		x	x	x	x	x	x	x
Publicamente: de forma ou maneira pública		x	x	x	x	x	x	x
Publicamente: má vida pública		x						
Publicidade: lugar ocorrido					x	x		
<i>Ibid.</i> : sem ressalvas para algo se tornar conhecido					x	x		
<i>Publicana</i> (prostituta)						x	x	
<i>Publique</i> (bordel)						x	x	
Tensão II		SÉCULOS						
Público x Propriedade		XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Publicação: promulgar uma lei por autoridade			x	x	x	x	x	x
Público: potestade de autoridade				x	x	x	x	x
Público: potestativo				x	x	x	x	x
Público: comum ao povo ou cidade						x	x	x
Público: de interesses gerais						x	x	x
Público: que pertence ao povo						x	x	x
Publicidade: que tem estatuto público						x	x	x
Tensão III		SÉCULOS						
Público x Particularidade		XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: audiência ou assistentes						x	x	x
Publicar: editar, difundir, divulgar						x	x	x
Publicar: manifestar em público						x	x	x
Publicidade: meios para divulgar ao público						x	x	x
Publicável (que pode ser difundido)								x
Publicitário (referente à publicidade)								x
<i>Publi-reportagem</i> (documentário jornalístico)								x

FONTE: Lavalle (2005).

Entretanto, além da concepção de público e privado ao longo do tempo – seja na Antiguidade Clássica ou no Período Moderno –, Rapoport (1977) reforçou a diferenciação na compreensão conforme a cultura de cada povo e, também, o grau ótimo de interação desejada por cada indivíduo, exemplificados através de noções de privacidade dadas pela relação da “casa” com a “rua”, em dicotomias como “dentro” e “fora” ou “frente” e “atrás”. Nesse panorama, com os indivíduos – em suas respectivas culturas e períodos da sociedade – controlando o grau de privacidade ou publicidade desejada para cada ocasião, o autor apontou a possibilidade de conformação de espaços intermediários, podendo ser denominados ora de espaços

semipúblicos, ora semiprivados (FIGURA 2). Essa abordagem foi defendida, também, por Hertzberger (2006), através do conceito de “intervalo”, ao incentivar locais que, embora pertençam ao domínio público ou privado, tenham acessibilidade permissível a ambos.

FIGURA 2 - OS ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME RAPOPORT



FONTE: Rapoport (1977).

Nessa discussão, Madanipour (2005) apontou que, nos espaços das cidades, existiria uma continuidade entre espaços públicos e privados, com locais mesclando-se através de “tons” de privacidade ou de publicidade. Tais locais seriam fronteiras moldadas por ambas as esferas, cujo tratamento conferiria significado à distinção entre elas. Nesse sentido, o autor destaca a importância de fronteiras porosas, uma vez que conformar-se-iam promotoras de permeabilidade e interação, como a varanda de uma casa transformando o limite da esfera privada. O contrário, as fronteiras rígidas, como muros altos, por exemplo, dificultariam a capacidade de interação, comunicação e, conseqüentemente, empobreceriam a vida social.

Sob essa perspectiva, o mesmo autor apontou que as fronteiras refletiriam uma expressão de poder, podendo haver quem se beneficie e quem sofra com isso. Afinal, sempre haveriam pessoas desejando expandir as liberdades individuais às custas de necessidades públicas e aqueles que promovem a expansão da esfera pública, ampliando o domínio do Estado e restringindo a esfera privada. Desse modo, Madanipour (2005) sugere a necessidade de sempre haver um diálogo que garanta a ambas as partes redesenhar as fronteiras contestadas, permitindo permeabilidade e ajustes, pois uma fronteira porosa e bem-elaborada seria uma forma de reconhecer e proteger interesses e direitos individuais e coletivos.

Entretanto, apesar desse reforço à distinção entre as esferas pontuado por Madanipour (2005), haveria apreensões de “público” e “privado” que iriam além da fronteira porosa nos espaços da cidade, isto é, a possibilidade de uma esfera comportar características da outra. Haveria, portanto, a possibilidade de delimitar uma escala gradativa para os espaços públicos e privados que, quando comparada ao entendimento de Lavallo (2005) sobre a atuação simultânea das três dimensões (social, política e comunicativa) nos espaços públicos, pode-se dizer que se trata, *grosso modo*, da autonomia de cada uma delas. Para Indovina (2002), por exemplo, a conformação dessa gradação se daria por parâmetros como “propriedade” (pública ou privada), “limites de uso” (limitado ou ilimitado no tempo; limitado a categorias de cidadãos etc), “custo no acesso” (gratuito ou pago) ou “condicionamentos ao seu uso” (falar, não falar; fotografar ou não fotografar; permissões para animais ou não etc). Já para Carmona (2015), os espaços públicos poderiam ser apreendidos através de sua localização geográfica, forma física, função e pelos direitos e responsabilidades e, para Nemeth e Schmidt (2010), poderiam se dar a partir da propriedade, gestão e dos usos.

Nessa configuração gradativa, acrescenta-se a opinião de Innerarity (2010) sobre a distinção entre as esferas ser precária para os dias atuais a ponto de, possivelmente, estarmos vivenciando uma transformação em seus significados. Sob a ótica dos espaços públicos e privados, a maleabilidade proposta por essa gradação promoveria a coabitação das esferas em um mesmo espaço físico e, assim como ponderou Innerarity (2010) sobre o difícil equilíbrio entre as esferas, questiona-se: haveria a possibilidade de duas esferas – tradicionalmente opostas e dicotômicas – harmonizarem-se em um mesmo espaço físico, com ambas exercendo suas características intrínsecas? Ou seja, conformando-se particulares e inclusivas, para citar dois atributos convencionais dos termos. De fato, se a coabitação das esferas for um recurso para a conformação de espaços públicos (objeto dessa pesquisa), faz-se necessário apreender como ele vem sendo conceituado.

1.2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS

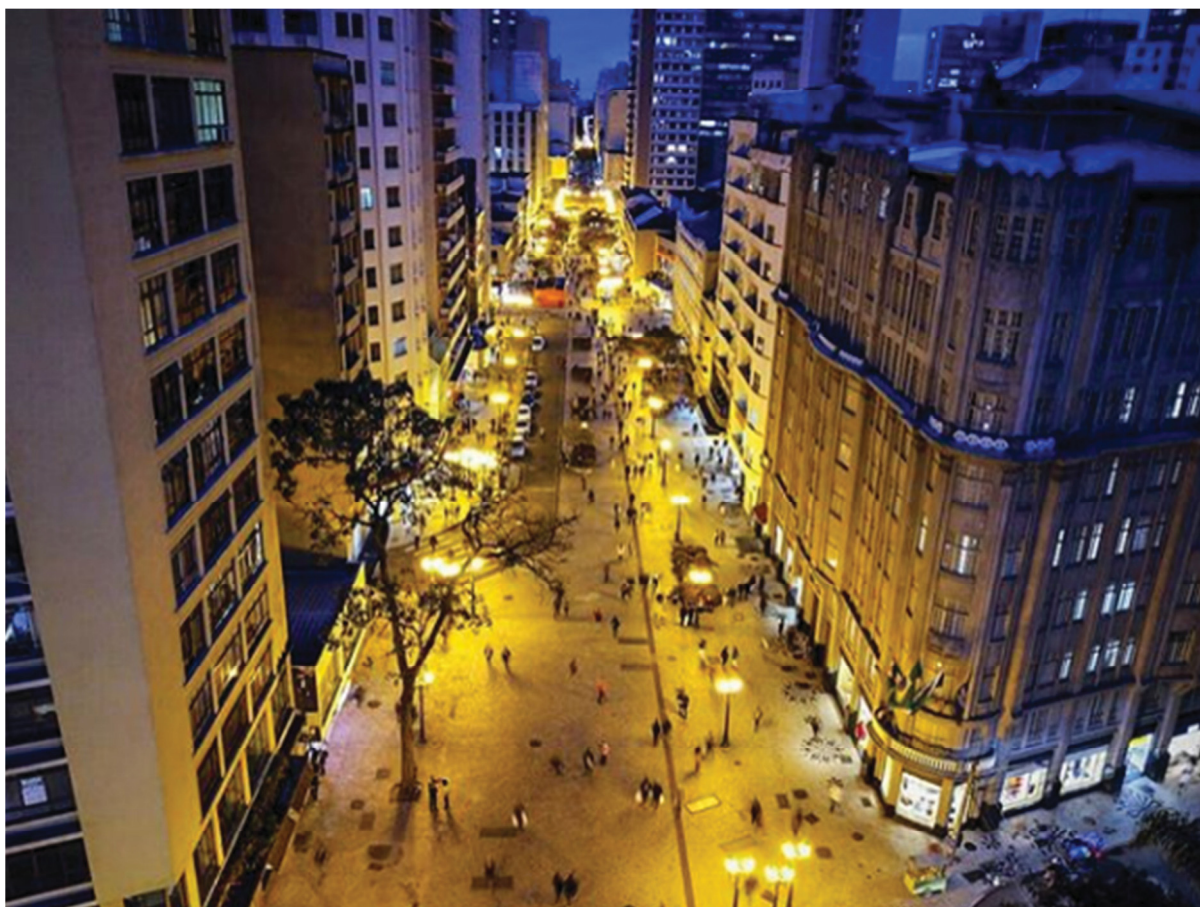


FIGURA 3 - RUA LUIZ XAVIER, TRECHO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, EM CURITIBA-PR

FONTE: Daniel Castellano (2019).

O objetivo desse tópico é discorrer sobre o entendimento dos espaços públicos na contemporaneidade, visando compreender a premissa apontada anteriormente, de que o caráter público e privado nos espaços urbanos poderia se dar partir de uma escala gradativa das esferas. Em outras palavras, um espaço privado com elevado caráter público, provavelmente, responderia de forma ampla às características materiais e imateriais apreendidas por diversos autores como, por exemplo, Gomes (2002), e seriam inerentes à compreensão atual de espaço público, isto é, acomodação física associada às práticas sociais.

Para explicar tal posicionamento, toma-se como referência a imagem anterior (FIGURA 3), correspondente à rua Luiz Xavier – trecho do calçadão da rua XV de Novembro, na cidade de Curitiba-PR –, considerada representante desses atributos. Isso porque o cotidiano desse espaço físico abarcaria ações como pessoas caminhando, interagindo, encontrando-se, olhando a paisagem, assistindo apresentações artísticas, realizando trocas comerciais com lojas e barraquinhas,

além de ser palco de discussões e atos políticos ao longo da história da cidade, razão que a designou como “Boca Maldita”.

O destaque dessa rua enquanto suporte para manifestações políticas seria o fato de que, para Innerarity (2010), trata-se de uma das características fundamentais dos espaços públicos, vinculada à ação de todos os membros da comunidade, resolvendo dialogalmente assuntos de toda a sociedade, rejeitando-se qualquer exercício de dominação ou de neutralização da pluralidade. Entretanto, seu valor democrático não estaria, simplesmente, no fato de que toda a população teria o direito de defender seus desejos, mas sim na inibição dos interesses pessoais em prol do bem comum (INNERARITY, 2010). A ênfase nesse aspecto leva em consideração que conviver em sociedade impõe regulações e limites para a satisfação de diferentes interesses e, desse modo, enquanto abrigo à manifestação da individualidade, os espaços públicos caracterizam-se, também, como locais de conflitos (GOMES, 2018). Para Queiroga *et al.* (2009), essa característica seria a vertente *stricto sensu* dos espaços públicos, isto é, a “esfera pública política”, já que haveria uma maior, *lato sensu*, denominada “esfera pública geral”, que abrangeria a vida pública como um todo.

Desse modo, retomando a Figura 3, considera-se a “esfera da vida pública” realizando-se no espaço físico (uma rua). No entanto, acrescenta-se a possibilidade de realização em espaços virtuais (novas formas de comunicação, representação e relacionamentos), destacando-se a integração entre eles devido à capacidade de potencialização mútua dada por eventos nos espaços físicos sendo transmitidos pela internet e, também, por manifestações públicas tangíveis sendo organizadas por redes sociais (QUEIROGA, 2012). Mas, independentemente dessa circunstância, nessa investigação, a concepção de espaço público delimitará ações associadas à materialidade.

Em linhas gerais, Rosaneli, Dalmolin e Faria (2019), em revisão sistemática referente aos conceitos de espaço públicos nos ENANPUR, ponderaram que a compreensão do aspecto material abarcaria a configuração física das ruas, calçadas, praças, parques e, também, a qualidade percebida pelos usuários através dos mobiliários urbanos (bancos, lixeiras, iluminação pública), por exemplo. Já o aspecto imaterial envolveria características vinculadas ao convívio social dado pela interação entre cidadãos de diferentes culturas e classes sociais; realização de

práticas políticas, bem como ao direito à visibilidade no sentido de possibilitar a formação e expressão da cidadania, assegurando direitos e deveres aos indivíduos.

Na prática, isso significa que as dimensões material e imaterial estariam entrelaçadas de forma que os aspectos físicos poderiam contribuir com o convívio social ou manifestações políticas, por exemplo. Nesse sentido, conforme consta na ONU-Habitat (2015), ruas bem-desenhadas e mantidas contribuiriam com a diminuição da taxa de criminalidade e violência nas cidades, uma vez que possibilitariam uma diversidade de atividades sociais, culturais e econômicas capazes de melhorar a confiança mútua entre as pessoas, o que fortaleceria a segurança urbana. Acrescenta-se que, segundo Borja e Muxí (2000), o favorecimento de espaços públicos com qualidades estéticas espaciais e formais facilitaria as relações e o sentimento de pertencimento do lugar, apesar de Carmona, Magalhães e Hammond (2008 *apud* GEHL, 1996) afirmarem que tais qualidades somente influenciariam a frequência das pessoas se as atividades a serem realizadas se caracterizassem como opcionais (passear, correr, descansar). Isso significa que ações rotineiras – necessárias – como esperar o ônibus, caminhar para o trabalho ou observar vitrines, por exemplo, não seriam tão influenciadas pelo aspecto do ambiente (GEHL, 2009).

E, na realização de atividades opcionais, Gehl (2009) e Whyte (2001) avaliaram que a presença de bancos, cadeiras e apoios (que seriam “assentos secundários”) estimulariam a permanência, podendo reverberar – inclusive – em uma diversidade de atividades como comer, ler, dormir, tomar sol, olhar as pessoas, além de fomentarem a socialização por meio de ações como conversar ou brincar, por exemplo. Na efetivação dessas características imateriais, as árvores contribuiriam através das sombras, do controle da velocidade dos ventos e, também, por meio de suas qualidades estéticas, tal como fazem as flores, os monumentos, as esculturas, fontes d’água e a iluminação artificial noturna. Esta forneceria, prioritariamente, orientação e amplitude visual, podendo contribuir com a segurança real e percebida por parte dos frequentadores (GEHL, 2009; WHYTE, 2001). Entretanto, apesar da dinâmica delineada entre as esferas material e imaterial dos espaços públicos, para Gomes (2002), ainda que o arranjo físico se configure agente ativo na realização de determinadas ações sociais, não se pode falar em determinações da forma sobre o conteúdo, ou seja, as formas espaciais não

explicam a maneira de ser da sociedade e, tampouco, o contrário: o espaço ser um simples reflexo da sociedade.

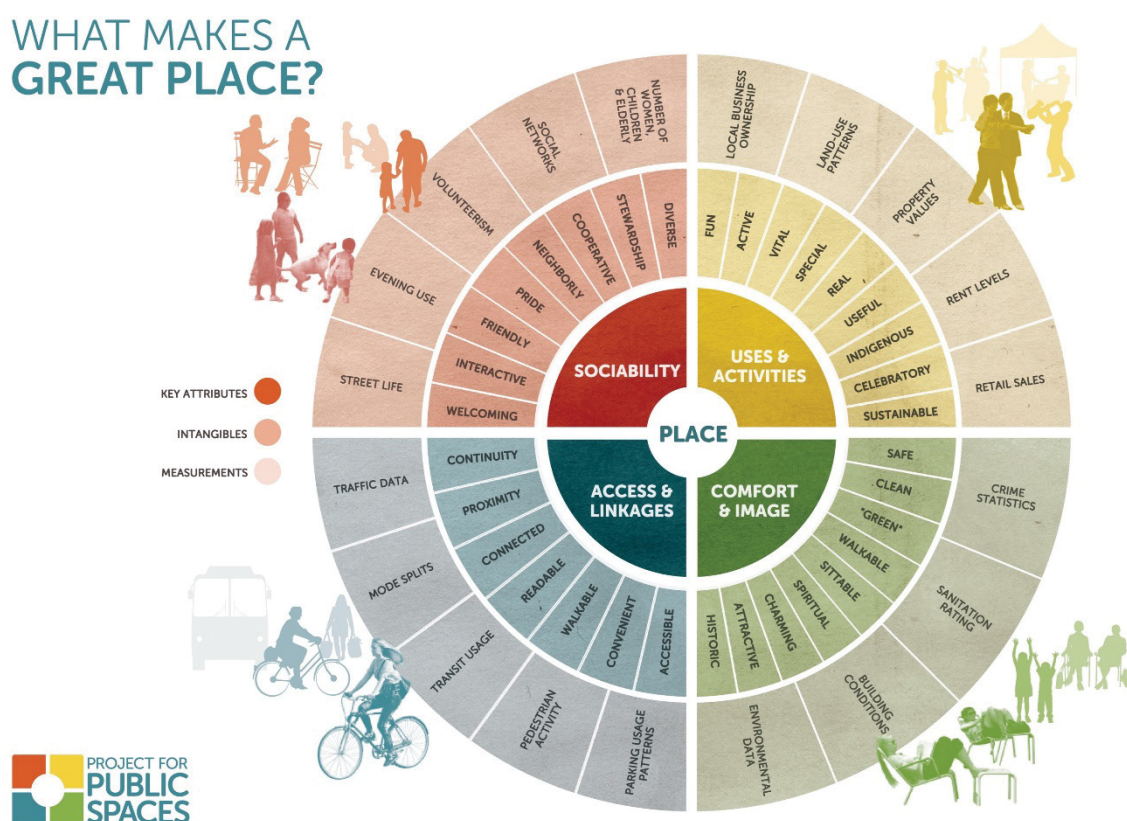
No delineamento das principais funções dos espaços públicos, Gehl (2015) destaca que uma das basilares estaria vinculada a atividades que apoiam a função do encontro, seja entre pessoas conhecidas – mesmo bairro, comunidade – mas, também, entre estranhos. O encontro de todos os integrantes da sociedade (independentemente do gênero, idade, nacionalidade, classe social, cor da pele ou etnia), para Serpa (2007), estaria vinculado a espaços públicos providos de acessibilidade universal (física e simbólica), o que abriria possibilidades para uma diversidade de atividades acontecerem. A soma da diversidade de usuários e de funções, associada à visibilidade e iluminação, contribuiria com a segurança local e, também, com o aprendizado da tolerância por parte da sociedade, além de uma definição ampla de cidadania, dada pelos mesmos direitos e deveres a todas as pessoas (BORJA; MUXÍ, 2000). Sobre esse aspecto, Gomes (2018) ponderou que, quanto maior a heterogeneidade de interesses, valores e formas de pensar e agir de um espaço, maior seu grau de publicidade e, nesse sentido, segundo Innerarity (2010), a relevância de um espaço público estaria atrelada à sua capacidade de organizar socialmente uma esfera de mediação da subjetividade, experiência, implicação e generalidade.

No entendimento do que seria um espaço público bem-sucedido, alguns princípios foram delineados pelo “*Project for Public Space*” (PPS)¹⁰ (a partir de pesquisas realizadas em diferentes cidades do mundo), como a necessidade de serem acessíveis (pessoas de todas as idades e condições físicas chegam ao local); ativos (realização de diferentes atividades e formas de uso local); confortáveis (com boa estética, locais para sentar etc.) e sociáveis (pessoas se encontram e fazem novas amizades). Tais princípios – enquanto atributos-chave dos espaços públicos bem-sucedidos – estão dispostos no centro do diagrama abaixo (FIGURA 4), cuja proposta seria conformar uma ferramenta no auxílio à avaliação da qualidade dos locais. Desse modo, cada um desses atributos reverberaria em características intangíveis como o fato de possuir diversidade, ser convidativo, ter sociabilidade, ser

¹⁰ Organização sem fins lucrativos de Nova Iorque, fundado em 1975 para expandir o trabalho de William Whyte, autor de “*The social life of small public space*”, que ajuda as pessoas a criar e manter espaços públicos com o objetivo de construir comunidades mais fortes. Disponível em: <<https://www.pps.org/about>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ativo, seguro, caminhável, atrativo, conveniente (circunferência central) e, também, em considerações quantificáveis como o número de mulheres, crianças e idosos, negócios locais, estatística criminal (circunferência externa).

FIGURA 4 - DIAGRAMA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS BEM-SUCEDIDOS



FONTE: PPS. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/grplacefeat>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

O que se observa nesse diagrama é que, ainda que os atributos relacionados se vinculem à vida pública e, portanto, o que se espera dos espaços públicos, a política, por exemplo – dada sua importância enquanto local de manifestações e conflito, fundamental à democracia, conforme pontuado anteriormente – não foi contemplada ou, talvez, esteja subentendida em atributos referentes aos usos e atividades (“ativo”, “útil”, “real”), já que algumas características estão demasiado abstratas. Ainda que a “esfera pública política” seja uma vertente da “esfera pública geral” (QUEIROGA *et al.*, 2009), e que alguns locais públicos como hospitais, áreas militares e escolas, também não contemplem alguns desses atributos – acessibilidade irrestrita, por exemplo –, se os espaços públicos forem apreendidos a partir da contemplação não integral dessas características, então,

seria possível sua compreensão a partir de uma escala gradativa de publicidade (espaços mais ou menos públicos), cuja discussão foi iniciada no tópico anterior. Sob essa ótica, Borja (2003) afirmou que os espaços públicos poderiam ser apreendidos tanto a partir de determinações político-jurídicas quanto como um produto do uso social, e tal fato poderia incorrer em espaços de propriedade pública inacessíveis e, também, locais não juridicamente públicos, com uso coletivo intenso.

Para Indovina (2002), essa forma gradual de apreender os espaços públicos enfatizaria sua função e não sua propriedade ou gestão, reportando atenção à realidade das cidades contemporâneas, cujo uso dos espaços públicos enquanto locais para socialização não seriam correspondentes aos modelos de vida recentes. Segundo o autor, haveria um declínio das praças enquanto espaço para o agrupamento social e manifestação política; presença de espaços privados desempenhando caráter público; fuga dos espaços públicos pela insegurança que os caracterizaria, entre outros. Nesse sentido, para o mesmo autor, a questão gradativa dos espaços públicos atuais estaria sob uma perspectiva “mais rica” do que outrora, contemplando funções segundo fins definidos e variáveis no tempo, ainda que o modelo tradicional de espaço público deva ser garantido.

Soma-se a isso abordagens de Queiroga (2012) referentes ao conceito de “pracialidade”, na medida em que características imateriais de praça (encontro, convívio, manifestação pública) poderiam ser realizadas em qualquer outro espaço livre, tal como nas festas religiosas, por exemplo, que tomam ruas e praças de uma cidade; no convívio público em uma “praça corporativa” de empreendimento privado ou, ainda, em um campo de futebol de periferia, situado em terreno particular. Nesses termos, a vida pública poderia se realizar em espaços físicos públicos ou privados, isto é, concepções envolvendo uma materialidade associada às ações, independentemente da propriedade ou gestão. Nesse sentido, Queiroga *et al.* (2009) propuseram uma definição para os espaços públicos contemporâneos envolvendo todos aqueles de propriedade pública, podendo se prestar ou não à esfera pública geral ou política e, também, aqueles de propriedade privada, desde que vinculados à manifestação da esfera pública *lato sensu*, isto é, o debate público, a ação comunicativa e cotidiana, independentemente de realizar-se em espaço real ou virtual.

De qualquer forma, o entendimento de espaço público apreendido nesse trabalho considera sua dupla dimensão: material e imaterial. Desse modo, procurou-se apresentar argumentos que auxiliassem uma reflexão sobre a possibilidade de os espaços privados comportarem características públicas. Na sequência, serão expostas apreensões vinculadas a uma característica mais individualista da sociedade contemporânea que, conforme pontuado no tópico anterior, seria advinda do Período Moderno. Ainda que essa pesquisa não seja sociológica e, portanto, não delineie em profundidade aspectos de relações sociais, interação social e vida cotidiana, não seria uma espécie de “inconsciente coletivo” do nosso tempo, nas palavras de Dupas (2008), essa tendência a olhar mais para o particular do que para o público – mais para si do que para o coletivo?

2. INDISTINÇÃO

2.1. A SOBERANIA DO PRIVADO



FIGURA 5 - AUTORRETRATO COM GORRO E OLHOS ARREGALADOS, DE REMBRANDT (1630)
FONTE: Domínio Público. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rembrandt_aux_yeux_hagards.jpg>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Na discussão contemporânea envolvendo alterações na acepção dos termos “público” e “privado”, bem como a realização de espaços públicos a partir da esfera privada, entendeu-se necessário ponderar, também, sobre como essas questões podem ser apreendidas a partir de determinados comportamentos sociais. Desse modo, certamente que o autorretrato de Rembrandt¹¹ (FIGURA 5) se tornou representativo dessa seção em uma abordagem mais ampla do que os corriqueiros “biquinhos” identificados em fotografias contemporâneas. Conforme Correia (2019), esse pintor pode ser considerado o precursor das *selfies*¹², na medida em que se autorretratou diversas vezes ao longo da vida, ainda que de forma realista – com rugas e expressões de sofrimento – o que nos sugere um distanciamento referente aos tratamentos usuais possíveis nas fotos atualmente.

Assim, a pintura de Rembrandt, no início da era antropocentrista, evidenciaria o artista se colocando em sua obra, isto é, deixando de olhar apenas para a sociedade onde vivia e passando a olhar para si mesmo, numa construção do “eu” nas artes visuais (CORREIA, 2019). O Período Moderno teria propiciado o início de uma conquista da intimidade – conforme apontado anteriormente por Homem (2019) – e, ao mesmo tempo, para autores como Sennett (2001), de percepções referentes ao fato de que impressões causadas pelas pessoas seriam definidoras de suas personalidades individuais, configurando uma sociedade destacada por uma cultura narcísica em que tudo poderia ser lido a partir de detalhes aparentes, o que traria como consequência o fato de a identidade real ser vivenciada apenas no refúgio da privacidade. A consequência para a vida pública seria sua transformação em obrigação formal e, estando desprovida do prazer da convivência, as pessoas buscariam relacionar-se apenas com aquilo que lhes é familiar; num convívio entre iguais (SENNETT, 2001), o que culminaria – nas palavras de Innerarity (2010) – com a irrupção do privado no cenário público e o aumento no número de coisas que se tornariam privadas.

Segundo Rodrigues (1985), no final do século XVIII, o gosto pela vida privada doméstica se evidenciou através da configuração de um novo tipo de habitação que

¹¹ “Rembrandt Harmens van Rijn (1606-1669) foi um pintor, gravador e desenhista holandês. Um dos mais importantes pintores do Barroco europeu”. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/rembrandt/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

¹² *Selfie*. “Fotografia, geralmente digital, que uma pessoa tira de si mesma”. “A palavra vem da adição ao substantivo *self* (em inglês “eu”), o sufixo *ie* (“inho”), resultando ‘euzinho’”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Selfie>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

salvaguardava a personalidade de cada membro da família. Conforme Prost e Vincent (2009), essa situação não ocorreu de forma simultânea no corpo social, uma vez que as habitações burguesas na França do início do século XX, por exemplo, seriam compartimentadas e com quartos personalizados, ao passo que as moradias populares – das famílias de operários e camponeses até meados da década de 1950 – aglomeravam-se em um ou dois aposentos, tendo nos seus espaços privados a conformação de “espaços públicos domésticos”. No entanto, apesar dessa ocorrência gradual, pode-se dizer que a introspecção no universo privado trouxe algo importante referente à demarcação do indivíduo na possibilidade de ocultar, resguardar e proteger coisas – diferente de outrora – mas também ocasionou a privação em relação ao outro e o controle de quem teria acesso a esse universo.

No Brasil do século XIX, o universo privado pode ser exemplificado através dos sobrados, explanados por Freyre (2013), enquanto fortalezas compostas por extensos muros com cacos de vidro, lanças pontiagudas nas grades de ferro, paredes grossas, animais nos umbrais dos portões etc. no intuito de protegerem, especialmente, as mulheres burguesas de perigos provindos da rua, como os lobisomens e os “Dons Juans”. Seria o entendimento da casa enquanto refúgio, acrescida da rede de relações de afetividade, as quais poderiam permitir, inclusive, a realização de coisas condenáveis nos espaços públicos, ou seja, a casa seria o ambiente para o “supercidadão” (DAMATTA, 1997). Nesse sentido, para o mesmo autor, o “subcidadão” estaria na rua, local regido pelo Estado e pelo mercado e, portanto, caracterizada pela impessoalidade e desprovido de paz e voz. Nessa demarcação, a valorização do privado em detrimento do público pode ser evidenciada através do tratamento negligenciado com o que seria de natureza comum, tal como na obra de Freyre (2013), cuja sujeira, escuridão, bem como o estado físico das ruas, impediam que mesmo homens burgueses as frequentassem; era o local dos escravos.

Conforme Holanda (1995), ao longo da história do Brasil, seria possível acompanhar o predomínio constante das vontades particulares, encontrando seu ambiente próprio em círculos fechados, que seriam pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Nesse viés, a sociedade relacional de DaMatta (1997) contemplaria laços afetivos estabelecidos em ares caseiros (embasada nas relações

de compadrio e amizades), sendo capaz de favorecer publicamente quem fizesse parte dessa rede de contatos; seria algo como a “casa englobando a rua”. Nesse sentido, o oposto, “rua englobando a casa”, se vincularia a situações autoritárias como a sociedade sendo submetida pelo eixo das relações impessoais (DAMATTA, 1997). Haveria, portanto, uma capacidade de trânsito entre as esferas conforme as conveniências, o que nos faz refletir sobre a existência de vínculos beneficiando publicamente uma pessoa “bem relacionada” na intimidade do lar, colocando em xeque o mérito dos indivíduos, além de prejudicar ou mesmo impedir, conforme Souza (2001), determinadas classes sociais de alcançarem posições, de certa maneira, mais prestigiadas.

Entretanto, apesar dos exemplos franceses e brasileiros, Innerarity (2010) apontou que uma característica do tempo presente seria a impregnação da identidade em praticamente todos os aspectos da vida. Nessa reflexão, Prost e Vincent (2009) e Chauí (1991) pontuaram a contribuição dos meios de comunicação em massa exemplificados através da publicidade e sua invasão na esfera doméstica através das revistas, rádio e a televisão, na medida em que haveria uma estratégia de transmissão das informações a partir de casos individuais, despertando maior identificação com o público. Como exemplo, pode-se citar programas de televisão em que as pessoas participam dando opiniões e manifestando acontecimentos de sua vida particular; no interesse em conhecer intimamente pessoas públicas como atores, cantores e esportistas¹³ (CHAUÍ, 1991).

Tais situações exemplificam que estaríamos vivenciando o apelo à intimidade, à personalidade e à vida privada como suporte e garantia para a ordem pública, o que conformaria uma espécie de “esfera íntima total” (INNERARITY, 2010). Na opinião de Chauí (1991), as relações pessoais dissimulariam as relações sociais e políticas, uma vez que ao invés de resguardarem interesses e direitos regulados pelas instituições, pelas classes sociais e pela separação entre o social e político, passariam a operar pelas preferências, sentimentos e gostos da vida privada, uniformizados pela publicidade e colocando em xeque uma das principais características dos espaços públicos da Antiguidade Clássica, a opinião pública.

¹³ Dentre os exemplos de Chauí (1991), podemos citar o candidato vitorioso das eleições presidenciais do final da década de 1980, na medida em que teria procurado destruir a reputação de seu adversário recorrendo-se a artifícios e argumentações sobre sua vida particular e, após as eleições, teria construído uma imagem de personalidade pública vitoriosa, através de uma elaboração mercadológica de sua figura privada.

Soma-se a isso o fato de que essa não distinção entre as esferas na contemporaneidade, segundo Homem (2019), estaria desmontando as barreiras protetivas, inclusive, da intimidade, dos desejos íntimos, dos pensamentos, a partir, por exemplo, das redes sociais e de sua contínua “superexposição” ao outro. De fato, segundo Madanipour (2005), no passado, o controle da privacidade – e também, da publicidade – poderia ser garantido por paredes ou portas, por exemplo, além de limitações de tempo e espaço. E, hoje, segundo esse mesmo autor, seria possível tirar fotos no espaço privado, ouvir vozes em dispositivos eletrônicos, transmitindo tudo a partir de um botão. Nesse caso, mesmo se não houvesse o desejo de romper barreiras privativas, quando a internet passou a fazer parte da vida das pessoas de maneira integral (vida íntima, social e profissional), proteger a privacidade tornou-se uma tarefa complexa não só porque as grandes corporações geralmente monitoram a rede dos funcionários, mas também porque os dados pessoais – vida financeira, por exemplo – podem ser descobertos através de *websites*, cartões de crédito, entre outros (VALERA, 1999).

Essa dificuldade em estabelecer onde acaba o privado e começa o público foi exemplificada por Innerarity (2010), também, através das concepções político-partidárias, visto que, embora assuntos da economia e política social façam parte da tradição das posturas esquerdistas, portanto, ênfase no que é público, ela também privilegiaria o privado em assuntos vinculados à consciência e liberdade de expressão, por exemplo. Paralelamente, para o mesmo autor, os conservadores favoreceriam – em princípio – decisões privadas, desde que os assuntos não sejam condição sexual, aborto ou religião.

No cotidiano, essa indistinção seria perceptível através da inversão de atividades que antes aconteciam em espaços privados e hoje seriam dadas em locais “públicos”, tais como almoçar fora diariamente ou realizar celebrações em salões de festas e casas de recepção, por exemplo, já que, embora sejam locais privados, permitem o acesso a todas as pessoas – desde que elas possuam meios para consumir (FERREIRA; MARQUES, 2000). Desse modo, Ferreira e Marques (2000) apontaram que as antigas salas de convívio tradicional familiar – estar e jantar – tornaram-se espaços decorativos, visto que o uso que lhe era corriqueiro pertenceria, hoje, à vida pública.

Outro exemplo referente ao ambiente doméstico seria uma exposição realizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque – “A casa não privada”, descrita por Ferraz (2001). Nessa exposição, teriam sido exibidos projetos arquitetônicos residenciais (encomendados por clientes provenientes das camadas privilegiadas dos Estados Unidos e do Japão) que, de fato, dissolviam a dialética público-privado tradicional. Eles foram justificados, principalmente, pela mudança no padrão familiar atual, que não necessariamente contempla crianças (privacidade acústica e visual não requerida) e pela conformação do local de trabalho dentro da área privada (fluxo contínuo e ininterrupto entre atividades relativas à vida cotidiana e profissional). Desse modo, muitas residências apresentavam características como espaços contínuos, fluidos, permeáveis, abertos e flexíveis sendo que, em alguns casos, a privacidade “entre quatro paredes opacas” estaria completamente rompida pela transparência em áreas urbanas densamente povoadas. Essa circunstância, analisada sob o viés psicológico de Valera (1999), leva em conta que, apesar da necessidade de privacidade ser inerente a cada pessoa, dificilmente poderia ser controlada pelo ritmo da vida urbana atual, cujos componentes de aceleração e superlotação conformariam o padrão de diversas cidades. Isso significa que a indistinção entre as esferas, além de tornar as pessoas cegas e surdas em relação aos demais, poderia intensificar a necessidade de reclusão, o que, sob a ótica da cidade, se refletiria no interesse por espaços cujo controle da interação social seria possível (VALERA, 1999).

No prisma dos espaços urbanos, Santos e Vogel (1985) demonstraram, através de pesquisa realizada no bairro Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro – no final da década de 1970 – que a indistinção, ora mais nítida ora menos, entre público e privado, dados pela casa e rua, pode ser benéfica para a dinâmica dos moradores uma vez que, ao entenderem a rua como uma grande família, por exemplo, possibilitariam atividades comuns como o cuidado com as crianças ou a compra fiada no armazém. Entretanto, haveria, também, exemplos negativos nos espaços urbanos, em que essa relação difusa pode ser percebida em circunstâncias em que o espaço privado nega a rua, como ocorrem com os “enclaves fortificados”¹⁴ de

¹⁴ Caldeira (2003, p. 258-259) utiliza a expressão “enclaves fortificados” para as construções enclausuradas. Para a autora, esses espaços são: “(...) fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente”.

Caldeira (2003), já que esses universos autocontidos seriam beneficiados com praticamente tudo o que é necessário para evitar a vida pública. E, ainda, situações conflituosas em que o estabelecimento de uma relação de troca – como ocorreria no Catumbi – é recusado, podendo-se citar a transformação de vias públicas em áreas de controle restrito que, no intuito de delimitar quem são os moradores e quem seriam os estrangeiros, impediriam o acesso e qualquer tipo de relacionamento com estranhos. Desse modo, na sequência, serão exemplificadas circunstâncias comportamentais que elucidam essa indistinção entre o que é público e privado, reverberando nas cidades contemporâneas.

2.2. A INDISTINÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA CIDADE



FIGURA 6 - PARQUE POVO MÁRIO PIMENTA CAMARGO, EM SÃO PAULO-SP
FONTE: Fernando Urbano (2016).

“De quem é o Parque do Povo?”. Essa pergunta foi o título de uma notícia publicada pela Folha de São Paulo, em 2017, cujo autor, Leão Serva, relata o uso privado irregular do Parque Povo Mário Pimenta Camargo ou simplesmente “Parque do Povo”, no bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo-SP¹⁵ (SERVA, 2017). Conforme a reportagem, o parque foi inaugurado em 2008 após décadas de

¹⁵ SERVA, Leão. De quem é o Parque do Povo? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2017.

disputas judiciais contra invasores que exploravam o local através da instalação de campos de futebol, escola de circo, moradias e, aproximadamente dez anos depois, voltava a apresentar apropriação indevida, através de estacionamentos privados.

Essa notícia foi selecionada na Midiateca do Observatório do Espaço Público (UFPR), dentre outras que aludiam a tensões entre o “público” e o “privado” por parte da população, repercutindo nos espaços públicos. Embora refira-se à cidade de São Paulo, tais situações não se limitam a ela, podendo-se citar a apropriação indevida de ruas através do fechamento com grades ou correntes em outros países, como na cidade de Lima, no Peru, o que foi exposto na manchete “Periferia de Lima tem rua com grades e saudades de Fujimori” (COLOMBO, 2018)¹⁶, ou a invasão de espaços próximos à praia por residências unifamiliares no litoral do estado, como no Guarujá-SP, publicada na notícia “À beira-mar, mansões do Guarujá podem ter de recuar seus muros”¹⁷ (CANCION, 2013). Observa-se que esses exemplos elucidam circunstâncias conflituosas do encontro com o outro, no entanto, para Santos e Vogel (1985) haveria, também, a possibilidade de esse encontro culminar no reforço do contato – “relação de troca”, como ponderado na notícia “Moradores de São Paulo cuidam de 112 praças com verba própria”¹⁸ (MARQUES, 2014), uma vez que há cooperação do privado em prol do que é público, além da neutralização desse contato, como em “Moradores vão à justiça para tentar manter ruas fechadas”¹⁹ (LEAL, 2013), representante dos processos denominados “evitação” (SANTOS; VOGEL, 1985), já que o privado isola-se, negando o que é público.

Das três possibilidades decorrentes do encontro com o outro (“conflito”, “relação de troca” e “evitação”) (SANTOS; VOGEL, 1985), entende-se “evitação” como processos elaborados de antemão, seja pela iniciativa privada ou pelo Estado, e as “relações de troca” e “conflito” decorridas, principalmente, da interação entre sujeitos e entre sujeito e entorno. Na investigação de Santos e Vogel (1985), as “relações de troca” exemplificadas através do bairro Catumbi (Rio de Janeiro) seriam

¹⁶ COLOMBO, Sylvia. Periferia de Lima tem rua com grades e saudades de Fujimori. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2018.

¹⁷ CACION, Natália. À beira-mar, mansões do Guarujá podem ter de recuar seus muros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2013.

¹⁸ MARQUES, Jairo. Moradores de São Paulo cuidam de 112 praças com verba própria. **Folha de São Paulo**, São Paulo.

¹⁹ LEAL, Carolina. Moradores vão à justiça para tentar manter ruas fechadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2013.

estabelecidas entre a vizinhança local e estariam explícitas no ato de sentar, conversar ou comercializar produtos no limiar entre a casa e a rua, isto é, através das soleiras, portas e janelas das edificações – situadas, predominantemente, no alinhamento predial. Acrescenta-se, no entanto, que essa rede de relacionamentos não seria receptiva aos estranhos já que, via de regra, a realização de atividades comunitárias envolveria saber “quem é o outro”. Desse modo, essa “grande família” pode ser apreendida sob uma ótica da segurança urbana, visto que haveria uma responsabilidade natural e conjunta sobre as ruas dada pelo exercício dos moradores em observar ou, mesmo, controlar, as pessoas que a frequentam. Tal situação exemplificaria o conceito de “olhos para a rua”²⁰, de Jacobs (2009), cuja rede de respeito e confiança mútuos entre as pessoas propiciariam segurança aos pedestres e usuários dos espaços públicos, acrescidos do apoio em uma eventual dificuldade, apesar de que, para Santos e Vogel (1985), olhos para ver necessitariam de uma convicção para intervir.

Entretanto, na opinião de Gehl (2017), o dinamismo entre as edificações e as calçadas dado por fachadas abertas ou transparentes, por exemplo, contribuiria com a vida pública ao instigar os pedestres a realizarem atividades como falar ao celular, amarrar o sapato, organizar sacolas de compras ou conversar, diante desses locais. Além das feiras de rua que, para Groenendaal (2015), seriam contribuintes do florescimento da comunidade, uma vez que o baixo custo de produção e manutenção para os comerciantes reverberaria em preços mais razoáveis para os moradores locais. As feiras teriam força, também, como local para encontros de pessoas, sobretudo, porque, algumas vezes, são providas de música e dança (GROENENDAAL, 2015). Outro exemplo de relação público-privado em prol da vitalidade urbana seria, para Nycollas e Troina (2015), a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Uma vez que a população teria seus espaços privados reduzidos, compartilharia, intensamente, o espaço público disponível, com pessoas reunindo-se em esquinas, crianças brincando nas ruas, além das festas com músicas nas praças.

²⁰ “(...) devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega” (JACOBS, 2009, p. 35-36).

Ainda que, nessa pesquisa, as “relações de troca” representem circunstâncias benéficas à comunidade, Hertzberger (2006) apontou que o uso dos espaços públicos por residentes – como se fosse privado – poderia fortalecer a demarcação dos usuários de determinada área aos olhos dos outros e, nessa ocorrência, se perderia o caráter público de forma temporária ou, mesmo, permanente. Embora, segundo o autor, essas apropriações possam ser identificadas em diversas cidades do mundo, atendo-se ao Brasil, Yázigi (2000) apontou como traços personalistas da vida cotidiana também poderiam revelar uma incapacidade em lidar com aspectos da vida em democracia, citando o simples exemplo da relação estabelecida do motorista com seu automóvel, visto que não seria difícil identificar circunstâncias vinculadas à direção e condutas irresponsáveis como “cortar” outros carros, evitar emitir sinais, brigar quando repreendido. A crítica ao motorista se estenderia, ainda, no desrespeito em relação à faixa de pedestres e, no campo da sonoridade, no fato de um único motociclista, circulando à noite com o escapamento desregulado, por exemplo, ser capaz de despertar um grande número de pessoas (YÁZIGI, 2000). No campo da paisagem urbana, o mesmo autor apontou circunstâncias de conflito vinculadas à colocação de faixas de pano com mensagens íntimas sobre a via pública (declarações de amor, pedidos de perdão etc.). Ainda que usualmente aceitas, refletiriam uma confusão entre as esferas pessoais e coletivas, acrescentando-se que, para tal autor, esse recurso seria corriqueiro, principalmente, nos empreendimentos comerciais.

Além desses exemplos, Gomes (2002) citou as apropriações de calçadas ou ruas por meio de grades de ferro, correntes ou cancelas, feitas por edifícios que, justificando uma insegurança urbana, privatizariam o que é público. Para Rosaneli (2016), uma situação impressionante – ocorrente em cidades da região metropolitana de Curitiba-PR – refere-se ao desrespeito dos estabelecimentos bancários com os espaços públicos na medida em que, corriqueiramente, permitem que os carros-fortes – com seus seguranças armados – estacionem em calçadas ou trechos proibidos da via. Haveria, ainda, apropriações dadas por processos de “tribalização”, vinculadas ao estabelecimento de um território dominado por um grupo, como narcotraficantes estabelecendo controle rígido sobre os locais, como em ocorreria em algumas favelas (GOMES, 2002). Outras circunstâncias referem-se à ocupação privada (comércio, serviços, garagens) de áreas destinadas ao uso

coletivo em conjuntos habitacionais, por exemplo (SERPA, 2007), além da privatização das praias, tal como teria ocorrido na Via Costeira, em Natal (RN), que foi partilhada por hotéis de luxo (CUNHA; SILVA, 2011).

Detalhando essa circunstância, conforme Cunha e Silva (2011), teriam ocorrido investimentos estatais na infraestrutura hoteleira para a recepção do turismo nacional, justificados pela preservação de recursos naturais. Embora tal situação sugira tratar-se de uma alternativa ecológica preservacionista e de geração de empregos e renda para a população local, os autores afirmaram que a população teria se afastado do mar e ocupado áreas insalubres no bairro, além de pescadores terem mudado de profissão, de forma que a permanente presença de seguranças privados próximos aos hotéis, a falta de mobiliário urbano e a precariedade do único meio de transporte coletivo no local foram apontadas como algumas das causas pelas quais os natalenses – sobretudo os desprovidos de veículos – não utilizariam essas praias. Aliás, uma dessas praias, a de Ponta Negra, teria se consolidado como o maior destino turístico do estado e, como consequência, teria sofrido uma apropriação da paisagem natural através de grandes construções e dos comércios formais e informais em que seria possível visualizar circunstâncias de esgoto à céu aberto lançado diretamente no mar, desmatamento na área das dunas, além da privatização das praias pelos hotéis (MACIEL; LIMA, 2014).

Esses casos da Via Costeira de Natal, além de exemplificarem o conflito no entendimento do que é público e privado nos espaços públicos dado pela privatização das praias por parte do setor hoteleiro, pode ser interpretado, também, a partir dos processos de “evitação”, na medida em que a população local – ainda que não tenha sido impedida de acessar as praias através de grades e muros – foi afastada do convívio e, portanto, neutralizada. No livro de Santos e Vogel (1985), esse artifício pode ser interpretado a partir do condomínio “Selva de Pedra”, em duas ocorrências simultâneas. A primeira se daria pela falta da “relação de troca” com os vizinhos do próprio condomínio – carente da noção de comunidade – na medida em que bom vizinho seria aquele que “não perturbasse”, podendo-se citar como exemplo os ruídos típicos das atividades cotidianas (abrir gavetas, funcionamento de aparelhos domésticos, brigas, descargas). Tal “evitação” seria estendida, também, ao condomínio vizinho, o “Conjunto Cruzada”, uma vez que, habitado por moradores de favelas extintas, despertaria insegurança nos moradores

e, portanto, haveria propostas para cercar fisicamente a “Selva de Pedra”. Em ambas as situações, a solução estaria no isolamento físico; na ausência ou minimização do contato entre as pessoas, o qual passaria a ser intercambiado por porteiros, faxineiros, entre outros.

Essa ênfase no que é privado e restrito, associado à desvalorização do que é público e aberto faz referência, sobretudo, aos “enclaves fortificados”, expostos em Caldeira (2003), representados por extensos e altos muros nos condomínios residenciais fechados ou por construções autocontidas (desprovidas de portas ou janelas para contato externo) como no caso dos *shoppings centers* e dos parques temáticos. No que tange aos condomínios residenciais, a mesma autora apontou que se caracterizariam por um desejo por se proteger dos perigos da rua somado ao desconhecimento ou indiferença com a dinâmica da cidade, já que muitos desses “enclaves” possuiriam as próprias regras, o que reverberaria em uma falta de percepção daquilo que é público, enfim, das normas de conduta que regem o convívio em sociedade.

Sobre a atmosfera costumeira desses locais, pode-se citar a descrição da Disneylândia (EUA), feita por Ghirardo (2002). Enquanto local comercial, além dos passeios e atrações interativas, seriam ofertadas oportunidades de consumo, com alguns setores direcionados exclusivamente à compra, seja de comida ou de *souvenirs*. Essa contínua sensação de prazer seria dada, também, pela arquitetura cenográfica e pela manutenção do local – como a limpeza, por exemplo –, já que a primeira seria visualmente perfeita e a segunda seria impecável e realizada por funcionários treinados para serem imperceptíveis. A dinâmica do local seria regida pelas próprias leis e normas de conduta (código de vestimentas e comportamentos), com a vigilância onipresente, através de técnicas sofisticadas de marketing e de controle de multidões. Nas palavras da autora, a Disneylândia seria o exemplo de um mundo de espetáculo, vigilância e controle.

Acrescenta-se, ainda, que embora a opção por viver ou condição para frequentar esses enclaves sejam direcionados, via de regra, a populações de classe média ou alta, conforme Borja e Muxí (2000), isso vem se tornando comum entre as classes mais baixas, que também buscam proteção através de suas próprias polícias e, segundo Yázigi (2000), também frequentam centros comerciais na periferia. Sob essa ótica, entende-se que o ambiente fechado e controlado vem

sendo apreendido como um estilo de vida – um “novo conceito de moradia” – cujos atributos de exclusividade, isolamento, disciplina, fortificação, homogeneidade e autossuficiência seriam interpretados por um viés positivo (CALDEIRA, 2003). Tal modo de vida estaria suportado por um universo “perfeito” de bem-estar e qualidade, sendo comercializado, principalmente, por grandes incorporadoras (MANHÃES; ARRUDA; 2017). Na crítica das autoras, o Estado, ao permitir esses empreendimentos instalados nas cidades, se tornaria refém do setor imobiliário, pois este passaria a garantir os espaços públicos e a segurança e, portanto, aquele passaria a ser conivente com uma segregação socioespacial.

Essa tendência em enfatizar a esfera doméstica, com ruas e praças substituídas por espaços privados, contribuiria para o surgimento de supostos “novos espaços públicos” – internos aos ambientes – como o caso dos “Terceiros Espaços”²¹, no entendimento de que a “vida pública” poderia se realizar em cafés, livrarias, salões de beleza, *shopping centers* e academias de ginástica (CARMONA, 2010a). Pode-se dizer que esse conceito retoma as considerações de Queiroga *et al.* (2009) de que os espaços públicos poderiam se realizar a partir da propriedade privada desde que realizassem a esfera pública *lato sensu*, até porque, para Carmona (2010a), esses espaços seriam altamente inclusivos, abertos durante e fora do horário comercial, além de propícios a conversas, o que, para ele, significaria a possibilidade do debate político. Entretanto, ressalta-se que, para esse mesmo autor, os “Terceiros Espaços” se enquadrariam como prejudiciais aos espaços públicos tradicionais, uma vez que foram categorizados sob a ótica de seu suposto declínio.

Embora ponderações envolvendo o “declínio dos espaços públicos” sejam questionáveis, na visão de Sennett (2001), ao tratar do “espaço público morto”, eles poderiam ser identificados nas cidades através de locais abandonados, desprovidos de sentido no mais físico dos níveis. Estariam sendo substituídos por “salas de estar” urbanas, sob alta vigilância e baixa sociabilidade que, segundo o autor,

²¹ “Terceiros espaços (do inglês *third places*) é um termo que define um lugar público para encontros regulares, voluntários e informais de indivíduos, que os remetem a bons momentos, para além dos domínios do lar e do trabalho. Esse termo vem da separação da experiência social e cotidiana em três espaços: primeiro, segundo e terceiro. O lar é o ‘primeiro espaço’, caracterizado por ser um local doméstico e privado. O ‘segundo espaço’ é o ambiente de trabalho, local dedicado a realização de uma atividade produtiva e/ou remunerada”. (FERREIRA, 2015, p. 26). Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7645>>. Acesso em: 02 mai. 2020. Segundo Carmona (2010a), a definição de “Terceiros Lugares” consideraria a vida pública “informal”, a qual poderia se realizar em cafés, livrarias, bares, salões de beleza e outros pequenos *hangouts* particulares.

poderiam ser exemplificados pelo edifício *Lever House*²² – arranha-céu²³ de Nova Iorque –, cujo andar térreo disponibilizaria uma praça de acesso público desprovida da mescla de pessoas e, tampouco, da diversidade de atividades, caracterizada apenas como local de passagem para o interior da edificação. Desse modo, enquanto as “relações de troca”, “conflito” e “evitação” pontuadas nesse tópico retrataram situações cotidianas estabelecidas a partir do encontro com o outro, buscando contextos que evidenciassem, sobretudo, as relações dos indivíduos com os espaços públicos, a seguir, serão pontuadas algumas motivações e prováveis consequências de uma conformação efetiva de espaços públicos a partir da esfera privada, as quais podem, muitas vezes, ser interpretadas como “ameaças aos espaços públicos”.

3. COABITAÇÃO

3.1. AMEAÇAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS



FIGURA 7 – ESPAÇOS PÚBLICOS ABANDONADOS?

FONTE: Domínio Público. Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/photos/antigo-balan%C3%A7o-baloi%C3%A7os-163801/>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

²² Projeto de Gordon Bunshaft, situado na Park Avenue, cidade de Nova Iorque, Estados Unidos (SENNETT, 2001).

²³ Arranha-céu: Edifício com muitos andares ou pavimentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arranha-c%C3%A9u/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Os comportamentos sociais, relacionados anteriormente, evidenciaram indistinções entre as esferas “pública” e “privada” por meio de “relações de troca”, “conflitos” e “evitações”, estabelecidas a partir do encontro com o outro e refletidas nos espaços das cidades. Dessas ponderações destaca-se, no início desse tópico, a discussão envolvendo os supostos “novos espaços públicos”, internos aos ambientes (cafés, livrarias) ou externos a eles (praça do edifício *Lever House*). Ainda que, na opinião de Innerarity (2010), esses “novos espaços públicos” contemplariam o ambiente virtual, nessa pesquisa, nos interessa a esfera material.

De antemão, enfatiza-se que essa expressão é, apenas, uma das possibilidades para tratar desses locais. Mitchell (1995), por exemplo, ao referir-se a *shopping centers* ou praças corporativas, utilizou “espaços pseudopúblicos” e Minton (2006), ao evidenciar circunstâncias em que o privado controla os espaços públicos, fez uso de “espaços privado-públicos”. Em Nemeth e Schmidt (2011), constatou-se termos como “espaços acessíveis ao público” ou “espaços públicos de propriedade privada”. Portanto, diante das variadas expressões para discutir essa temática, elas serão traduzidas, nessa seção, por “espaços privados de uso público”. Mas, independentemente do termo, o que se deseja pontuar são algumas motivações e prováveis consequências da conformação de espaços públicos a partir da esfera privada. Circunstâncias que, muitas vezes, podem ser interpretadas como ameaças ao caráter público de determinado local, devido à perda de algumas de suas características intrínsecas.

Mas, afinal, qual é o motivo de apreendermos como “espaço público” algo que pertence à esfera privada? Sem a intenção em delimitar uma resposta categórica, o comportamento social mais individualizado apresentado anteriormente – “narcísico” nas palavras de Sennett (2001), conformando uma “esfera íntima total” nas concepções de Innerarity (2010) ou repercutindo em apropriações privadas nos espaços públicos, por exemplo – leva a crer em uma normalização da sobreposição dessas esferas, na contemporaneidade. E tal entendimento pode significar um uso naturalizado de expressões como “espaços públicos de propriedade privada” ou “espaço privado de uso público”. Outra circunstância que fortaleceria a aceção natural desses termos seriam as expressões “estado de natureza” ou “condição natural da humanidade”, cunhadas na modernidade, no intuito de apresentar como naturais a propriedade privada, o trabalho assalariado (com acumulação privada) e

os pactos entre desiguais; circunstâncias que também naturalizariam o mercado capitalista (CAPELLA, 2002). O autor acrescentou que, se entendidas dessa maneira, seriam inatacáveis pelo artificial poder político, pois seria ilegítimo.

E, ainda que propriedade privada seja apreendida como natural na atualidade, Shi e Zhou (2016) reforçaram que os direitos de propriedade seriam utilizados para distingui-la do espaço público, ou seja, haveria o espaço que pertence aos setores públicos e aquele pertencente aos setores privados. Porém, desde meados do século XX, cidades como Nova Iorque (EUA), por exemplo, estariam cada vez mais fornecendo “espaços públicos” a partir de parcerias público-privadas ou totalmente pelo setor privado (SHI; ZHOU, 2016). De fato, segundo Nemeth (2009), a maioria dos centros da América do Norte e, também, da Europa, teriam se voltado para esse tipo de parceria no intuito de gerenciar e manter “espaços privados de uso público”, com Nova Iorque se destacando através de seus 530 *Privately Owned Public Spaces* (POPS), resultado de uma resolução do zoneamento, em 1961. Tecendo crítica a esse mecanismo, Schlack (2011) pontuou que, embora os resultados quantitativos aparentem ser encorajadores, haveria dúvidas sobre seus resultados qualitativos. Entretanto, a discussão sob a ótica da legislação será tratada posteriormente. Por ora, destaca-se um argumento frequente dos defensores desses espaços, vinculado à necessidade de criar ambientes urbanos seguros, viáveis e sustentáveis (NEMETH; SCHMIDT, 2011).

Essa defesa dos “espaços privados de uso público” pode ser associada ao que Carmona, Magalhães e Hammond (2008) tratam como uma percepção de valor dos espaços públicos. Isso porque eles proporcionariam benefícios econômicos, sociais e ambientais, sendo o primeiro através do aumento no valor da terra e investimentos; o segundo, por meio da redução do estresse através de espaços para esporte e lazer ou redução de crimes e comportamentos antissociais, além da promoção da coesão social; e o terceiro, através de melhorias na qualidade do ar e a criação de oportunidades para a vida selvagem florescer na paisagem urbana. Nessa temática, Schmidt e Nemeth (2010) destacam uma aceção de que “mais é melhor” e, também, o fato de que muitos departamentos de planejamento urbano teriam se transformado em agências de desenvolvimento, cuja intenção seria atrair as principais empresas, por exemplo, o que resultaria em uma mudança na forma como os espaços públicos seriam produzidos. Como resultado, as funções

tradicionais de parques, praças e calçadas, por exemplo, estariam sendo desafiadas por novas tendências na provisão e gerenciamento, ou seja, estariam, cada vez mais, sendo privatizadas (SCHMIDT; NEMETH, 2010).

Na abordagem de Madanipour (2005), desde a Revolução Industrial, os espaços públicos estariam sendo, progressivamente, tratados como mercadoria. Isso porque as decorrentes inovações tecnológicas dos transportes e da comunicação teriam motivado processos de desmembramento entre desenvolvimento e localidade, uma vez que grandes empresas com sede internacional teriam substituído, por exemplo, pequenos comerciantes locais. Tais empresas, por sua vez, seriam financiadas por bancos e instituições que, via de regra, também estariam fora da localidade em que o comércio ou serviço é oferecido. Essas inovações associadas à urbanização e globalização teriam transformado as cidades em escala e velocidade. Sob a ótica do autor, esse fato, ao mesmo tempo em que promoveria a superação de um único lugar ou único evento, dificultaria a construção de lugares significativos. Como resultado, os cidadãos dessas cidades teriam dificuldades em reconhecer a importância da infraestrutura pública e do espaço comum para todos. Desse modo, o espaço público – desprovido do valor emocional e cultural de outrora – teria passado a ser tratado como mercadoria, já que os investidores estariam mais interessados em um retorno confiável para seus investimentos. Nesse sentido, haveria a necessidade de criar ambientes seguros e atraentes tanto para esses investidores, quanto para os funcionários das empresas e, também, para os turistas, sobretudo, porque uma das poucas emoções resultantes seria negativa; vinculada ao medo do crime (MADANIPOUR, 2005).

De fato, conforme Schmidt e Nemeth (2010), haveria um consenso entre planejadores, desenvolvedores e consultores de que deve haver segurança real e percebida nesses “espaços privados de uso público”, de forma a permitir que realizem todo o seu potencial. Inclusive, segundo os autores, nos Estados Unidos, após o atentado de 11 de setembro de 2001, o aumento da segurança nesses espaços seria socialmente aceitável. Nesse sentido, além de uma política de vigilância ativa, seria estimulada, também, a “vigilância natural”, dada por usuários desejáveis capazes de identificar atividades ilegais. Tal circunstância reforçaria a apreensão desses espaços enquanto mercadorias, uma vez que, aqueles que

compram bens e serviços seriam bem-vindos; contudo, aqueles que não consomem, seriam desencorajados (SCHMIDT; NEMETH, 2010). Para Madanipour (2005), a criação desses espaços seria parte de um processo maior – de espetáculos nas cidades – incluindo ideias sobre uma cidade 24 horas, o uso de indústrias culturais em regeneração urbana e, ainda, a promoção de uma “cultura de cafés”. Tais circunstâncias, fazendo-se uso de concepções de Minton (2006), configurar-se-iam espaços projetados para um consumidor específico com o objetivo de conformarem-se “locais de destino”.

Uma ressalva dessa autora refere-se ao entendimento da importância em criar locais economicamente viáveis nos centros das cidades, por exemplo, destacando que o problema estaria no foco estrito nesse objetivo, esquecendo-se de aspectos como as tradições culturais ou a diversidade de pessoas. Mas, segundo Carmona (2010a), a conformação desses espaços seria justificada, muitas vezes, a partir da “recuperação do domínio público”, como se os espaços públicos estivessem em decadência. Nesse sentido, “Privatizações Corporativas” ou “Espaços de Consumo”, por exemplo, seriam apreendidos como consequência de “espaços públicos negligenciados” ou “invadidos”²⁴, para citar alguns exemplos desse autor. Isso porque a situação dos “espaços negligenciados”, por exemplo, poderia facilitar a incidência de lixo, vandalismos e pichações, no entendimento de que pequenos sinais de decadência poderiam motivar atos maiores de degradação. O aspecto descuidado levaria a uma queda na frequência de pessoas a partir de ausência de manutenção e qualidade percebida do local, especialmente se diminuíssem as oportunidades para a realização de atividades e, sobretudo, se prejudicarem o acesso de pessoas deficientes, idosos e carrinhos de bebê, já que esse perfil da população, via de regra, necessitaria de um *design* mais cuidadoso. Desse modo, como uma “bola de neve”, não havendo pessoas propiciando um controle ativo no local e com a baixa diversidade de público, poderia haver comprometimento na presença de mulheres, por exemplo, a partir do medo em frequentá-los, o que

²⁴ “Privatização Corporativa” seria as privatizações do espaço público por interesses corporativos ou comerciais como o fechamento, redesenho ou policiamento de parques e praças; monitoramento de ruas; praças corporativas abertas ao uso público etc. (CARMONA, 2010a, p. 134). “Espaço de Consumo” seriam os espaços públicos direcionados ao consumo motivados, por exemplo, por um “mercado de experiências”, como ocorre com os parques temáticos (CARMONA, 2010a, p.137). “Espaço Negligenciado” são aqueles que apresentam sinais de decadência de uma área urbana (CARMONA, 2010a, p.124). “Espaço Invadido” seriam os espaços empobrecidos pela invasão dos automóveis (CARMONA, 2010a, p. 127).

poderia ser evitado através do *design* se o ambiente se tornasse aparentemente mais seguro, através da combinação de desenhos defensivos (CARMONA, 2010a).

Um adendo nessa discussão refere-se ao fato de que, conforme Gomes (2002), os espaços públicos não estariam em decadência, simplesmente, porque nunca teria ocorrido um momento de apogeu – uma espécie de “anos dourados” dos espaços públicos – com plena participação democrática, por exemplo. Outra argumentação pode ser exemplificada pela dupla dimensão dos espaços públicos, sugerida na Figura 7. Isso porque, ainda que a imagem em preto e branco associada à ausência de pessoas e ao desgaste dos balanços sugira um local negligenciado ou abandonado, é provável que esse registro não seja fiel ao seu uso, já que, se observarmos alguns detalhes, veremos que a grama sob o balanço é inexistente, talvez por ter sido muito pisoteada, circunstância reforçada por pegadas, que aparentam serem recentes. Sob essa ótica, esse hipotético espaço público não estaria carente de manifestações da vida cotidiana, ainda que seu aspecto físico aparente esteja degradado. Portanto, seria difícil afirmar um declínio, havendo vitalidade.

No entanto, a alegação de que os espaços públicos nunca teriam se conformado inclusivos, é, muitas vezes, utilizada como justificativa para incentivar – ainda mais – esses “espaços privados de uso público”. Esse fato pode ser evidenciado através do argumento “nada de novo”, exposto por Carmona (2010b), para exemplificar abordagens de alguns autores referentes à privatização de espaços públicos não ser tão ruim, uma vez que a exclusão social, por exemplo, sempre existiu. Outro incentivo seria a ponderação de Nemeth e Schmidt (2011), de que nenhum espaço, individualmente, precisaria atender as necessidades de todos os usuários a todos os momentos e, portanto, seria importante considerar como esses locais se comportam em relação a uma rede de espaços em áreas urbanas densas. Sob essa perspectiva, o público apropriado para determinado local dependeria de usuários, proprietários e gerentes atuando como agentes conscientes e, além disso, o entendimento de “público” poderia ser constantemente redefinido (NEMETH; SCHMIDT, 2011). Em outras palavras, sempre haveria um público específico sendo favorecido.

Desse modo, retoma-se concepções pontuadas nos tópicos anteriores, referentes à gradação de publicidade, inclusive, nos espaços públicos. Carmona,

Magalhães e Hammond (2008), por exemplo, delimitaram possibilidades de apreensão dos “espaços públicos” a partir do gerenciamento, isto é, poderia manter-se – tradicionalmente – público, mas, também, conformar-se a partir da esfera privada. Essa proposta tipológica incluiria aspectos de “função”, “percepção” e “propriedade”, resultando em uma escala gradativa, cujos extremos seriam espaços “claramente” públicos ou “claramente” privados. Nessa delimitação, os próprios autores pontuaram que haveria os espaços “ambíguos”, como o caso dos “Terceiros Espaços” citados anteriormente, ou o que eles denominam “Espaço público internalizado”, para tratar dos *shoppings centers*. E, ainda nessa classificação, haveria um “Espaço privado visível”, que seria fisicamente privado, mas visível aos espaços públicos, como ocorre com os jardins frontais das casas.

Outros autores que propuseram essa abordagem gradual foram Indovina (2002), ao afirmar que os espaços públicos poderiam ser apreendidos a partir de parâmetros como “propriedade”, “limites de uso”, “custo no acesso” ou “condicionamentos ao seu uso” e, também, Nemeth e Schmidt (2011), ao investigarem o grau de publicidade em espaços públicos e “espaços privados de uso público”, da cidade de Nova Iorque, delimitados a partir da “propriedade”, “gestão” e dos “usos”. Segundo esses últimos autores, a “propriedade” estaria vinculada à operação pública ou privada; “gestão” se referiria ao controle e manutenção e “uso” se vincularia à diversidade de usos e usuários nos espaços, tanto sob a ótica quantitativa quanto qualitativa. Assim, os resultados da pesquisa, a partir do gerenciamento, apontaram que os “espaços privados de uso público” controlariam mais o uso, comportamentos e acessos do que os espaços públicos. Isso porque os gerentes desses espaços tenderiam a empregar recursos adicionais de controle através do uso da vigilância, policiamento e *design* e, além disso, empregar ferramentas para manipular e programar os usos e comportamentos. Essa ênfase na programação e segurança pessoal, segundo os mesmos autores, ameaçaria a capacidade de criar e manter espaços simples, que serviriam como retiros acolhedores e inclusivos.

A opinião de Minton (2006) vai ao encontro dos resultados dessa pesquisa, apontando consequências como o aumento no nível de controle local e, também, uma homogeneização dos espaços públicos. Isso porque haveriam regras de comportamento nos “espaços privados de uso público” garantindo que apenas

algumas atividades e pessoas seriam permitidas e, nesse sentido, mendigos e sem-teto seriam "movidos" pela segurança privada, enquanto comportamentos que variam de *skate* a patins seriam banidos. Nessa argumentação, a autora exemplifica o caso de um ex-prefeito de Nova Iorque, cuja proposta de "recuperar os espaços públicos" incluía intolerância à presença de moradores de rua, grafiteiros, ciclistas imprudentes, jovens indisciplinados, para citar alguns.

E, ainda, quando poucos proprietários gerenciam diversos locais, pode haver delimitação dos níveis de renda numa rua – exemplificada pelo preço das propriedades e níveis de aluguéis –, o que prejudicaria a diversidade de atividades ofertadas, bem como as empresas locais (MINTON, 2006). Nessa perspectiva, subentende-se, também, o comprometimento na diversidade de público. Além disso, se desenvolvedores e clientes nos setores público e privado não estiverem mais ligados a localidades específicas, as fórmulas de *design* seriam repetidas de um lugar para o outro, com pouco pensamento para o contexto (CARMONA; MAGALHÃES; HAMMOND, 2008). Nesse sentido, haveria outra tendência – vinculada à uniformidade da paisagem urbana – dada pela semelhança de "temas" e, conseqüentemente, a sensação de falsidade e irrealidade, como quando se copiam espaços existentes em outros locais – patrimônio falso – ou quando busca-se imitar a atmosfera da vida urbana (MINTON, 2006).

Acrescenta-se que a homogeneização dos espaços públicos dada, sobretudo, pelo controle dos comportamentos, pode ser discutida, também, a partir de um conflito relatado por Mitchell (1995) envolvendo um espaço de propriedade privada – na cidade de Berkeley (Estados Unidos) – que foi apropriada por moradores de rua, devido à inutilização da terra por anos. Segundo o autor, a propriedade pertencia a uma universidade, mas a terra teria se conformado a um parque, um dos poucos espaços públicos restantes na cidade. Desse modo, qualquer tentativa de desenvolvimento do local – como a criação de quadras de vôlei para os alunos – era apreendida pelos moradores de rua e, também, por ativistas, como uma ameaça ao caráter público. Até porque, na proposta intervencionista, a universidade justificaria a intenção de manter o espaço como um parque público, mas teria pontuado que atividades inadequadas seriam removidas, além do argumento de que quem estaria excluído do local, até o momento, seriam os estudantes e residentes de classe média. Desse modo, para Mitchell (1995), esse

conflito explicitaria o entendimento de que “espaço público”, por parte da universidade, seria um local planejado, ordenado e seguro, diferente, portanto, da perspectiva dos ativistas e moradores de rua, que o entendiam como um local ocupado e feito por atores políticos, fato que toleraria os riscos de desordem como elemento central de seu funcionamento.

O autor, inclusive, aproximou tais acepções do que Lefebvre denominou “representação do espaço” (espaço concebido e controlado) e “espaço de representação” (espaço vivido, em uso). Isso porque o local teria começado como um espaço de representação (apropriado), permitindo que movimentos políticos acontecessem e, nesse sentido, seria um local em que os sem-teto, por exemplo – enquanto grupo marginalizado e invisível para a sociedade – se representariam como uma parte legítima do público. O mesmo autor acrescentou, ainda, que quando se trata de uma população que vive no setor público, atividades públicas e privadas são realizadas publicamente (ir ao banheiro, dormir, beber, fazer amor) e, como essas situações são, via de regra, ilegítimas de serem realizadas em público, podem ser apreendidas enquanto desordem ou decadência para grande parte da sociedade, a qual enfatizaria a necessidade de mais controle.

O que a situação abarca são considerações sobre o caráter público de determinado local ser dado a partir dos usuários e comportamentos identificados e, não, a partir de quem o possui ou controla. Desse modo, com a terra apreendida como espaço público, pode-se dizer – fazendo uso de concepções de Carmona (2010a) – que a universidade estaria cometendo “excessos na gestão”. Entretanto, os excessos na gestão não seriam cometidos, apenas, pelo setor privado. Segundo o autor, a gestão pública também cometeria excessos quando, por exemplo, transfere a responsabilidade local para particulares, como quando seguranças privados se sobrepõem à polícia no monitoramento de ruas, por exemplo, ou quando museus praticam a exclusão por meios financeiros, isto é, permitindo o acesso mediante, apenas, o pagamento de ingressos. Na opinião desse mesmo autor, os excessos no gerenciamento – público ou privado – contribuiriam para uma homogeneização geral do ambiente público.

Tais excessos vão ao encontro do que Schmidt (2004) aponta como um dos principais problemas de uma produção e gestão privadas nos espaços públicos, isto é, o fato de as ações e os comportamentos ficarem controlados. Entretanto, para

Hankins e Powers (2009), a consequência do desaparecimento do Estado na produção e gestão seria uma incontornável despolitização desses locais e de seu público frequentador, inclusive porque, segundo Carmona (2010a), espaços direcionados ao consumo, por exemplo, tenderiam a serem apolíticos, para não prejudicarem seu propósito. Além disso, nas considerações de Souza (2018), espaços “fechados”, “higienizados” e “seguros” como a Disneylândia, além de inibirem aspectos potencialmente transformadores da prática democrática e evitarem a desordem pública, fomentariam uma civilidade conformada por consumidores. Acrescentando-se, ainda, a opinião de Borja e Muxí (2000), de que implicariam no risco da formação de uma cidadania incapaz de se relacionar com o outro, incapaz de reagir a um imprevisto da vida e, também, incapaz de decidir por si mesma, visto que, quando tudo está ensaiado e domesticado, por exemplo, perde-se parte da riqueza das cidades, embasada na diversidade.

E, ainda que Carmona, Magalhães e Hammond (2008) tenham identificado mudanças na provisão e gestão dos espaços públicos nos últimos anos e, inclusive, proposto a apreensão a partir de uma nova tipologia – embasada na forma de gerenciamento – eles reforçaram a possibilidade de questionamentos e contestações se esse fato seria socialmente desejável. Os autores pontuaram, também, que o envolvimento do Estado na provisão e gestão dos espaços públicos, em sociedades modernas, está firmada no entendimento de que se tratam de “bens públicos”, equiparados ao ar puro, defesa e policiamento, por exemplo. Portanto, seriam passíveis de desfrute por várias pessoas simultaneamente, sendo impossível excluir do consumo ou cobrar pelo uso. Desse modo, enquanto fornecedores de espaços de ligação, corredores de tráfego, lazer, reuniões cerimoniais, melhorias na saúde da população, eles teriam sido aceitos – na maioria dos países ocidentais, durante o século XX – como serviços públicos, juntamente com saúde, educação, habitação social e bem-estar (CARMONA; MAGALHÃES; HAMMOND, 2008).

No entanto, observa-se, cada vez mais, a diminuição da presença do Estado na produção e gestão dos espaços públicos (SCHMIDT, 2004). Nessa discussão, pode-se incluir circunstâncias respaldadas pela lei, como o caso dos POPS de Nova Iorque e, de certo modo, as normatizações para a “Fruição pública”, presentes em cidades brasileiras.

3.2. COABITAÇÃO DAS ESFERAS NO PLANEJAMENTO URBANO



FIGURA 8 - PINTURA “TERRAÇO DO CAFÉ NA PLACE DU FORUM, ARLES, À NOITE”, VINCENT VAN GOGH

FONTE: Domínio Público. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra%C3%A7o_do_Caf%C3%A9_%C3%A0_Noite#/media/Ficheiro:Vincent_Willem_van_Gogh_-_Caf%C3%A9_Terrace_at_Night_\(Yorck\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra%C3%A7o_do_Caf%C3%A9_%C3%A0_Noite#/media/Ficheiro:Vincent_Willem_van_Gogh_-_Caf%C3%A9_Terrace_at_Night_(Yorck).jpg)>. Acesso em: 15 mar. 2020.

No tópico anterior, discorreu-se sobre motivos e consequências na apreensão dos espaços públicos a partir da esfera privada, destacando-se o fato de o Estado afastar-se, cada vez mais, da provisão e gestão desses espaços, inclusive, a partir de incentivos normativos. Tal fato pode ser identificado através de propostas para a coabitação das esferas no mesmo espaço físico, como no caso dos POPS de Nova Iorque e, de certo modo, na recente estratégia para a “Fruição pública” em lote privado, presente no Plano Diretor de cidades brasileiras como São Paulo-SP (2014), Curitiba-PR (2015), Salvador-BA (2016), Recife-PE (2018), Belo Horizonte-MG (2019) e Terezina-PI (2019)²⁵. Nessa discussão, ressalta-se que, embora existam espaços privados capazes de receber algumas atividades públicas (galerias comerciais, *shopping centers*, parques temáticos, *campi* universitários, museus), entende-se que, quando são apreendidos em normas e leis urbanísticas, sugerem a coabitação das esferas em um processo normalizado – harmonicamente particulares e inclusivos – como se, de fato, garantissem sua exequibilidade.

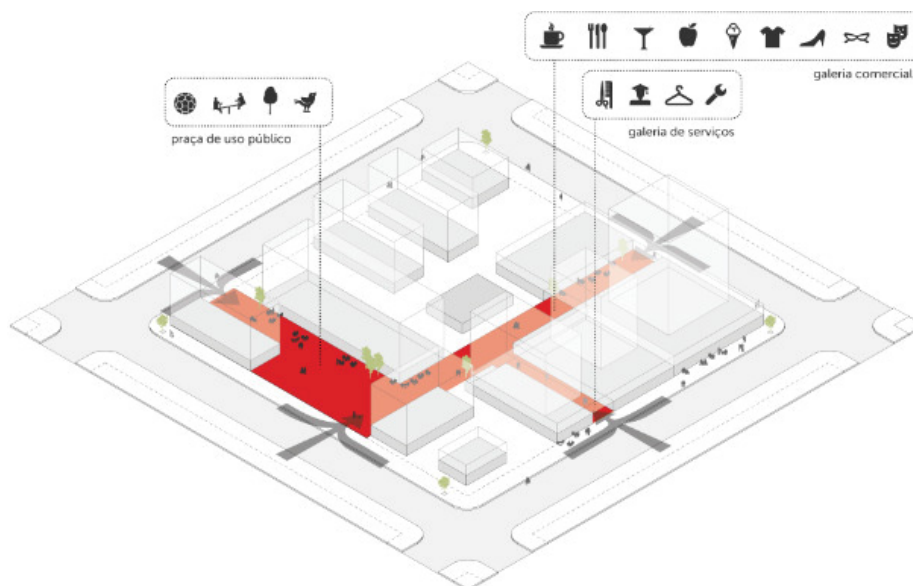
No que tange à essa normatização brasileira, referem-se ao ato de tornar áreas particulares em áreas de uso público. Embora não seja a intenção esmiuçar as regulamentações dessa estratégia em cada uma das cidades supracitadas, destaca-se que, via de regra, são estimuladas para a “qualificação urbana e ambiental”, a partir do fomento ao uso público em áreas constantemente abertas, localizadas no pavimento térreo de edificações, mediante incentivos construtivos. Ainda que a expressão “qualificação urbana e ambiental” seja vaga, usualmente, vincula-se à criação de espaços mais arborizados e que transmitam sensação de segurança, sendo que, no Plano Diretor de Curitiba (2015), haveria qualificação urbana a partir do fortalecimento do espaço público como área de fruição coletiva de forma “saudável”. Há referências contínuas, também, sobre a importância dessa

²⁵ Para identificar cidades que incentivassem a estratégia para a “Fruição pública”, tomou-se como referência o ano de revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo-SP: 2014. Na sequência, optou-se por verificar os Planos Diretores das vinte e cinco capitais brasileiras e distrito federal, entendendo-se como modelo em seus respectivos estados. Para tanto, foi realizada uma busca – através do site de cada prefeitura – com o objetivo de encontrar o documento e identificar o ano da última revisão, visando selecionar, apenas, aqueles que ocorreram a partir de 2014. Desse modo, além da cidade de São Paulo-SP (2014), foram encontrados os Planos Diretores de Florianópolis-SC (2014), Curitiba-PR (2015), Salvador-BA (2016), Recife-PE (2018), Vitória-ES (2018), Belo Horizonte-MG (2019), Porto Velho-RO (2019) e Terezina-PI (2019). Posteriormente, fazendo-se uso da palavra-chave “fruição pública”, foi realizada uma busca no corpo do texto de cada documento, para identificar aqueles que continham essa expressão, considerando a possibilidade de contemplarem essa estratégia. Ao final, foram selecionados os Planos Diretores das cidades de São Paulo, Curitiba, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Terezina, cuja verificação da estratégia ocorreu de forma individual e comparativa.

estratégia no que tange à mobilidade urbana, isto é, à circulação de pessoas – como o estímulo à “caminhabilidade” no Plano Diretor de Recife (2018) – ainda que em Belo Horizonte (2019) também seja evidenciado o convívio coletivo (ampliação das áreas verdes, formação de faixas, largos e praças) e em Curitiba (2015) exista referência à instalação de bancos, mesas, paraciclos, etc. Outras considerações dessa estratégia fazem referência ao estímulo à diversidade de usos (SÃO PAULO, 2014; CURITIBA, 2015; SALVADOR, 2016; RECIFE, 2018) e ao fato de que tais espaços não devem ser destinados, apenas, aos moradores e usuários (SALVADOR, 2016). No que concerne à manutenção do local, os Planos Diretores de Curitiba (2015) e Belo Horizonte (2019), evidenciaram que a responsabilidade seria do proprietário. Destaca-se que o Plano Diretor de Terezina (2019) não apresenta muitos dados, enfatizando, apenas, que o local não deve ser obstruído por edificações, instalações ou equipamentos.

No que concerne à cidade de São Paulo, observa-se, através da Figura 9, uma ilustração simplificada do que seria esse parâmetro urbanístico, quando apresentado o Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Estratégico, em 2013. O que consta no Plano Diretor (SÃO PAULO, 2014) é que, quando uma parcela do lote for destinada à “Fruição pública” – em determinada região da cidade - haveriam incentivos construtivos sob determinadas condições: a fruição deve ser maior do que 250 m², esteja localizada no alinhamento da via, no nível do passeio público, sem fechamentos, não ocupada por estacionamentos de veículos e devidamente registrada em cartório.

FIGURA 9 - PARÂMETRO URBANÍSTICO PARA FRUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO



FONTE: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2013). Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-fruicao-publica/>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

No que tange à normatização de Curitiba – cidade em que essa pesquisa está sendo realizada – destaca-se que a fruição deve ter, no mínimo, 50 m², com incentivo convertido em até o seu dobro como área não computável (CURITIBA, 2015). Ela deve se localizar no alinhamento predial da via, permanecer aberta, mobiliada e sem qualquer obstrução ao acesso, não devendo ser ocupada por construções ou estacionamentos, por exemplo. Acrescenta-se que, em resolução recente da Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo (CURITIBA, 2019), a “Fruição pública de lote privado” será obrigatória para os empreendimentos situados na testada dos Eixos Estruturantes das Av. Marechal Floriano Peixoto e Av. Presidente Affonso Camargo, no Eixo de Adensamento da Av. Engenheiro Costa Barros e no Eixo Conector Leste 3 com fachada para a Av. Presidente Wenceslau Braz, conforme projeto específico do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba (IPPUC) (FIGURA 10).

FIGURA 10 - OBRIGATORIEDADE DA FRUIÇÃO PÚBLICA DE LOTE PRIVADO, EM CURITIBA



FONTE: Google Street View (2019).

LEGENDA: a) Av. Marechal Floriano Peixoto; b) Av. Presidente Affonso Camargo; c) Av. Engenheiro Costa Barros; d) Av. Presidente Wenceslau Braz.

De modo geral, pode-se dizer que há semelhança entre as propostas para a “Fruição pública” brasileiras com regulamentações para a conformação dos POPS de Nova Iorque, principalmente, sob a ótica da concessão de benefícios legais aos construtores e investidores (aumento em até 20% da área construída das edificações) se garantissem espaços abertos de uso público no nível da rua, isto é, criação, manutenção, segurança e determinação das regras de uso (BORTOLI, 2016).

Segundo Schlack (2011), Nova Iorque é a cidade onde esse mecanismo foi concebido através de uma resolução de Zoneamento, em 1961. As principais inspirações para a normatização seriam o edifício Seagram, do arquiteto Mies van der Rohe – construído em 1957 no centro de Manhattan (FIGURA 11B) – e o edifício *Lever House*, citado anteriormente. Segundo Mainers, Garbossa e Rosaneli (2020), a configuração conceitual dos POPS surgiu através da firma de arquitetura Voorhees Walkers Smith & Smith, que seria revisora das regras de zoneamento da cidade, naquele período.

FIGURA 11 – INCENTIVO E INSPIRAÇÃO PARA OSPOPS DE NOVA IORQUE



Tais POPS, oriundos de uma ordenança proposta no zoneamento de 1916, que visava melhorar o ambiente urbano – diagnosticado com falta de espaço aberto, ar poluído e baixa qualidade ambiental – foram propostos a partir da ideia de que, quanto mais a fachada estivesse afastada da rua, mais altos os edifícios poderiam ser (SHI; ZHOU, 2016). A finalidade dessa legislação seria seu incentivo em áreas densamente ocupadas, com elevado custo de aquisição de terrenos pelo poder público e, ao mesmo tempo, redução do custeio com a provisão e manutenção desses espaços (MAINERS; GARBOSSA; ROSANELI, 2020).

Destaca-se que, desde a resolução de 1961, houve diversas revisões, como a inclusão de novas tipologias entre 1968-1975 (caminhada lateral, praça elevadas e rebaixadas, galerias internas e pátios abertos), além das praças e arcadas originárias e o melhoramento no padrão das praças (1975-1977), através da inserção de assentos, vegetação, iluminação, sinalizações e aberturas para a calçada e localizados, aproximadamente, no mesmo nível da rua. Cafés e quiosques ao ar livre também foram estimulados nessa época. Atualmente denominados “praças públicas”, os POPS são guiados pelos seguintes princípios: abertos e convidativos nas calçadas, acessíveis, seguros e protegidos, confortáveis e envolventes (NYC PLANNING, 2020, não paginado).

Além de Nova Iorque, várias cidades do mundo teriam esse bônus de construtividade em troca de área pública em lote privado, como Boston, Hartford, São Francisco e Seattle (Estados Unidos), Tóquio e Yokohama (Japão) e Santiago (Chile) (SCHLACK, 2011). Uma consideração da experiência japonesa, segundo

Dimmer (2015), seria o fato de os POPS terem constituído um fenômeno quantitativamente importante em diversas cidades. Segundo o autor, nas últimas quatro décadas, foram criados espaços desse tipo – no embasamento de “arranha-céus” – que, embora comumente citados enquanto privatização do domínio público, não corresponderia exatamente à essa problemática. Isso porque seria uma ferramenta de planejamento que criaria novos espaços – publicamente utilizáveis em terras privadas – que antes não seriam necessariamente acessíveis. Esse fato seria uma conquista importante para as cidades do Japão, marcadas por densidades extremas, escassez severa de espaços abertos e suscetibilidade a catástrofes (DIMMER, 2015).

Das experiências orientais, Shi e Zhou (2016) acrescentam que, nos últimos vinte anos, haveria incentivos para projetos de desenvolvimento privado a fornecer espaço aberto e aumentar instalações públicas, na China. Já na América do Sul, em Santiago, no Chile, o zoneamento de incentivo – operacional desde 1972 – estaria atrelado à renovação urbana, ou seja, seria um instrumento para orientar a transformação de um setor predominantemente residencial em um subcentro comercial. Essa política urbana seria exclusiva do bairro “Providencia” e teria como objetivo planejar, simultaneamente, o volume dos edifícios e o espaço livre entre eles. (SCHLACK, 2011).

Através desse panorama sobre as estratégias para a “Fruição pública” nas capitais brasileiras e, também, sobre os “POPS” em algumas cidades do mundo, é possível perceber como os setores privados estão sendo estimulados – através das normatizações – a contribuir com os espaços públicos, seja qualificando-os ou com a intenção de provê-los. E essas não seriam as únicas estratégias com finalidades semelhantes. No Brasil, enfatiza-se que a “Fruição pública” teria sido proposta simultaneamente a outras, como os incentivos para “Fachadas ativas”²⁶, por exemplo, que, embora não promovam a coabitação das esferas, teriam por objetivo tornar mais permeáveis as fronteiras entre o que é público e o que é privado. Além disso, ambas estariam vinculadas a um discurso contemporâneo referente à proposição de cidades prioritárias aos pedestres – não enfáticas aos automóveis –

²⁶ “Fachada ativa corresponde à ocupação da fachada localizada no alinhamento de passeios públicos por uso não residencial com acesso aberto à população e abertura para o logradouro”. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-fachada-ativa/>>. Acesso em: 01 mai. 2020. Essa estratégia está presente nos Planos Diretores das cidades supracitadas: São Paulo (2014), Curitiba (2015), Salvador (2016), Recife (2018), Belo Horizonte (2019) e Terezina (2019).

atrelando-se, muitas vezes, a expressões como “Planejamento Urbano Humanista”, sendo que, nos termos do Plano Diretor de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2019), seriam soluções projetuais de “gentileza urbana”. Nesse sentido, pode-se dizer que o olhar para o cotidiano das pessoas e seu comportamento frente aos ambientes seria priorizado em relação à ênfase dada aos automóveis e à ideologia urbanística modernista (GEHL, 2015), embasada em critérios de insolação, densidade, distribuições funcionais, infraestruturas, para citar algumas críticas recorrentes ao planejamento urbano moderno.

De fato, um dos disseminadores da conformação de um planejamento urbano direcionado ao pedestre – enfático na dimensão humana – é Jan Gehl, que atua, sobretudo, em estratégias para o “tratamento arquitetônico dos espaços públicos”, entendendo-se a importância de serem cuidadosamente projetados para sustentar processos de reforço à vida urbana (GEHL, 2015). No livro “Novos Espaços Urbanos”, o autor expõe os padrões de uso dos espaços públicos de cidades tradicionais – apreendidos enquanto locais para encontro, comércio e circulação de pessoas e, posteriormente, no livro “Cidade para Pessoas”, discorre, entre outras coisas, sobre o tratamento suave dos espaços de transição das cidades, isto é, os andares mais baixos dos edifícios – especialmente o térreo – como forma de instigar socializações nos espaços públicos, visto que poderiam oferecer oportunidades para as pessoas permanecerem em bancos primários (fixos e móveis) e secundários (escadas, muretas), reentrâncias nas fachadas, árvores.

Inclusive, vários capítulos do livro “Cidade ao nível dos olhos, lições para os *plinths*²⁷”, editado por Karsseberg *et al.* (2015), vão ao encontro desse raciocínio discorrendo sobre o planejamento urbano das cidades por meio de estratégias para a criação de um andar térreo agradável aos usuários, flexível ao longo dos anos, adaptável aos usos múltiplos e com poucos recursos financeiros como, por exemplo, por meio da conformação das “zonas híbridas”, dadas por objetos pessoais colocados na calçada (mesas, cadeiras, vasos de planta), criando uma zona sutil em que ocorreria a coabitação das esferas pública e privada (HAM, 2015). Destaca-se que, diferente da “Fruição pública”, dessa vez, o privado é instigado a se apropriar do espaço público.

²⁷ Em holandês, *plinth* significa rodapé, porém também descreve o andar térreo de um prédio (KARSENBERG *et al.*, 2015, p. 10).

Dentro desse panorama, uma estratégia pontuada também por Gehl (2015) seriam os cafés de calçada. Apreendido como uma atividade importante dos espaços de transição da paisagem urbana moderna, o atendimento ao ar livre – ainda que vinculado à cultura e cidades mediterrâneas de antigamente – refletiria, hoje, a prosperidade financeira e o aumento no tempo de lazer dos moradores de algumas das cidades mais desenvolvidas do mundo²⁸, como Copenhague (Dinamarca) e Melbourne (Austrália). Segundo o autor, a verdadeira justificativa para tais cafés seria o estímulo à permanência longa de pessoas nos espaços públicos – fomentando vida nas calçadas –, entretanto, não menciona algumas circunstâncias, pontuadas por Harvey (2005), sobre os prováveis conflitos dessa diluição da fronteira público-privado, vinculados à ambiguidade de propriedade, estética, relações sociais (classes e gênero, em particular) e economia política da vida cotidiana.

Nessa argumentação, Harvey (2005) fez uso de um poema de Baudelaire – *The Eyes of the Poor* – no qual um casal enamorado, em um café parisiense, entrou em conflito de opiniões sobre a retirada de uma família de pessoas pobres que, ao observarem admiradas a beleza da parte exterior do empreendimento, incomodaram um dos personagens, a ponto de solicitar que o proprietário do local os mandasse embora. Segundo o autor, tal poema poderia ser associado à remodelação espacial do centro de Paris, feita pelo Barão de Haussmann durante o Segundo Império francês, com os cafés não conformando exatamente espaços privados, mas frequentado por um público seletivo para fins comerciais e de consumo, e os novos bulevares, configurados como espaços públicos, mas com o direito de ocupação contestado – seria o *Boulevard des Capucines*.

Nessa intervenção dos espaços públicos de Paris, a fronteira porosa entre público e privado também foi exemplificada através do surgimento das lojas de departamento, uma vez que, abrindo-se para as avenidas, encorajariam as pessoas a acessar o interior sem a obrigação de comprar, apesar de uma patrulha vigilante intensa (lojistas e vendedores) (HARVEY, 2005). Além disso, não somente os cafés

²⁸ Segundo pesquisa desenvolvida pela Mercer – consultoria especializada em assessorar empresas multinacionais na transferência de funcionários – levando em conta categorias como ambiente sociocultural, político, econômico, condições médicas e de saúde, oportunidades educacionais e de lazer, mercado imobiliário e meio ambiente. Nesse ranking, Copenhague ficou em 8º lugar e Melbourne, em 17º. Disponível em <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2019/04/ranking-divulga-cidades-com-melhor-qualidade-de-vida-em-2019.html>. Acesso em: 26 mai. 2020.

e lojas de departamento, mas também os cabarés e teatros teriam sido propostos no intuito de facilitarem a circulação do dinheiro, de *commodities* e pessoas e, nesses termos, a sociabilidade dos bulevares seria controlada pela atividade comercial e, também, pelo poder da polícia em torno deles. Nesses termos, ainda que a “haussmannização” tenha sido justificada como uma tentativa de colocar uma imagem em uma cidade que havia perdido seus antigos meios de representação (HARVEY, 2005), os critérios de *design* e formas estéticas para as construções públicas e privadas em torno dos bulevares – ainda que orquestradas para serem mutuamente favoráveis – teriam ocorrido em termos de classe e, desse modo, para o autor, nenhuma proposta para o desenho urbano – uma “disneyficação” – promoveria “[...] maior sentido de responsabilidade cívica e participação se a intensidade de arranjos de propriedade privada e da organização de *commodities* como espetáculo permanecer intocado” (HARVEY, 2005, não paginado, tradução nossa).

O argumento desse autor vai ao encontro do conceito de “direito à cidade”, de Henri Lefebvre – em livro de título homônimo –, no qual defende o direito à vida na cidade para todos os habitantes, e não apenas para as classes privilegiadas, tal como teria ocorrido no centro de Paris. Lefebvre (2001) considera que os problemas da cidade não poderiam ser reduzidos a questões espaciais e, muito menos, à prancheta dos arquitetos, uma vez que o urbanismo baseado na ciência poderia incorrer em um racionalismo operacional e, portanto, tendente a desconsiderar o “fator humano”. Tal viés pode ser interpretado como oposto às estratégias para o planejamento urbano contemporâneo propostas por autores como Gehl, por exemplo, e às recentes normatizações estatais brasileiras que, visando uma “cidade para pessoas”, estariam sendo apreendidas, muitas vezes, como um progresso dos Planos Diretores.

Isso porque Lefebvre (2001) defende o “valor de uso” nas cidades, ao invés do “valor de troca”, que seria inerente aos processos de industrialização. Para o autor, como a cidade sempre teve relação com a sociedade no seu conjunto e, portanto, mudaria quando a sociedade mudasse em seu conjunto, se houvesse uma produção nas cidades e de suas relações sociais, seria uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. Nesse sentido, pensar no crescimento e orientar o desenvolvimento das cidades

deveria levar em consideração a sociedade urbana, e isso significa que a prospecção de novas necessidades ocorreria no decorrer de sua emergência, entendendo-se que as necessidades sociais levariam à produção de objetos sociais, e não apenas objetos. Sob essa ótica, o “valor de uso” não seria mais subordinado ao “valor de troca”, uma vez que a realidade urbana estaria destinada aos usuários e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos. E, desse modo, o “direito à cidade” se manifestaria como um direito à atividade participante e um direito à apropriação que, segundo Velloso (2016) – ao estudar a ótica de Lefebvre – se refere à possibilidade de modificação de um espaço cotidiano para que ele possa servir às necessidades e possibilidades de vida de um grupo, ou seja, seria, além do assentamento e tomada de posse, um acontecimento no lugar.

Aprofundando-se um pouco no conceito de “apropriação”, destaca-se que, para Cavalcanti e Elias (2011), seriam processos decorrentes do espaço físico transformado no prolongamento da pessoa, a qual passa a exercer domínio sobre determinados locais, ainda que não lhe pertençam legalmente. E, para Pol (1996), trata-se de um processo em que o indivíduo integraria os elementos e as configurações espaciais em seus esquemas cognitivos e, por sua vez, deixaria sua marca, tornando-se ator em sua transformação. Nesse panorama, ressalta-se as situações de “relações de troca” e “conflito”, delimitadas no tópico “A indistinção público-privado na cidade”, podem ser aproximadas do conceito de apropriação, com Lefebvre (2001) reafirmando sua acepção positiva.

Essa abordagem positiva também é incentivada por Gehl (2015), ao pontuar que tanto as iniciativas privadas quanto as propostas para o planejamento urbano das cidades devam oportunizar apropriações para o uso dos espaços públicos. Porém, diante do panorama traçado, observa-se que as abordagens “planejamento urbano humanista” e “direito à cidade” teriam interpretações diferenciadas, com a primeira podendo ser estimulada por estratégias e a segunda, avessa a elas. Tais circunstâncias, *grosso modo*, delimitariam sistemas de apropriação a partir de mesas nas calçadas, no caso de Gehl, e usuários e atividades permissíveis nos espaços públicos, nas abordagens de Lefebvre.

Por fim, até o momento, delineou-se a distinção – tradicional – dos termos “público” e “privado”, bem como acepções indistintas evidenciadas no comportamento da população, reverberando nos espaços das cidades e, também, incitados pelo planejamento urbano, através de normatizações para “Fruição pública” em lote privado, no caso brasileiro. A ideia de que o espaço privado seria capaz de prover a esfera pública evidenciou-se em propostas para uma escala gradual de publicidade nos espaços urbanos e na naturalização de acepções como “espaços públicos de propriedade privada”, “espaços privados de uso público” ou “novos espaços públicos”.

Entretanto, os questionamentos iniciais envolvendo a capacidade de harmonização das esferas no mesmo espaço físico e, também, a probabilidade de o privado responder às características materiais e imateriais inerentes aos espaços públicos somaram-se a outros, sendo um deles vinculado à percepção de valor dos espaços públicos, sobretudo, em âmbito econômico. Isso porque iria ao encontro dos interesses privados capitalistas, isto é, a obtenção de lucro. Sob essa ótica, a conformação desses espaços estaria, muitas vezes, destituída do propósito da realização da esfera pública. Esse argumento é reforçado pelo delineamento de investigações em POPS americanos, por exemplo, cujos resultados apontaram comprometimentos na diversidade de usos ou acessibilidade irrestrita.

Ainda que essas circunstâncias retratem excessos cometidos pela gestão privada, Carmona (2010a) pontuou que tais excessos também poderiam ser atribuídos à gestão pública, dados, por exemplo, pela transferência ao poder privado do monitoramento de ruas ou a cobrança de ingressos para acessar museus públicos. Apesar desse fato, considerando acepções individuais sobrepondo-se às coletivas na contemporaneidade, entende-se que, se houver a intenção em conformar “novos espaços públicos”, a instauração de uma gestão pública aumentaria as possibilidades de realização da esfera pública. Desse modo, a metodologia apresentada no próximo capítulo será pautada pela verificação dessa questão, ao comparar “espaços públicos” e “espaços privados abertos ao uso público”, visando destacar diferenças através da observação de atividades, isto é, das permissões e proibições permitidas pelos gestores.

CAPITULO 02: UMA INCURSÃO SOBRE O MÉTODO

1. METODOLOGIA DE OBSERVAÇÃO DIRETA

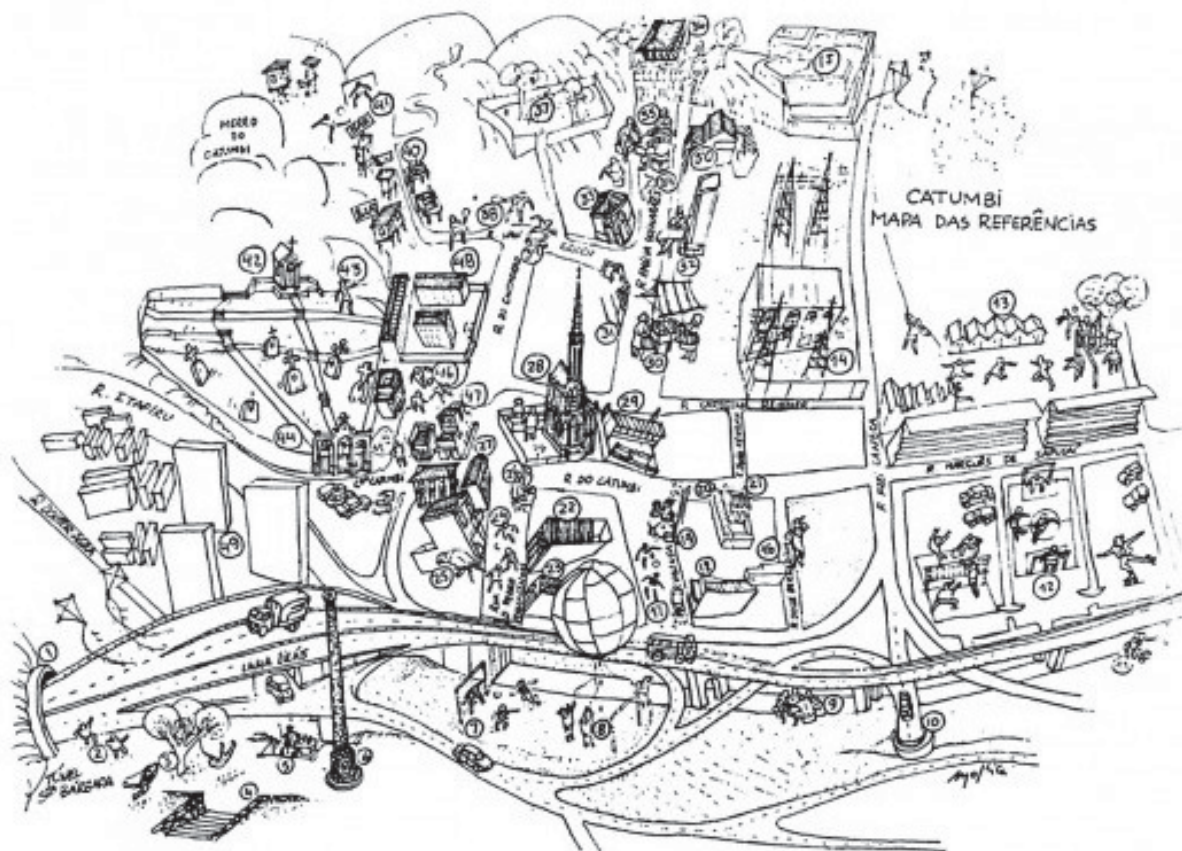


FIGURA 12 - CAPA DO LIVRO “QUANDO A RUA VIRA CASA”

FONTE: Desenho de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560>. Acesso em: 05 abr. 2020.

A ilustração acima representa o bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, em meados da década de 1980, quando Carlos Nelson Ferreira dos Santos coordenou uma pesquisa sobre processos espontâneos de apropriação do espaço de uso comum em áreas urbanas, comparando-a com processos inteiramente planejados, ocorridos em um conjunto de edifícios na Zona Sul – conhecidos como “Selva de Pedra”. Nesse processo, considerou-se a metodologia, embasada no contraste entre duas realidades distintas, cuja finalidade seria destacar – com maior nitidez – as particularidades de cada uma delas (SANTOS; VOGEL, 1985).

De fato, o estudo utilizado por Santos e Vogel (1985), caso-controle, tem por objetivo comparar dois grupos de exposição a um fator de interesse e, ainda que mais comuns na área da saúde, podem ser verificados em outras áreas como a sociologia (RÊGO, 2001) ou, mesmo, o estudo antropológico de Carlos Nelson. A

ideia desse tipo de investigação, conforme Greenwood (1963), seria comparar algo que ocorrer em um grupo, não se verificar no outro ou, pelo menos, aparecer com uma frequência menor. O conjunto que apresenta o fato é designado “unidade exposta” ou “unidade experimental” (casos) e o que não o apresenta seria “unidade não exposta”, “unidade de contraste” ou “unidade de controle” (controles). Para o autor, um cuidado com esse método deve-se à vigilância sobre a influência de outros elementos susceptíveis de igualmente produzirem resultados diferenciais e, portanto, ambos os conjuntos deveriam ser, ao início, tão semelhantes quanto possível naquelas características designadas como importantes para o fator de interesse.

Nessa pesquisa, a utilização do estudo de caso-controle tem por objetivo comparar “espaços privados de uso público” (casos) e “espaços públicos” (controles), entendendo-se que as diferenças nos usos e atividades se evidenciariam, revelando padrões de comportamentos permitidos e proibidos pela administração dos locais. Tal fato contribuiria para a verificação da questão central do trabalho, referente à provisão do caráter público em espaço de propriedade privada estar vinculada à uma gestão pública. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa dada a partir da observação direta do comportamento das pessoas em seus papéis cotidianos.

Algumas considerações sobre a metodologia qualitativa abrangem, segundo Yin (2016), o estudo do significado da vida das pessoas, nas condições em que elas realmente vivem, com as interações se dando com interferências mínimas e sem representações por médias estatísticas. Para Godoy (1995), pode ser entendida como sinônimo das “pesquisas de campo” ou “pesquisas naturalísticas”, já que o primeiro termo seria uma tentativa – especialmente de antropólogos e sociólogos – em diferenciar os estudos no “ambiente natural” daqueles realizados em laboratório, e o segundo se vincularia, também, à ideia de observação no *habitat* natural. Para esse autor, devido ao contato direto com o ambiente, o investigador seria o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados, sobretudo porque, segundo Garnica (1997), o olhar estaria voltado para os elementos significativos ao investigador. Assim, não haveria neutralidade em relação à pesquisa e, também, não haveriam conclusões e, sim, uma construção de

resultados (GARNICA, 1997). Nas considerações de Moreira (2018), o rigor dessa pesquisa estaria associado ao fato de o pesquisador estar aberto aos dados e, ao mesmo tempo, ser minucioso na coleta e análise, isto é, rigor e flexibilidade devem equilibrar-se mutuamente.

Enquanto investigação relativista²⁹, entende-se que os resultados poderiam ser influenciados por fatores sociais, institucionais ou ambientais, por exemplo e, também, pelos parâmetros definidos pelo pesquisador (onde, quando, o que registrar) (YIN, 2016). Desse modo, visando validar resultados relativistas, os procedimentos metodológicos apresentados neste capítulo tiveram por objetivo demonstrar que os dados e interpretações são precisos a partir de um ponto de vista; logo, serão detalhadas considerações feitas em uma pesquisa documental, que permitiu uma seleção criteriosa dos objetos de estudo e, também, condicionantes utilizadas na elaboração de um protocolo, idealizado para o trabalho em campo.

2. PESQUISA DOCUMENTAL

Para a realização dessa etapa, levou-se em conta que os parâmetros para a definição dos espaços públicos e privados contemplariam o fato de situarem-se ao ar livre (por se aproximarem da proposta para “Fruição pública”, em Curitiba-PR), além de possuírem configuração física e dimensão que fossem passíveis de comparação. Nesse sentido, considerando que espaços abertos privados de uso público se situam dentro de lotes, entendeu-se que as praças seriam os espaços públicos com maior aproximação dimensional.

2.1. DELIMITAÇÃO DOS CASOS: ESPAÇOS PRIVADOS

Para a delimitação dos espaços privados, foram consideradas duas possibilidades: espaços situados na parte frontal do terreno como um alargamento das calçadas públicas, que serão denominados “fruição”, e espaços situados em regiões mais centrais do lote, entendidos, nessa pesquisa, como “praças”. Para a localização de ambas as circunstâncias – ainda que existam incentivos estatais que

²⁹ Múltiplas realidades e dependente do observador (YIN, 2016, p. 34).

promovam a coabitação das esferas pública e privada no mesmo espaço físico, como ocorre com a proposta normativa para o eixo estrutural da cidade, o “Plano Massa”³⁰ ou o “Decreto 189/2000”³¹, entendeu-se que a identificação de espaços abertos no centro dos lotes, por exemplo, seria facilitada pela observação de fotografias ou imagens tridimensionais de projetos arquitetônicos. Para tanto, além da delimitação tipológica dos empreendimentos corporativos ou multifuncionais, optou-se por recorrer ao site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR) no intuito de localizar empresas de arquitetura em vez de sites de imobiliárias ou incorporadoras, por exemplo, entendendo-se que as primeiras divulgariam um número maior de imagens dos projetos arquitetônicos das edificações e as demais, provavelmente, focariam em atributos vinculados à venda dos imóveis.

A busca foi iniciada através da página do CAU-PR, na opção “ache um arquiteto”, opção “empresa”, estado do “Paraná” e cidade de “Curitiba”, visando uma relação de estabelecimentos cadastrados. Com essa informação, obteve-se uma lista de aproximadamente 1129 empresas e, para filtrá-las, estabeleceu-se como critérios: i) autodenominarem-se empresas de “arquitetura”, “arquitetura e urbanismo”, “arquitetura e engenharia”, “arquitetura e construção” ou “arquitetura e incorporação”; ii) estarem “ativas” perante o conselho e iii) possuírem um “nome fantasia”. As empresas com tais características foram investigadas na internet por meio de uma busca simples (no Google) e fazendo uso do nome fantasia fornecido. O objetivo dessa etapa foi localizar os *sites*³² dessas empresas e dentro deles identificar imagens no térreo de empreendimentos privados que possuísem

³⁰ “O Plano Massa compreende um embasamento comercial, constituído de 2 (dois) pavimentos, térreo e sobreloja, edificados no alinhamento predial da via central e em torno das praças e terminais, devendo a vedação do térreo estar recuada no mínimo de 4 m (quatro metros) desse alinhamento, para constituição de uma galeria comercial coberta, podendo a sobreloja ficar em balanço” (CURITIBA. Prefeitura Municipal, 2000). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2000/19/190/decreto-n-190-2000-dispoe-sobre-os-criterios-de-uso-e-ocupacao-do-plano-massa-nos-setores-especiais-estruturais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

³¹ Neste decreto consta que terrenos frontais à Avenida Cândido de Abreu só poderão ter muros a partir de dez metros do alinhamento predial, sendo a faixa de recuo incorporada visualmente à faixa de passeio, cujos padrões de desenho seriam fornecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo (CURITIBA. Prefeitura Municipal, 2000). Disponível em: <<https://mid.curitiba.pr.gov.br/2010/00084694.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

³² Foram excluídas da investigação páginas comerciais das empresas como “LinkedIn” ou “Facebook”, por exemplo, além de sites de divulgação como “Guia Mais”, “Guia Fácil”, “Paranalistas”, entre outros.

espaços com as características de “fruição” ou “praça”, pontuadas anteriormente, além de serem construídos na cidade de Curitiba-PR. Com esses critérios, foram localizadas 334 empresas e 13 empreendimentos (QUADRO 3).

QUADRO 3 - ESPAÇOS PRIVADOS ABERTOS AO USO PÚBLICO

EMPRESA	SITE	IDENTIFICAÇÃO FOTOS/IMAGENS		EDIFICAÇÃO	TIPOLOGIA
		FRUIÇÃO	PRAÇA		
ADOLFO SAKAGUTI ARQUITETOS ASSOCIADOS	SIM	SIM		FAE BUSINESS SCHOOL	INSTITUCIONAL
BACOCCHINI ARQUITETOS ASSOCIADOS	SIM	SIM		BBC – BARIGUI BUSINESS CENTER	COMERCIAL
BAGGIO PEREIRA & SCHIAVON ARQUITETURA	SIM		SIM	NEO SUPERQUADRA	MULTIUSO
		SIM		CITY CENTRO CÍVICO	MULTIUSO
			SIM	EVOLUTION TOWER	MULTIUSO
			SIM	1550 BATEL	MULTIUSO
DÓRIA LOPES FIUZA ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S	SIM	SIM		MOSCOU RESIDENCIAL	MÚLTIPLO USO
		SIM		VARANDAS DO JARDIM	MÚLTIPLO USO
		SIM		TORRE ATTIVITÁ	COMERCIAL
		SIM		BERTEC OFFICE BATEL	COMERCIAL
		SIM		CURITIBANO OFFICES	COMERCIAL
		SIM		TORRE VIVERE	RESIDENCIAL
HS ARQUITETURA	SIM	SIM		IGLOO	MULTIUSO

FONTE: A autora (2019).

Para a seleção final, optou-se por espaços que não se situassem no eixo estrutural da cidade, entendendo-se que normativas para tal trecho – contempladas no Plano Massa – caracterizam esses locais naturalmente como de movimento, ou seja, enfatizariam, de antemão, atividades direcionadas à circulação de pessoas. Assim, observando os demais espaços no *Google Street View*, optou-se por realizar a pesquisa em campo nos espaços privados dos empreendimentos multifuncionais “Evolution Tower”, “Neo Superquadra”, “1550 Batel” e “City Centro Cívico” (FIGURA

13; FIGURA 14; FIGURA 15; FIGURA 16), sendo que os três primeiros apresentam configuração física próxima às praças (centro do lote) e o último é representante da categoria “fruição”, situado na Avenida Cândido de Abreu.

FIGURA 13 - PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER



FONTE: Google Street View (2019).

FIGURA 14 - PRAÇA DO EDIFÍCIO NEO SUPER QUADRA



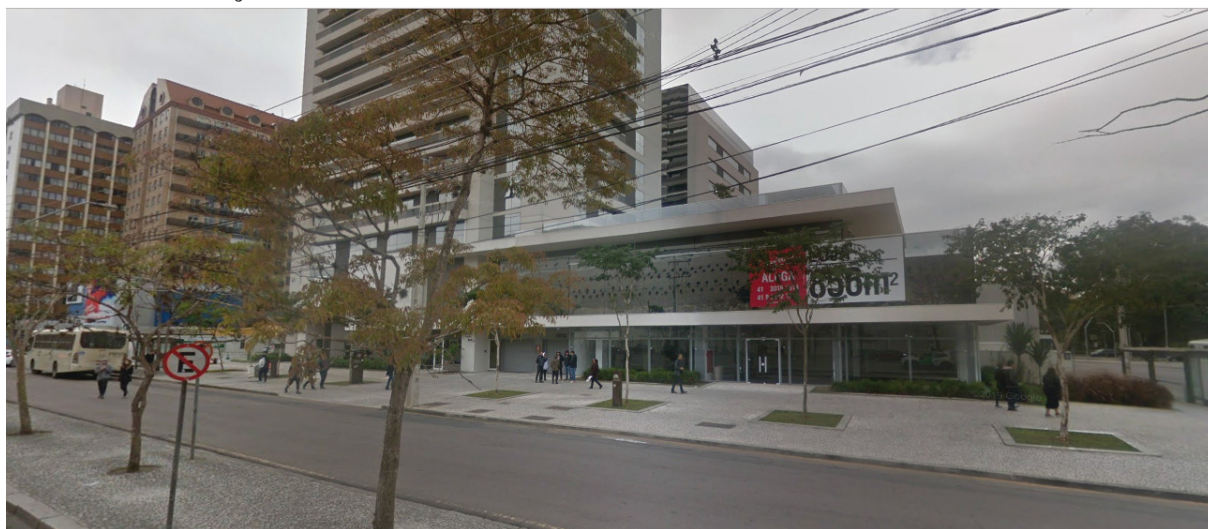
FONTE: Google Street View (2019).

FIGURA 15 - PRAÇA DO EDIFÍCIO 1550 BATEL



FONTE: Google Street View (2019).

FIGURA 16 - FRUIÇÃO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO



FONTE: Google Street View (2019).

2.2. DELIMITAÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE: ESPAÇOS PÚBLICOS

Para a delimitação das praças públicas, realizou-se uma pesquisa documental fazendo uso do *site* da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA)³³, local em que foram identificadas – quantitativamente – as praças públicas existentes na cidade de Curitiba. Em seguida, com auxílio do *Google Maps*³⁴, foram investigadas todas as praças da cidade presentes nesse sistema no mês de

³³ CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Praças**, Curitiba [19--]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/pracas/376>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

³⁴ **Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/search/pra%C3%A7as+de+curitiba/@-25.4408211,-49.3525761,12z/data=!3m1!4b1>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

novembro de 2019, utilizando-se as seguintes palavras-chave: “praça de Curitiba”, “praças de Curitiba”, “praça pública de Curitiba”, “praça publica de Curitiba”, “praças públicas de Curitiba”, “praças publicas de Curitiba”, sendo excluídos os parques, jardins, jardinetes e largos. O asseguramento de que essas praças eram, de fato, públicas, se deu pelo cruzamento de informações com o site da SMMA, no qual cada praça está representada, também, por um número (QUADRO 4).

Na sequência, foram observados no *Google Maps* dados vinculados ao “horário de funcionamento” das praças, além de um gráfico contemplando o “horário de pico”³⁵ semanal, vinculado à frequência de usuários, entendendo-se que o maior número de pessoas reverberaria em maior diversidade de atividades. Desse modo, partindo das 407 praças expostas no site da SMMA, foram localizadas 148 no *Google Maps* e selecionadas as 50 que continham informações referentes ao “horário de funcionamento” e “horário de pico”, classificando-as em “semanal”, “sábado” e “domingo”, devido à diferença de ocupação nos fins de semana (QUADRO 4).

O processo seguinte ocorreu pela observação de dados qualitativos presentes nos gráficos “horários de pico” (“normalmente, não é movimentado”, “normalmente, não é muito movimentado”, “normalmente não muito movimentado”, “geralmente um pouco movimentado”, “normalmente muito movimentado”), selecionando-se as praças que apresentavam picos durante o dia que caracterizavam espaços “geralmente um pouco movimentado” e “normalmente muito movimentado” durante a semana e nos finais de semana, simultaneamente. Ressalta-se que durante a semana, esse dado qualitativo deveria aparecer no mínimo em três dias. Para a seleção final, selecionou-se as praças que continham a classificação “normalmente muito movimentado” ao menos em duas ocasiões, sendo uma durante a semana e a outra no final de semana. Desse modo, foram eleitas a “Praça do Japão”, com a especificação “normalmente muito movimentado” durante a semana e aos sábados e a “Praça Plínio Tourinho”, com movimento maior durante a semana e aos domingos (FIGURAS 17 E 18) (GRÁFICOS 1 e 2).

³⁵ “Para determinar os horários de maior movimento, tempos de espera e duração da visita, o Google usa dados agregados e anônimos de usuários que ativaram o Histórico de localização do Google. [...]Não é possível adicionar as informações manualmente ao seu local”. Disponível em: <<https://support.google.com/business/answer/6263531?hl=pt-BR>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

QUADRO 4 - PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUA)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
ÁGUA VERDE	219	Afonso Botelho (Athletico)	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	220	Praça do Japão	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	222	Praça Elias Abdo Bittar	não consta	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	223	Praça Maria Polenta	sim	não			
	224	Praça Sagrado Coração de Jesus	sim	não			
	225	Praça Maria Bergamin Andretta	sim	não			
	226	Praça Professora Rosa Kolody	sim	não			
	227	Praça Hee Wing	sim	não			
AHÚ	412	Praça Mounif Tacla	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
ALTO BOQUEIRÃO	39	Praça Carlos Roberto Kaseker	sim	não			
	41	Praça Recanto dos Eucaliptos	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	45	Praça Gustavo Schneider	sim	não			
ALTO DA GLÓRIA	361	Praça Goethe	sim	não			
	362	Praça Nossa Senhora de Glória	sim	não			
	363	Praça Portugal	não consta	não			
	364	Praça Else Schiller Ote	sim	não			
	365	Praça Dr. Zamenhoff	sim	não			
ALTO DA XV	478	Praça Tenente Ernani Vidal	sim	não			
	479	Praça das Nações	sim	não			
	483	Praça Maçons	sim	não			
BACACHERI	955	Praça Antônio Furlan	sim	não			
	958	Praça Faraó Akhenaton	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente não muito movimentado
BAIRRO ALTO	990	Praça da Liberdade	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	991	Praça Max Sesselmeier	sim	não			

QUADRO 4 - PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUAÇÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
BAIRRO ALTO	993	Praça Ivo Rodrigues	sim	não			
	997	Praça Bernardo Manoel Hostin	sim	não			
BATEL	470	Praça Marechal Alberto Ferreira de Abreu	sim	não			
	471	Praça Miguel Couto	não consta	não			
	472	Praça Helene Ginvert Garfunkel	sim	não			
	473	Praça Otávio de Sá Barreto	sim	não			
BIGOR-RILHO	435	Praça da Espanha	sim	não			
	437	Praça da Ucrânia	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não é movimentado	Normalmente não é movimentado
BOA VISTA	843	Praça Anna Maurer Rutz	sim	não			
	844	Praça República da Islândia	sim	não			
BOM RETIRO	456	Werner Gross	sim	não			
	457	Fernando Pessoa	sim	não			
BO-QUEI-RÃO	14	Praça Dos Menonitas	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	15	Praça Lineu Ferreira do Amaral	sim	não			
	19	Praça Padre Agostinho Legrós	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
CABRAL	426	Praça da Suíça	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	não possui dados
CAPÃO RASO	163	Praça Abilio de Oliveira Mendes	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	165	Praça Elba de Pádua Lima	sim	não			
	164	Praça Nova República	sim	não			
CENTRO	595	Praça Carlos Gomes	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente não muito movimentado
	596	Praça Dezenove de Dezembro	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente não é movimentado
	597	Praça Eufrásio Correia	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	598	Praça do Expedicionário	não consta	não			

QUADRO 4 – PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUAÇÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
CEN- TRO	599	Praça Generoso Marques	sim	não			
	601	Praça Osório	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	602	Praça Zacarias	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente não muito movimentado
	603	Praça Tiradentes	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	605	Praça Oswaldo Cruz	não	sim	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	606	Praça Santos Andrade	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	607	Praça Santos Dumont	sim	sim	Não constam três dias	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
CEN- TRO CÍVICO	566	Praça Nossa Senhora de Salete	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	568	Praça do Rio Iguaçu	sim	não			
	570	Praça Didi Caillet de Leão	sim	não			
	1100	Praça Francisco Cunha Pereira	sim	não			
CIC	121	Praça Enoch Araújo Ramos	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente não muito movimentado
	123	Praça Ari de Souza	sim	não			
	126	Praça Eli Ribeiro da Silva	sim	não			
	128	Praça Euclides da Silva	sim	não			
	130	Praça Lino da Costa	sim	não			
	138	Praça da União	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	827	Praça Ronald Golias	sim	não			
CRISTO REI	427	Praça Major Aviador Idegaldo Coutinho Bacci	sim	não			
	581	Praça da Polônia	sim	não			

QUADRO 4 – PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUAÇÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
CRISTO REI	582	Praça Ercílio Slavieiro	sim	não			
FANNY	213	Praça João Emílio Henck	sim	não			
GUABIROTUBA	702	Praça Abílio Abreu	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	704	Praça Flausina Ribeiro de Lyola	sim	não			
	703	Praça Madre Isabel dos Anjos	sim	não			
GUAÍRA	215	Praça Bento Munhoz da Rocha	não consta	não			
	216	Praça Ipiranga	sim	não			
HAUER	74	Praça Alfredo Hauer	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	75	Praça Dr. Joaquim Menelau de Almeida Torres	sim	não			
	76	Praça Dom Geraldo Fernandes	sim	não			
HUGO LANGE	542	Praça do Sorooptimismo Internacional	sim	não			
JARDIM BOTÂNICO	528	Praça Itália	sim	não			
	529	Praça Plínio Tourinho	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
JARDIM DAS AMÉRICAS	685	Praça Maestro Bento Mussurunga	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	686	Praça Professor Camilo Stellfeld	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	687	Praça Ivan Ferreira do Amaral Filho	sim	não			
	688	Praça da Grécia	sim	não			
	689	Praça Riu Mizuno	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	690	Praça Tsunessaburo Makiguti	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado

QUADRO 4 – PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUAÇÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
JARDIM SOCIAL	491	Praça Villa Lobos	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	492	Praça Presidente Eisenhower	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
JUVEVÊ	392	Praça Issac Milder	sim	não			
	393	Praça Mário Brigadeiro Eppinghaus	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	394	Praça Vivian Calopreso Braga	sim	não			
	395	Praça São Paulo da Cruz	sim	não			
	396	Praça San Martin	sim	não			
LINDÓIA	206	Praça Doutor João Paulo	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente não muito movimentado
MERCÊS	367	Praça Divina Pastora	sim	não			
	368	Praça 29 de Março	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado
	369	Praça Himeji	sim	não			
	370	Praça Marina Pinto	sim	não			
MOSSUNGUÊ	759	Praça Octávio Sylvio Nicco	sim	não			
NOVO MUNDO	306	Praça Arthur Morgenstein Júnior	sim	não			
PAROLIN	209	Praça Alcinda Gomes Chagas	sim	não			
PILARZINHO	865	Praça Irene Pereira da Silva	sim	não			
PINHEIRINHO	175	Praça Zumbi dos Palmares	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	177	Praça Ecilda Melania Voluz Brum	sim	não			
PORTÃO	249	Praça Padre João Bagozzi	sim	não			
	250	Praça Desembargador Armando Carneiro	sim	não			

QUADRO 4 – PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONTINUAÇÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
PORTÃO	251	Praça Tito Schier	sim	sim	Normalmente muito movimentado	Normalmente não é movimentado	Normalmente não é movimentado
	254	Praça Padre Dario Zampiero	sim	não			
	255	Praça Doutor João Visinoni	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado
	256	Praça Professora Hildegard Schmäh	sim	não	Normalmente não muito movimentado	Normalmente não é movimentado	Normalmente muito movimentado
	263	Praça Joseph Smith	sim	sim	Normalmente não é movimentado	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	264	Nossa Senhora do Rosário	sim	não			
REBOUÇAS	519	Praça Ouvidor Pardinho	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
REBOUÇAS	520	Praça do Radialista	sim	não			
SANTA FELICIDADE	713	Praça San Marco	sim	não			
	714	Praça Recanto da Itália	sim	não			
	715	Praça Antonio Bertoli	sim	não			
SANTO INÁCIO	747	Praça Marco Aurélio Malucelli	sim	não			
SÃO BRAZ	729	Praça Neuma Cortes Monclaro	sim	não			
	1122	Praça Joaquim Fernandes Lopes Careca	sim	não			
SÃO FRANCISCO	503	Praça da Bandeira	sim	não			
	504	Praça Garibaldi	sim	não			
	506	Praça João Cândido	sim	não			
	507	Praça Odilon Maeder	sim	não			
	509	Praça do Redentor	sim	não			
	510	Praça Nassib Abdo Abage	sim	não			
SEMINÁRIO	802	Praça Alexandre Marchioro	sim	não			
	804	Praça da França	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	805	Praça Pedro Gasparello	sim	não			

QUADRO 4 – PRAÇAS PÚBLICAS: SMMA E GOOGLE MAPS, NOVEMBRO 2019 (CONCLUSÃO)

SMMA		PRAÇAS NO GOOGLE MAPS	ABER. 24H	GRÁF. HORA PICO	SEMANAL	FINAL DE SEMANA	
BAIRRO	NÚM.	NOME				SÁBADO	DOMINGO
SEMINÁRIO	806	Praça Tobias Bueno Arruda	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
SÍTIO CERCADO	86	Praça Emirados Árabes Unidos	sim	não			
	87	Praça José Luiz Franceschi	sim	não			
	88	José Soares Grobe	sim	não			
	89	Praça Marçal Justen	sim	não			
	90	Praça Egydio José Busnardo	sim	não			
	95	Praça Professora Marli Queiroz de Azevedo	não consta	não			
	96	Praça Napoleão Côrtes Filho	sim	sim	Geralmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	97	Praça Carlos Raul Heller	sim	não			
	98	Praça das Tendas	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	101	Praça Jornalista Luzimar de Maria Dionysio (Meio-Quilo)	sim	sim	Não constam três dias	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	107	Praça Campo Serrado	não consta	não			
TARUMÃ	932	Praça Cova da Iria	sim	não			
TATUQUARA	1138	Praça Monteiro Lobato	sim	não			
UBERABA	659	Praça Renato Russo	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado
	668	Praça José Paulino Schmitt	sim	sim	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado	Normalmente muito movimentado
	655	Praça do Anhangava	sim	não			
VILA IZABEL	277	Praça Abibe Isfer	sim	não			
XAXIM	65	Praça Basília dos Santos Muniz	sim	não			
	66	Praça Jardim Esmeralda	sim	sim	Normalmente não muito movimentado	Geralmente um pouco movimentado	Normalmente muito movimentado

FONTE: A autora (2019).

FIGURA 17 - PRAÇA DO JAPÃO



FONTE: Google Street View (2019).

FIGURA 18 - PRAÇA PLÍNIO TOURINHO



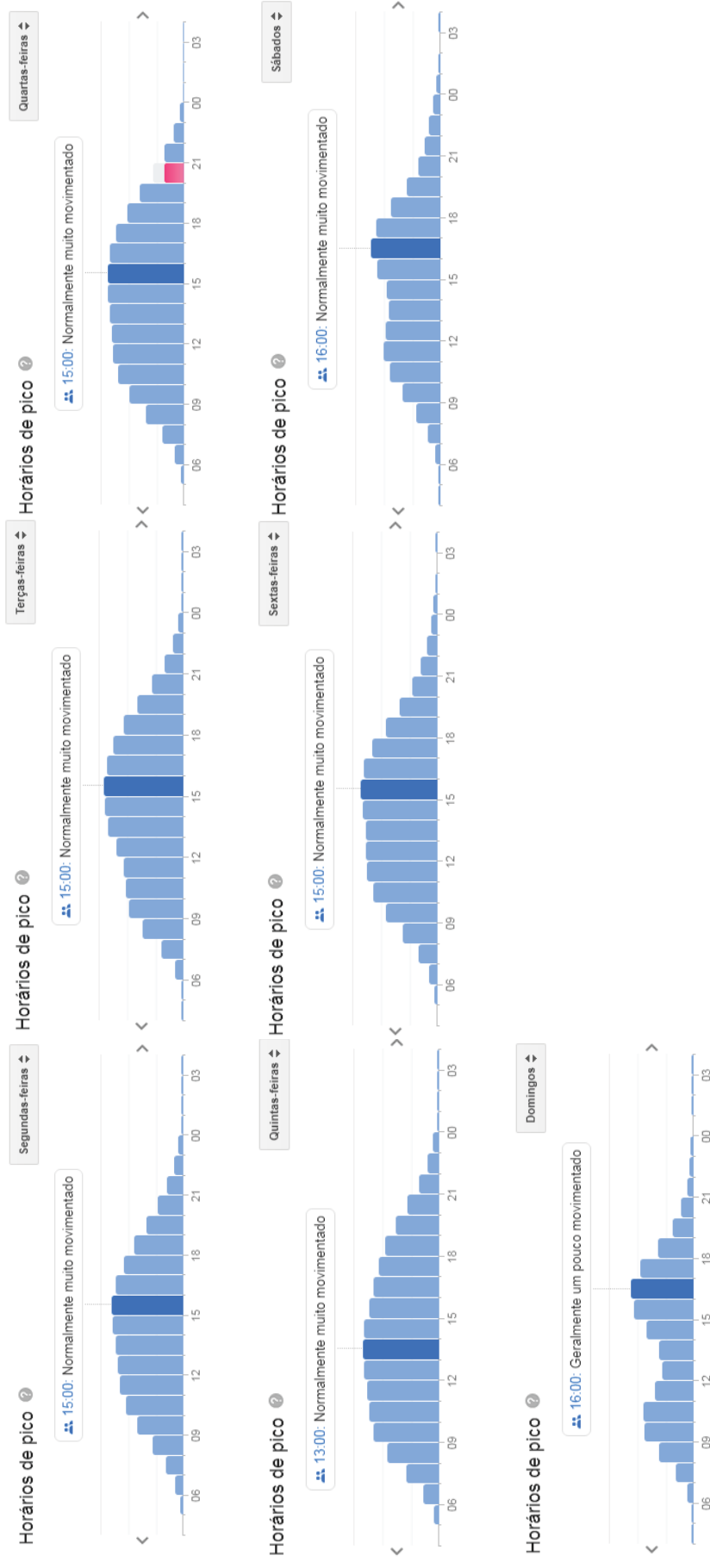
FONTE: Google Street View (2020).

UMA INCURSÃO SOBRE O MÉTODO

GRÁFICO 1 - PRAÇA DO JAPÃO: HORÁRIOS DE PICO EM NOVEMBRO DE 2019

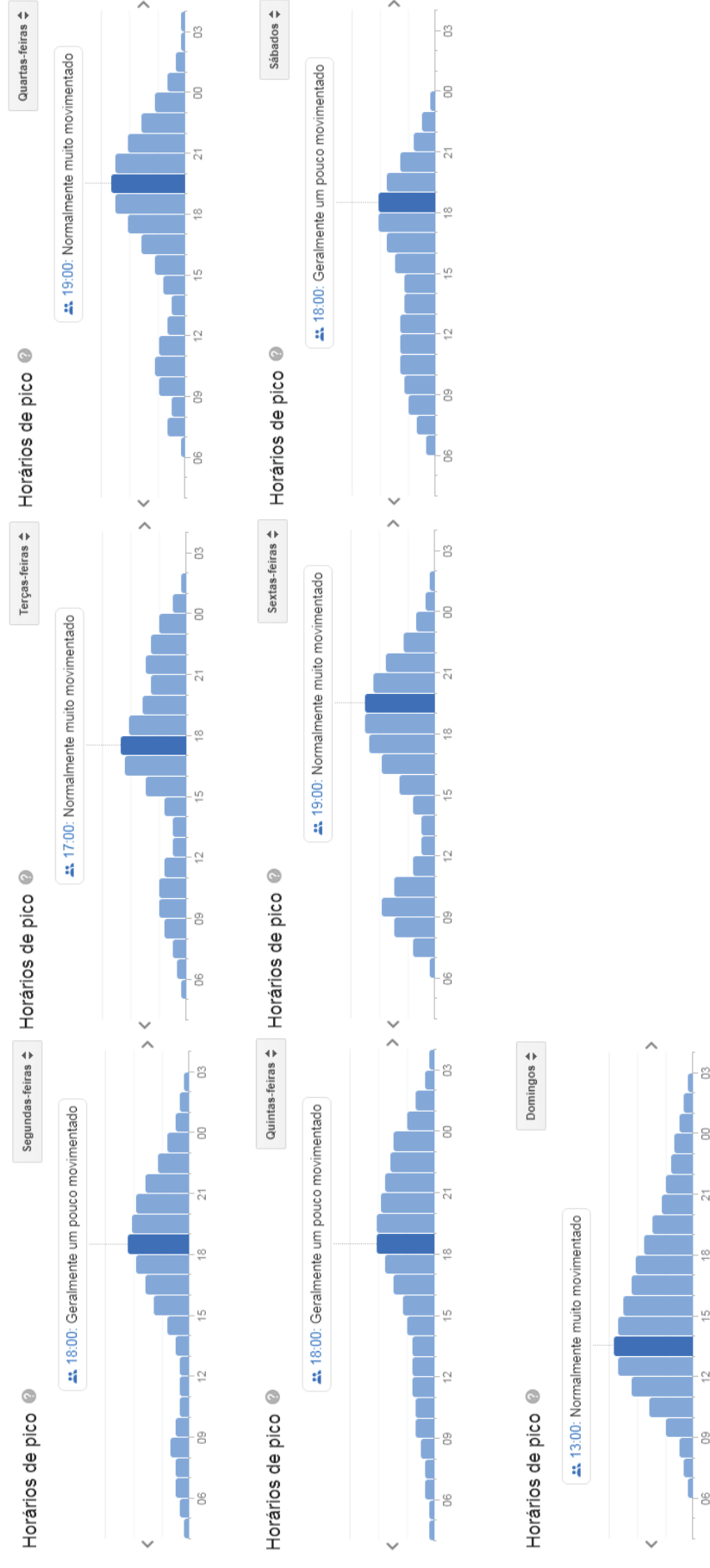
FONTE: Google Maps (2019).

LEGENDA: Em cor-de-rosa – gráfico da quarta-feira – referência do horário em que essas informações foram coletadas e da frequência de usuários naquele momento.



UMA INCURSÃO SOBRE O MÉTODO

GRÁFICO 2 - PRAÇA PLÍNIO TOURINHO: HORÁRIOS DE PICO EM NOVEMBRO DE 2019
FONTE: Google Maps (2019).



3. ORGANIZAÇÃO PRÉ-CAMPO

3.1. PROTOCOLO

A decisão em estabelecer um protocolo para campo se deu após uma visita exploratória e, também, após uma pesquisa piloto, ambas realizadas em espaços públicos e privados aleatórios, assim como em dia da semana e horário arbitrário, no intuito de padronizar a coleta de dados. Além disso, essas visitas apontaram a probabilidade de a observação ocorrer em mais de um ponto, sobretudo, pela dimensão de alguns espaços. Ainda, constatou-se que a forma de anotação mais adequada seria a manual (comparada ao vídeo e gravador), devido à facilidade na organização do material durante e posteriormente às visitas em campo.

No que tange à pesquisa piloto³⁶, constatou-se a necessidade de discernir a ocorrência de algumas atividades no intuito de compreender, por exemplo, quando as pessoas estavam “passeando” pelo local ou, simplesmente, “cortando caminho”. Isso porque a primeira sugere uma programação e a segunda aponta para uma atividade cotidiana. Entendeu-se, ainda, que a observação poderia fornecer dados complementares sobre os espaços cuja finalidade seria obter “[...] um entendimento sobre certo padrão de atividade ou um conhecimento concreto sobre quem vai onde, ou não vai, em um dado lugar” (GEHL; SVARRE, 2018, p.11).

3.1.1. COLETA DE DADOS

Partindo do fato de que o principal objetivo dessa pesquisa seria identificar atividades realizadas nos espaços públicos e privados, e considerando a dificuldade apontada pela pesquisa piloto em diferenciar atividades como “passeio” ou “cortar caminho”, por exemplo, obteve-se como propósito preestabelecer padrões de comportamentos humanos que possibilitassem o refinamento da observação em campo e, assim, propiciassem maior precisão aos dados coletados. Além disso, entendendo-se que tal dificuldade se acentuava, especialmente, quando as atividades eram realizadas em movimento, recorreu-se a uma metodologia utilizada

³⁶ Realizada nos dias 07 e 08 de setembro de 2019, na Praça do Japão e na praça do Edifício Evolution Tower, com a primeira sendo visitada no feriado de sábado e a segunda, visitada no domingo. A observação ocorreu ao longo de duas horas e no período da tarde, sendo que ambos os dias estavam quentes e ensolarados.

por Thibaud (2013) ao observar a conduta dos passantes na praça *Convention* (cidade de Paris, na França). Isso porque, no intuito de compreender as forças e potências que as características materiais da praça geravam sobre os transeuntes, o autor relacionou 25 repetições de percursos dos pedestres, as quais foram convertidas em oito figuras (QUADRO 5).

QUADRO 5 - TIPOLOGIA DE OITO FIGURAS DE THIBAUD

Figuras de percurso	Tipos de presença	Dinâmica dos fluxos	Representações
Avanço rápido	Fluidez	Grande movimento do conjunto	
Trânsito curto	Polarização	Ligação entre dois corredores	
O eixo do trajeto	Ancoragem	A partir de um ponto de orientação	
Território de espera	Ociosidade	Ocupação ampla	
Progressão casual	Desenvoltura	Avanço lento e flutuante	
De pausa em pausa	Moderação	Aproximação por etapas	
Curiosidade na passagem	Disponibilidade	Passagem ornada de atrativos	
Corrida de obstáculos	Prova	Múltiplas rupturas dos ritmos e modos de andar	

FONTE: Thibaud (2013).

Dentre as oito figuras relacionadas, cinco foram consideradas interessantes para esta pesquisa: avanço rápido, eixo do trajeto, território de espera, progressão casual e curiosidade na passagem. Isso porque o “avanço rápido” (AR) refere-se ao comportamento objetivo dos pedestres, dado por passos rápidos, constantes e ausentes de atenção ao entorno. Já o “eixo do trajeto” (ET) identificaria as atividades ofertadas pelas edificações existentes, configurando-se local de destino. No que concerne a uma ocupação ampla nesses espaços, isto é, pessoas andando “para lá

e para cá” sob um modo de ociosidade, ter-se-ia o padrão do “território de espera” (TE). Já na “progressão casual” (PC), os passantes seriam identificados a partir de seus passos desacelerados em um avanço lento e flutuante, como um passeio. Por fim, na “curiosidade na passagem” (CP), os passantes seriam identificados por circunstâncias em que se deixam apanhar por signos ou sinais da praça, ou seja, parando no decorrer do percurso para observação ou contemplação.

Destaca-se que as figuras “trânsito curto”, “de pausa em pausa” e “corrida de obstáculos” foram desconsideradas devido à compreensão de que a primeira poderia ser interpretada a partir da categoria “curiosidade na passagem” e a segunda forneceria dados referentes à dificuldade de locomoção do público, ou seja, o que possibilitaria a identificação da faixa etária do transeunte, situação que será observada de outra maneira. Com relação à terceira figura descartada, entendeu-se que “corrida de obstáculos” traria dados referentes à velocidade do percurso do pedestre, circunstância que não é o foco dessa pesquisa.

3.1.2. COLETA DE DADOS COMPLEMENTARES

Na coleta de dados complementares, buscou-se compreender informações referentes a “Quantas pessoas frequentam tais locais?”, “Quem são essas pessoas?” e “Onde elas escolhem permanecer?”. No que concerne à pergunta sobre quantas pessoas frequentam determinados locais, por exemplo, subentendeu-se que a ocorrência de um número maior de pessoas poderia gerar, também, maior diversidade de atividades e, nesse sentido, quantificar o número de usuários possibilitaria a conferência dessa preconcepção. Além disso, entendeu-se que ter o discernimento de quantas pessoas realizam atividades em movimento ou de permanência poderia contribuir com a discussão referente ao caráter público dos espaços analisados, já que estadias mais longas podem revelar que se sentem bem no local, que podem estar ali.

No que concerne ao reconhecimento dos usuários dos espaços públicos e privados, considerou-se que outra característica inerente aos espaços públicos seria a diversidade de pessoas e, nesse sentido, buscou-se identificar o gênero e a faixa etária. E, por fim, saber onde as pessoas escolhem permanecer possibilitaria complementar dados sobre as atividades estacionárias e, desse modo, entendeu-se

relevante distinguir entre as atividades realizadas em pé, sentado e deitado, visto que ficar parado em pé seria, tipicamente, uma atividade de curta duração, afinal, somente quando existem oportunidades para se sentar é que as pessoas teriam condições de permanecer por mais tempo (GEHL, 2015). Ainda, registrar o local em que as pessoas permanecem poderia contribuir com a discussão referente à influência da “esfera material” dos espaços nas atividades exercidas pelas pessoas.

3.1.3. FERRAMENTAS

A partir das concepções relatadas anteriormente, concluiu-se que o protocolo em campo deveria ser composto por uma tabela (para registro dos dados coletados), e, também, por croquis de cada praça (registro de atividades estacionárias). Para o desenvolvimento da tabela, recorreu-se a abreviações de palavras que pudessem representar o gênero e a faixa etária dos usuários, por exemplo, além da abreviação dos padrões de movimento identificados por Thibaud (2013). Tais abreviações foram dispostas na legenda abaixo (QUADRO 6). As informações contidas na legenda foram desenvolvidas para serem aplicadas na tabela, na sequência (TABELA 1).

QUADRO 6 - LEGENDA PARA ANOTAÇÕES EM CAMPO

QUADRO 6 – LEGENDA PARA ANOTAÇÕES EM CAMPO

LEGENDA										
GÊNERO			IDADE			EXTRAS			MOVIMENTO	
H	:	HOMEM	C	:	CRIANÇA (até aprox. 10 anos)	D	:	CACHORRO (dog)	A.R	: AVANÇO RÁPIDO (Fluidez)
M	:	MULHER	J	:	JOVEM (até aprox. 18 anos)	CB	:	CARRINHO DE BEBÊ	E.T	: EIXO DO TRAJETO (Ponto Focal)
			A	:	ADULTO (entre 18 e 70 anos)	CR	:	CADEIRA DE RODAS	P.C	: PROGRESSÃO CASUAL (Passeio)
			I	:	IDOSO (depois de aprox. 70 anos)				T.E	: TERRITÓRIO DE ESPERA (Ocupação Ampla)
									C.P	: CURIOSIDADE NA PASSAGEM (Atrativos)

FONTE: A autora (2019).

TABELA 1 - PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO EM CAMPO

PROTOCOLO										
LOCAL :						CONDIÇÃO DO TEMPO:				
HORÁRIO EM CAMPO:										
QUANTOS? QUEM?	ATIVIDADES									
	MOVIMENTO					PERMANÊNCIA			PROBABILIDADE (O QUE?)	
	A PÉ (ritmo)					OUTRO	EM PÉ	SENT.		DEIT.
	rápido		lento							
	A.R	E.T	P.C	T.E	C.P					

FONTE: A autora (2019).

Para o mapeamento das atividades estacionárias, foi desenvolvido um croqui da implantação de cada praça utilizando-se, como base, a planta cadastral da prefeitura (IPPUC) no caso das praças públicas e, no caso das praças privadas, observando implantações expostas no site dos escritórios de arquitetura ou nas imobiliárias que comercializam imóveis nesses empreendimentos (MAPA 1).

Outras ferramentas consideradas relevantes para essa pesquisa foram os registros visuais através de fotografias (ilustrando eventos e “congelando” situações para análise posterior) e registros de voz, conformando um diário dos acontecimentos (GEHL; SVARRE, 2018). Ao todo, a lista de instrumentos para campo contemplou protocolo, croquis das praças públicas e privadas, celular (câmera fotográfica, gravador), prancheta e caneta.

MAPA 1 - EXEMPLO DE CROQUI NAS PRAÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS



FONTE: Planta cadastral da Praça do Japão (IPPUC), alterada pela autora (2019).

3.2. QUANDO E POR QUANTO TEMPO?

No que tange à programação dos dias para a realização da pesquisa, considerou-se a necessidade de distinguir as atividades realizadas durante a semana e nos finais de semana, ao mesmo tempo em que buscou-se horários semelhantes para as visitas. Desse modo, foram estabelecidas seis visitas para cada praça (três durante a semana e três nos finais de semana), em três horários diferentes, distribuídos de forma intercalada ao longo da semana e nos finais de semana. A definição deles embasou-se no horário comercial tradicional (das 8h às 12h e das 14h às 18h) com visitas estabelecidas a partir das 8h30 na parte da manhã, 12h no meio do dia e 17h no final da tarde, entendendo-se os horários de maior movimento nos empreendimentos privados, já que os espaços públicos, segundo os gráficos de “horário de pico”, apresentaram movimento de pessoas em diferentes períodos ao longo do dia. Sobre o tempo em campo, foi definido que a observação deveria ser realizada por saturação, ou seja, permanência no espaço público ou privado durante o período necessário para a compreensão da rotina

daquele horário. Entretanto, estabeleceu-se 45 minutos como tempo mínimo (QUADRO 7).

QUADRO 7 - VISITAS EM CAMPO NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019

VISITAS EM CAMPO (2019)							
ESPAÇOS		DIA DA SEMANA			FINAL DE SEMANA		
		MANHÃ (8h30)	MEIO DIA (12h)	TARDE (17h)	MANHÃ (8h30)	MEIO DIA (12h)	TARDE (17h)
PÚBLICOS	PRAÇA DO JAPÃO	4 (SEGUNDA-FEIRA)	6 (QUARTA-FEIRA)	7 (QUINTA-FEIRA)	3 (DOMINGO)	9 (SÁBADO)	10 (DOMINGO)
	PRAÇA PLÍNIO TOURINHO	13 (QUARTA-FEIRA)	14 (QUINTA-FEIRA)	11 (SEGUNDA-FEIRA)			
PRIVADOS	PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA	14 (QUINTA-FEIRA)	25 (SEGUNDA-FEIRA)	13 (QUARTA-FEIRA)	23 (SÁBADO)	17 (DOMINGO)	16 (SÁBADO)
	PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER	7 (QUINTA-FEIRA)	18 (SEGUNDA-FEIRA)	6 (QUARTA-FEIRA)	24 (DOMINGO)	3 (DOMINGO)	9 (SÁBADO)
	PRAÇA ED. 1550 BATEL	11 (SEGUNDA-FEIRA)	13 (QUARTA-FEIRA)	14 (QUINTA-FEIRA)	17 (DOMINGO)	16 (SÁBADO)	24 (DOMINGO)
	FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO	6 (QUARTA-FEIRA)	7 (QUINTA-FEIRA)	4 (SEGUNDA-FEIRA)	9 (SÁBADO)	24 (DOMINGO)	3 (DOMINGO)

FONTE: A autora (2019).

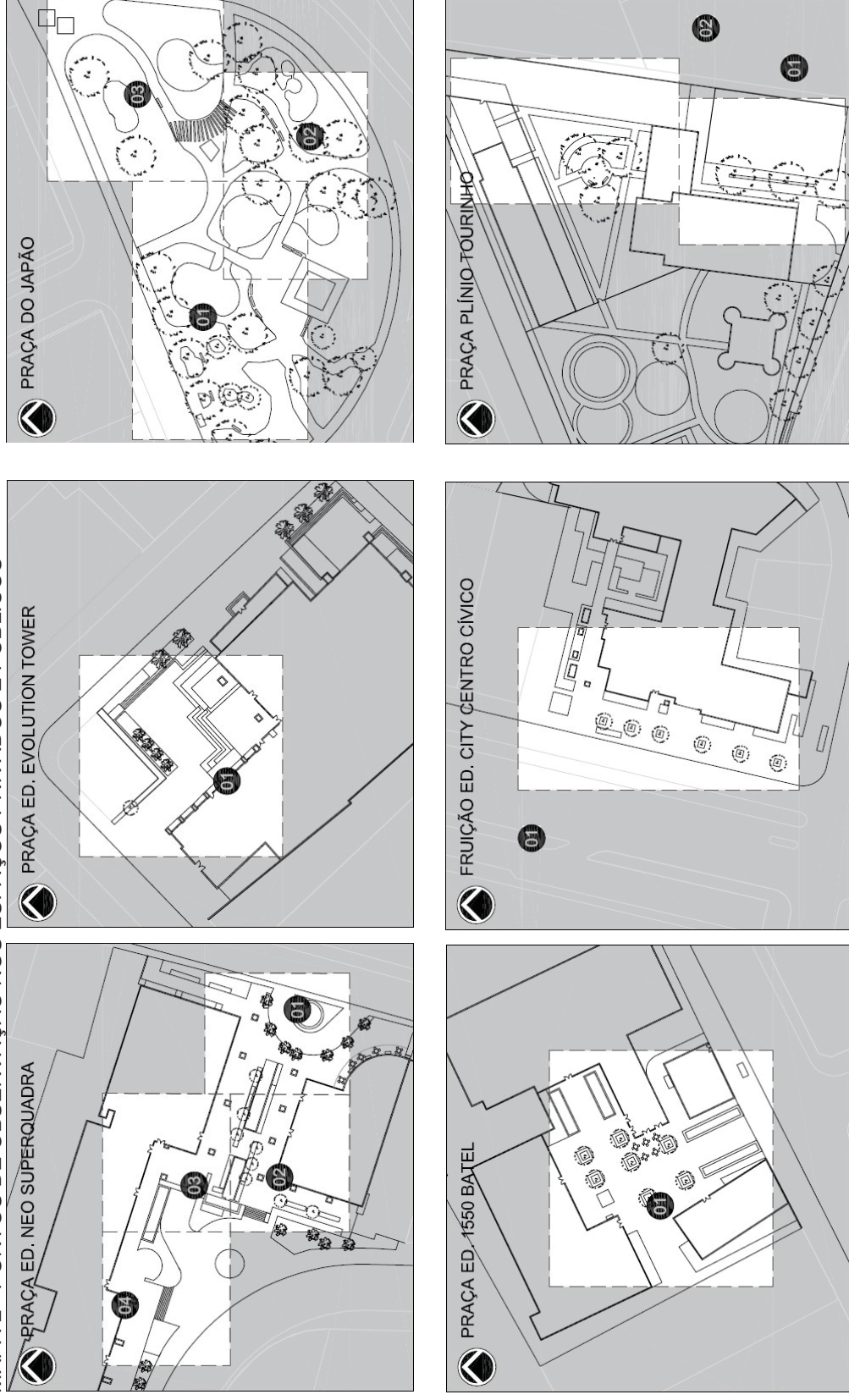
Na apreciação do quadro acima (QUADRO 7), observa-se que as praças foram visitadas em cinco dias da semana diferentes, sendo que a Praça do Japão, a praça do Edifício Evolution Tower, a praça do Edifício 1550 Batel e a fruição do Edifício City Centro Cívico receberam visitas em dois domingos e um sábado. Situação diferente da praça do Edifício Neo Superquadra, visitada em dois sábados e um domingo e da Praça Plínio Tourinho, que não recebeu visitas nos finais de semana. Tal ausência se deu pela escolha dos locais de observação, explanados na sequência.

3.3. OLHAR A PARTIR DE UM LUGAR

Recorda-se que a definição do local de observação das atividades realizadas nas praças partiu da identificação das regiões cujo fluxo de pessoas fosse mais intenso, devido ao entendimento de que haveria probabilidade maior no aumento de ocorrências. Entretanto, na Praça do Japão, Praça Plínio Tourinho e praça do Edifício Neo Superquadra, seja pela dimensão física – nas duas primeiras – ou pelo formato – no caso da última, a observação a partir de um único ponto tornava-se demasiado fragmentada, incompatível como amostra de “uma totalidade” e, portanto, necessitando que a observação se desse em mais de um ângulo de visão (URIARTE, 2013). Desse modo, no Mapa 2, observa-se que foram estabelecidos dois pontos para observação na Praça Plínio Tourinho, três na Praça do Japão e quatro pontos na praça do Edifício Neo Superquadra, recorrendo-se ao deslocamento entre eles durante cada visita em campo.

Além disso, entendeu-se que o principal ângulo de visão deveria ocorrer a partir de uma “observação estática de baixo”, ou seja, quando o pesquisador observa a partir de pontos fixos no chão, no intuito da proximidade ampliar o nível de detalhes das atividades (URIARTE, 2013). Apenas na Praça Plínio Tourinho e na fruição do Edifício City Centro Cívico houve o entendimento de que deveriam ser observadas a partir de pontos externos. Isso porque, num primeiro momento, a Praça Plínio Tourinho transmitiu a sensação de que, talvez, não fosse segura para permanência por longo período, o que culminou em uma observação em altura (dada a partir de uma edificação vizinha). Já na fruição do Edifício City Centro Cívico, observá-la a partir de pontos externos possibilitou enxergar o espaço integralmente e, além disso, aumentar o nível de descrição da pesquisadora.

MAPA 2 - PONTOS DE OBSERVAÇÃO NOS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS



FONTE: A autora (2019).

CAPITULO 03: COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Até o momento, a investigação sobre a capacidade de os espaços privados proverem a esfera pública foi pontuada por considerações sobre a distinção tradicional dos termos e, também, alguns comportamentos sociais que evidenciam uma indistinção entre as esferas no cotidiano da sociedade, bem como nos espaços da cidade. Foram pontuadas, também, prováveis motivações e consequências da conformação de “espaços privados de uso público” – sob a ótica dos espaços públicos –, além de incentivos propostos pelo planejamento urbano para a qualificação desses espaços, especialmente em algumas cidades brasileiras.

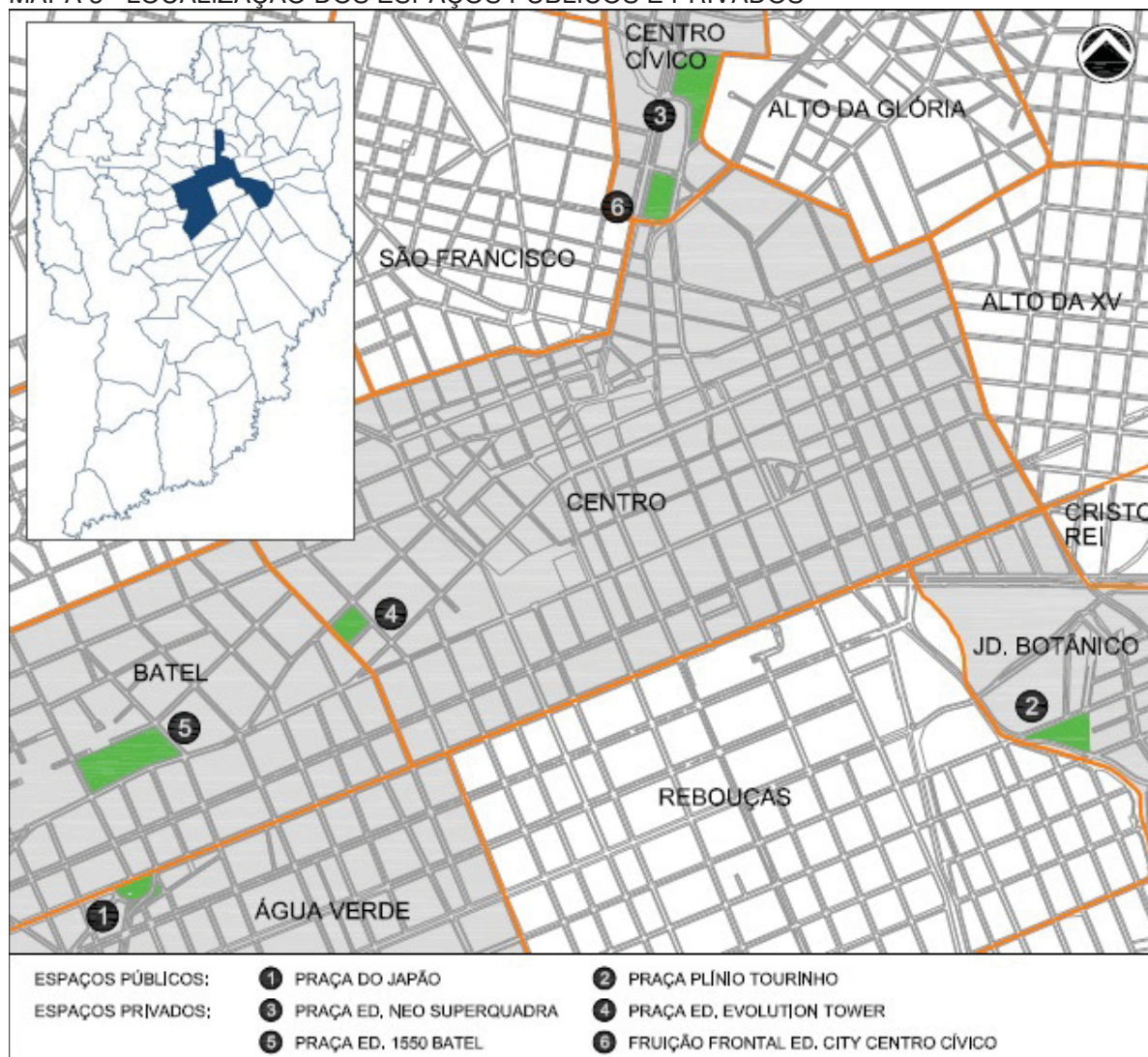
Desse modo, ainda que ambos os gerenciamentos – público e privado – tenham sido ponderados por Carmona (2010a) como passíveis de cometerem excessos que comprometem o caráter público de determinado local, ainda assim, entendeu-se que se houver a intenção na conformação de espaços públicos a partir do setor privado, as chances de obter caráter público seriam mais amplas se a gestão fosse pública. A proposta para averiguar tal hipótese se deu através de uma pesquisa de observação do comportamento humano, a partir de um estudo caso-controle, visando identificar e comparar atividades estimuladas ou proibidas nos espaços públicos e privados. Desse modo, aproximando-se os objetos de estudo em escala dimensional, optou-se por trabalhar com as praças públicas e espaços no centro e frontal de lotes privados, apreendidos, nessa pesquisa, como praças e “fruição”, respectivamente. As praças públicas selecionadas foram a Praça do Japão e a Praça Plínio Tourinho e as praças privadas foram a do Edifício Evolution Tower, do Edifício 1550 Batel, do Edifício Neo Superquadra, além da fruição do Edifício City Centro Cívico.

Nesse capítulo, portanto, serão apresentados os resultados e a discussão dessa pesquisa qualitativa. Para tanto, entendeu-se necessário, em um primeiro momento, elencar características dos locais investigados que pudessem influenciar as atividades realizadas, tais como: índice de segurança, poder aquisitivo da população do bairro, usos das edificações do entorno. Explanou-se, também, sobre a configuração física das praças e dos elementos que elas contêm (assentos primários e secundários, árvores, esculturas, monumentos, presença de água). Acrescenta-se que, por tratar-se de uma análise comparativa, as informações sobre os espaços públicos e privados serão apresentadas simultaneamente, no intuito de facilitar o confronto dos dados.

1. CARACTERÍSTICAS DOS OBJETOS DE ESTUDO

A primeira apreciação refere-se à disposição dos objetos estudados em relação aos bairros e, também, em relação à cidade de Curitiba. Observa-se, no Mapa 3, a localização das praças públicas, bem como o quarteirão em que se situam as praças e fruição privadas, destacando-se que, apesar da escolha criteriosa desses locais, todos culminaram na região central da cidade. Desse modo, as praças públicas estão situadas nos bairros Água Verde (Praça do Japão) e Jardim Botânico (Praça Plínio Tourinho) e as praças e fruição privadas nos bairros Centro (praça do Edifício Evolution Tower), Batel (praça do Edifício 1550 Batel) e Centro Cívico (praça do Edifício Neo Superquadra e fruição do Edifício City Centro Cívico).

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS



FONTE: Base IPPUC, alterado pela autora (2019).

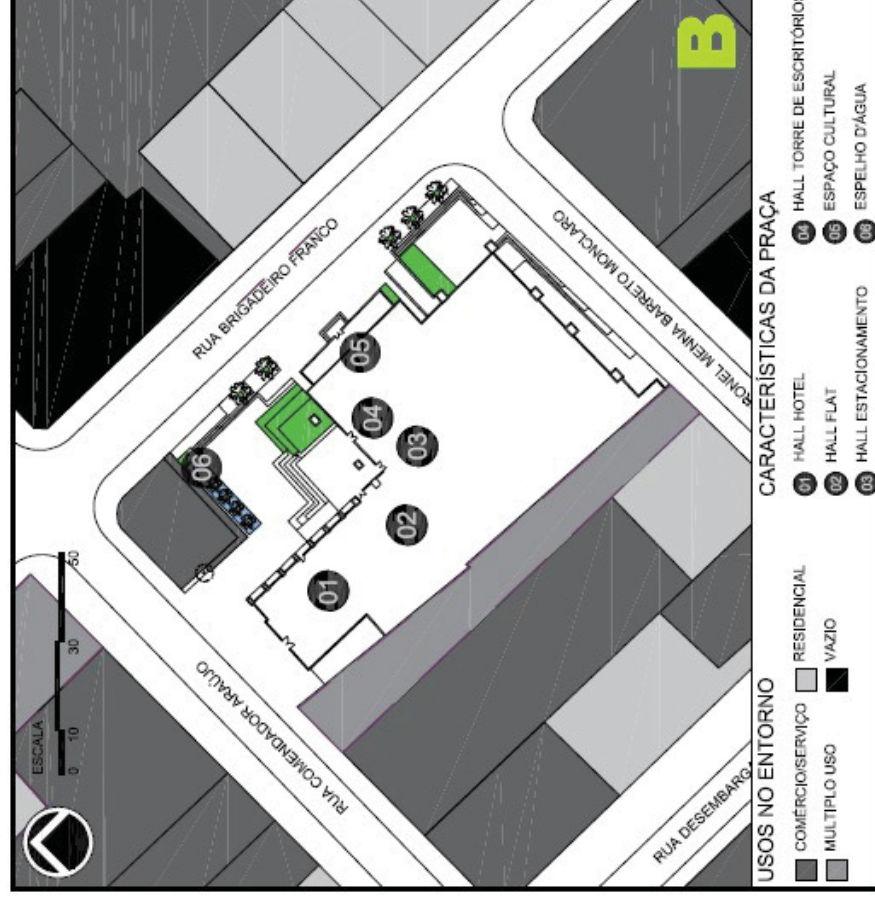
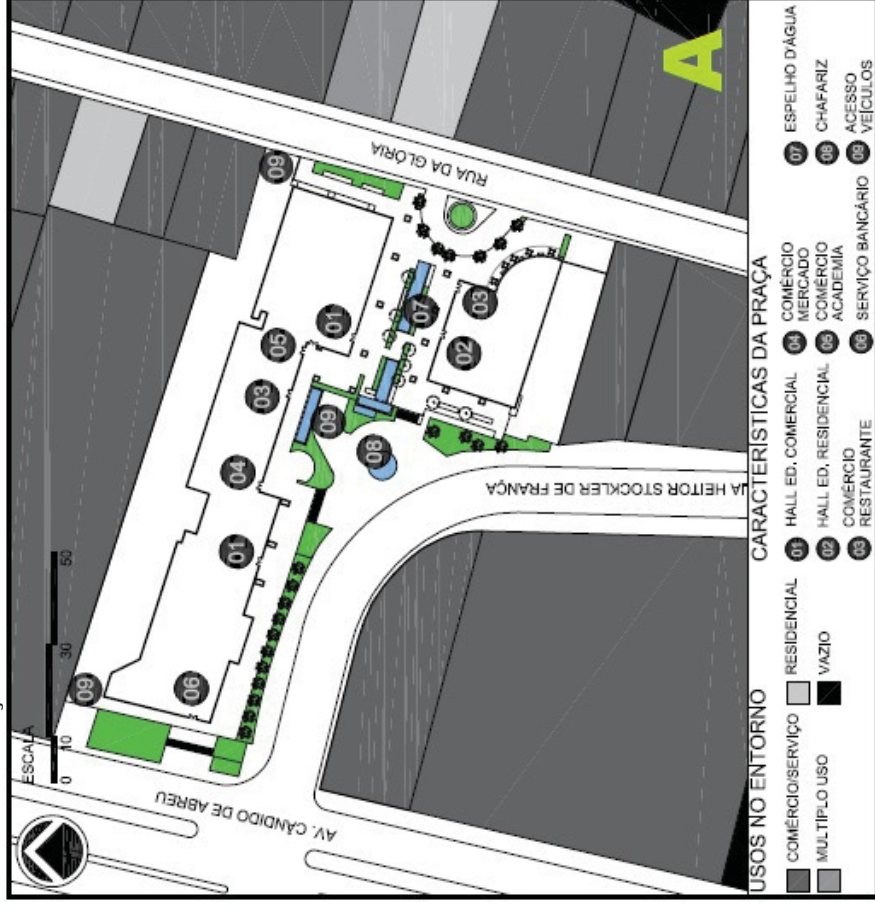
LEGENDA: O mapa menor refere-se à cidade de Curitiba-PR e delimita os bairros em que as praças e fruição se localizam. O mapa maior ilustra as praças e fruição, em seus respectivos bairros.

Essa proximidade física sugere características semelhantes, tais como alguns dados estatísticos de quatro dos cinco bairros (Água Verde, Batel, Centro e Centro Cívico), os quais possuem as principais atividades econômicas vinculadas aos serviços e renda per capita entre 5 e 10 salários mínimos. No Jardim Botânico a situação seria diferente, vigorando-se o comércio e a maior parte da população recebendo entre 1 e 2 salários mínimos. Esse bairro é, também, o único cuja maioria da população reside em habitações unifamiliares e, também, apresenta o segundo maior índice de homicídios (16,20 por 100.000 habitantes), já que o Centro supera essa estatística, com 209,07 homicídios a cada 100.000 habitantes, o que ultrapassa, inclusive, os índices da cidade (42,81). Nesse quesito – relacionado à segurança local –, o bairro Água Verde apresenta 3,89 homicídios a cada 100.000 habitantes e o bairro Batel, 9,19. No Centro Cívico não foram registradas ocorrências no ano analisado (CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2015a, 2015b, 2015c, 2015d, 2015e).

Além dos dados estatísticos, a investigação em campo associada às observações no *Google Street View* auxiliaram a confecção dos mapas abaixo (MAPAS 4, 5 e 6), referentes às características materiais e dos entornos imediatos dos objetos analisados. Observa-se que nos espaços privados predominam usos comerciais ou de serviços (MAPA 4 e 5), o que é diferente das praças públicas (MAPA 6), cujos entornos referem-se aos usos residenciais. Nesse panorama, destaca-se que na rua da Glória, tangente à praça do Edifício Neo Superquadra, há grande quantidade de serviços alimentares e, também, que a tipologia residencial do entorno da Praça do Japão é dada por edifícios de apartamentos e múltiplos usos, ao posto que na Praça Plínio Tourinho a predominância seriam residências unifamiliares. Esta última seria a única a apresentar uso industrial adjacente e a fruição do Edifício City Centro Cívico seria a única vizinha a praças e parques públicos (FIGURA 19, p.110).

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

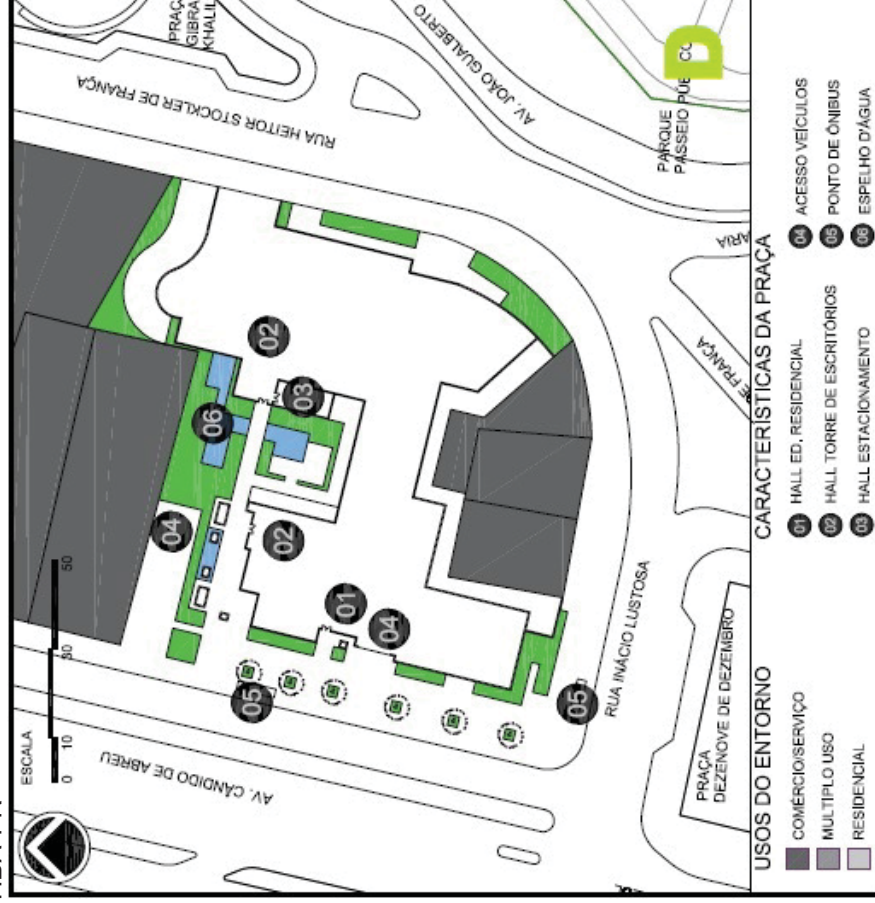
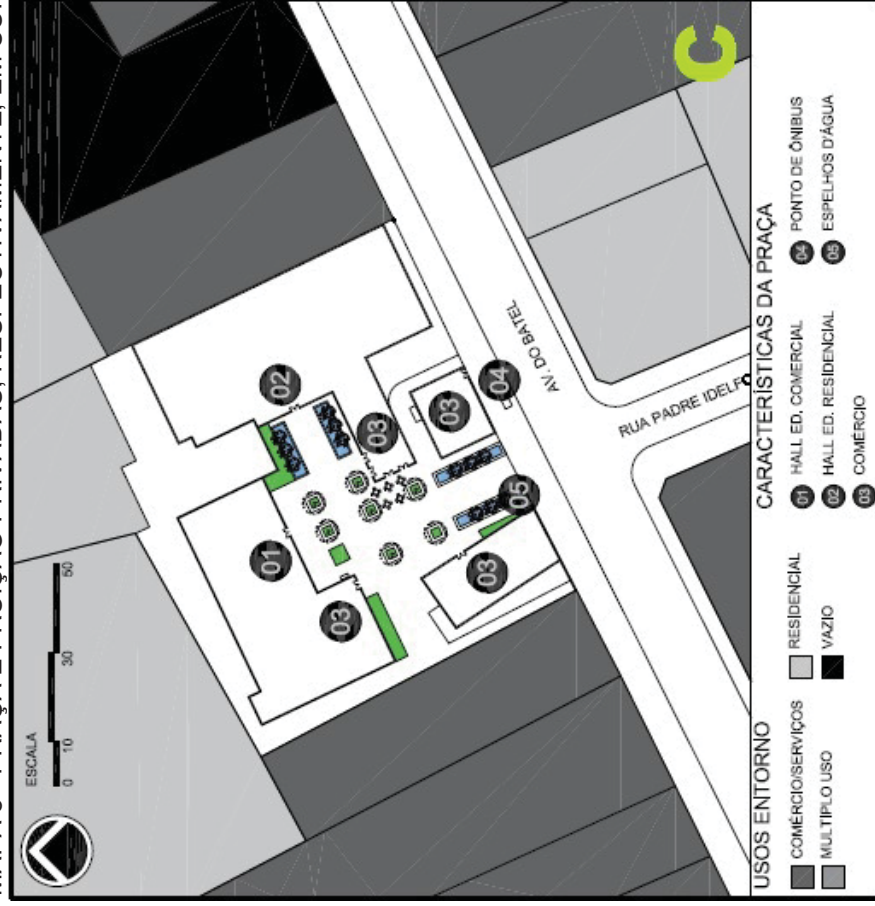
MAPA 4 – PRAÇAS PRIVADAS EM CURITIBA-PR



FONTE: Base IPPUC, alterada pela autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower.

MAPA 5 - PRAÇA E FRUIÇÃO PRIVADAS, RESPECTIVAMENTE, EM CURITIBA-PR

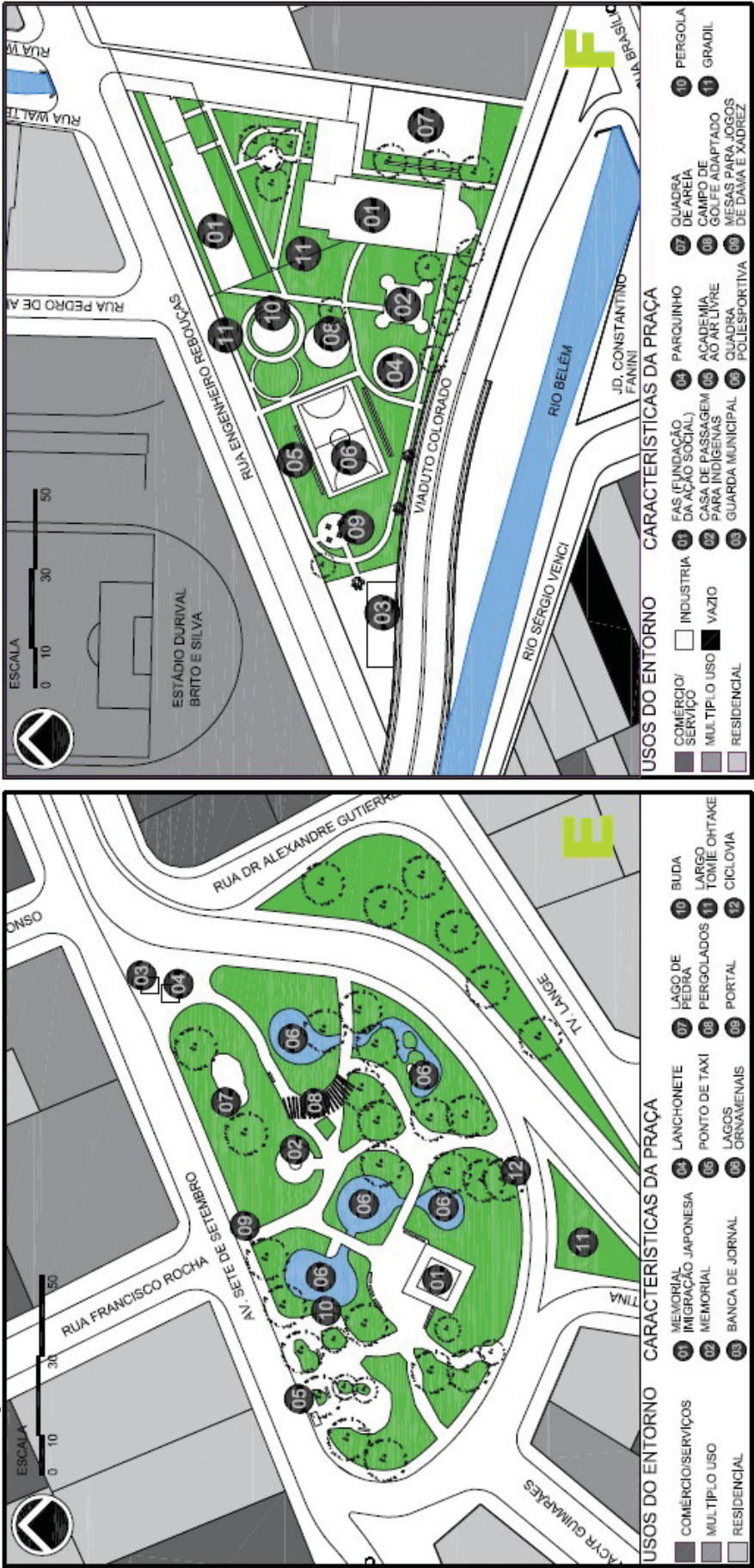


FONTE: Base IPPUC, alterada pela autora (2019).

LEGENDA: c) praça do Edifício 1550 Batel; d) fruição do Edifício City Centro Cívico.

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MAPA 6 - PRAÇAS PÚBLICAS, EM CURITIBA-PR



FONTE: Base IPPUC, alterada pela autora (2019).
LEGENDA: e) Praça do Japão; f) Praça Plínio Tourinho.

FIGURA 19 - ENTORNO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS ANALISADOS



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Na Praça do Japão, os edifícios ao fundo são residenciais; b) O entorno da fruição do Edifício City Centro Cívico contempla espaços públicos adjacentes, com a foto registrada a partir da Praça Dezenove de Dezembro; c) O entorno da praça do Edifício Neo Superquadra representa a concentração de usos vinculados à alimentação, na rua da Glória; d) Entorno da praça do Edifício Evolution Tower, com comércio adjacente.

No que concerne à configuração física, a diferença entre as praças públicas e privadas inicia-se na dimensão delas, visto que as praças públicas apreendem áreas maiores, equivalentes à metragem de um quarteirão da cidade. Observa-se, por exemplo, que a Praça do Japão possui 8.420 m² e a Plínio Tourinho, 15.000 m² (CURITIBA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, [19--]); já as praças e fruição privadas, enquanto delimitações internas dos lotes, possuem dimensões mais modestas, estimando-se menos de 2.000 m² para todos os casos. Além da dimensão, o fato de situarem-se em lotes pode impedir, muitas vezes, que praças privadas apresentem possibilidades de ingresso aos pedestres por mais de uma rua, tal como ocorre na praça do Edifício 1550 Batel (MAPA 5C, p. 108), cujo único acesso ocorre pela Av. do Batel. De antemão, entende-se que tal circunstância pode configurar um obstáculo para a presença de pessoas no local, mesmo sendo em nível com a calçada pública.

Neste quesito, as demais praças privadas (Edifício Neo Superquadra e do Edifício Evolution Tower) apresentam mais de uma possibilidade de acesso. Entretanto, a primeira (MAPA 4A, p. 107), apesar de possuir três entradas (Av. Cândido de Abreu, rua Heitor Stockler de França e rua da Glória), apresenta,

também, elementos que podem dificultar sua ocorrência, como a existência de duas rotatórias para veículos (chafariz e floreira), cascata, palmeiras nas extremidades, além dos desníveis em relação à calçada pública. Já a segunda (MAPA 4B, p. 107) possui duas oportunidades de acesso para pedestres, com escada e rampa vencendo o declive natural da rua Brigadeiro Franco, além de ser em nível com a calçada pública no caso da rua Comendador Araújo, com barreiras em concreto impedindo a entrada de veículos (FIGURA 20).

FIGURA 20 – POSSIBILIDADES DE ACESSO ÀS PRAÇAS DO EDIFÍCIO NEO SUPER QUADRA E EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Chafariz como rotatória para veículos posicionado anterior a dois acessos para pedestres, na praça do Edifício Neo Superquadra; b) Acesso em nível para a praça do Edifício Evolution Tower através da rua Comendador Araújo, com barreiras para veículos.

No que concerne à fruição do Edifício City Centro Cívico, observa-se, na Figura 21, que sua configuração física se confunde com a calçada pública, isto é, situa-se no mesmo nível e possui os mesmos materiais de acabamento (mosaico português). Observando outras edificações na mesma rua (Av. Cândido de Abreu), o recuo frontal também se apresenta isento de barreiras físicas no alinhamento predial, entretanto, os tratamentos da fruição de alguns desses locais explicitam tratar-se de área privativa.

FIGURA 21 - RECUO FRONTAL NA AV. CÂNDIDO DE ABREU



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Fruição no recuo frontal do Edifício City Centro Cívico, idêntico à calçada pública; b) e c) Fruição em edificações próximas enfatiza tratar-se de espaços privados.

Com relação às praças públicas, apesar de ambas serem em nível com as calçadas adjacentes, observa-se que a Praça do Japão (MAPA 6E, p. 109) é circundada por ruas e, portanto, pode ser acessada pelos pedestres em praticamente todo o seu perímetro, excetuando-se um trecho próximo à ciclovia, uma vez que um gradil de aproximadamente 100 cm de altura isola a praça do trecho com semáforo para o ônibus BRT³⁷. Já a Praça Plínio Tourinho (MAPA 6F, p. 109) apresenta-se menos convidativa, visto que sua configuração física é dada por um triângulo fechado com gradil, de aproximadamente 180 cm, em seus três lados, com edificações praticamente encostadas na praça em um dos lados (separada por

³⁷ O BRT (Bus Rapid Transit) ou Transporte Rápido por Ônibus, é um sistema de transporte coletivo de passageiros. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/rede/10%20brt%20bus%20rapid%20transit.php>. Acesso em: 23 jul. 2020.

um corredor para pedestres) e um viaduto tangenciando-a no outro. Apesar disso, há portões permanentemente abertos nos trechos do viaduto colorado e da rua Engenheiros Rebouças (FIGURA 22).

FIGURA 22 - BARREIRAS AO ACESSO NAS PRAÇAS PÚBLICAS



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Trecho de acesso à Praça do Japão delimitado por uma cerca; b) Gradil e Viaduto Colorado, dificultando o acesso à Praça Plínio Tourinho.

Ainda sobre a Praça Plínio Tourinho, destaca-se que além do gradil em seu perímetro, há outro em seu interior, dividindo-a ao meio (MAPA 6F, p. 109). Desse modo, de um lado situa-se a maioria das construções e a quadra de areia e, do outro, grande parte das estruturas para a realização de atividades esportivas. Tal circunstância sugere a oferta de diferentes usos para diferentes públicos, isso porque, ao mesmo tempo em que estimularia a prática de exercícios físicos ao público em geral (quadra poliesportiva, parquinho, campo de golfe adaptado, academia ao ar livre, mesas para jogos de xadrez e dama, pergolados), atenderia famílias indígenas e moradores de rua, com as edificações funcionando, hoje, como Casas de Passagem (FIGURA 23).

FIGURA 23 - DELIMITAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO FÍSICA DA PRAÇA PLÍNIO TOURINHO



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Lado da praça que comporta a casa de passagem para moradores de rua do sexo masculino; b) Lado da praça que possibilita prática esportiva e atende os indígenas.

Nesse sentido, no que tange às características de cada praça e a oferta de atividades que possibilitam, observa-se que especialmente as praças públicas

apresentam-se bem distintas. Isso porque, enquanto a Praça Plínio Tourinho oferece condições para atividades físicas e atendimento social, pode-se dizer que a Praça do Japão tem um forte caráter contemplativo dado pela presença de diversos espelhos d'água e, também, pelos monumentos e obras de arte (Buda, lanterna, granito com inscrição “paz e tranquilidade”, granito com carpa em cerâmica, escultura criada por Tomie Ohtake, escultura criada por Manabu Mabe) (FIGURA 24). Para Gehl (2015), a arte traz contribuições valiosas para a qualidade dos espaços, comunicando beleza, monumentalidade e memória de eventos importantes, mas ela não foi identificada nos demais objetos de estudo de maneira relevante como na Praça do Japão.

FIGURA 24 - MONUMENTOS DA PRAÇA DO JAPÃO



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Escultura do Buda; b) Escultura criada por Tomie Ohtake; c) Escultura criada por Manabu Mabe; d) Lanterna; e) Granito com inscrição “paz e tranquilidade”.

Além desses monumentos, a Praça do Japão também comporta banca de jornal, lanchonete, ponto de táxi, ciclovia, portal japonês e o Memorial da Imigração Japonesa, cuja Biblioteca Hideo Handa oferta atividades culturais que divulgam a

cultura oriental (oficina de origami e haikai, contação de histórias), publicações em português e japonês, exposições, loja de *souvenirs* e atendimento aos turistas.

No que concerne às praças privadas, elas possuem características semelhantes entre si, sobretudo, no que tange aos usos internos das edificações. No caso da praça do Edifício Neo Superquadra, por exemplo, além das torres comercial, residencial e corporativa, existem restaurantes, mercado, academia, serviços bancários e de estacionamento. Já na praça do Edifício 1550 Batel, além das torres comerciais e residenciais, estão instalados uma galeria de arte e um estacionamento, e na praça do Edifício Evolution Tower, as edificações comportam serviços hoteleiros e flat, torre comercial, serviço de estacionamento, além de um espaço cultural. Por fim, a fruição do Edifício City Centro Cívico comporta acesso para edificações residenciais, comerciais e estacionamento.

No que tange às áreas externas, destaca-se as praças do Edifício Neo Superquadra e 1550 Batel, cujas configurações espaciais possuem desenhos mais elaborados do que na praça do Edifício Evolution Tower ou na fruição do Edifício City Centro Cívico (FIGURA 25).

FIGURA 25 - CONFIGURAÇÃO FÍSICA DOS ESPAÇOS PRIVADOS



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) e b) Configuração espacial contemplativa das praças dos Edifícios Neo Superquadra e 1550 Batel; c) praça do Edifício Evolution Tower; d) fruição do Edifício City Centro Cívico.

Sobre a vegetação, Gehl (2015) apontou que a presença de árvores, paisagismo e flores seria um elemento importante nos espaços urbanos, tanto para refrescar os espaços como, também, pelas qualidades estéticas imediatas. Nesse quesito, ambas as praças públicas possuem grande quantidade de grama e árvores de pequeno, médio e grande porte, com a Praça do Japão destacando-se pela variedade de espécies. Já as praças privadas, quando possuem árvores (praças Edifício Neo Superquadra, Edifício 1550 Batel e fruição Edifício City Centro Cívico), são de pequeno porte ou palmeiras, além de haver pouca ou nenhuma área com grama. Nesse panorama, acrescenta-se que devido à ausência de árvores na praça do Edifício Evolution Tower, a presença de sombras se daria pela projeção das edificações, fazendo com que, por volta das doze horas, o espaço fique praticamente desprovido de proteção solar. Embora, segundo Whyte (2001), a presença de sol seja importante especialmente nos dias frios, observa-se nas fotos abaixo a busca pela nesga de sombra projetada pela construção (FIGURA 26).

FIGURA 26 - AUSÊNCIA DE SOMBRAS NA PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER

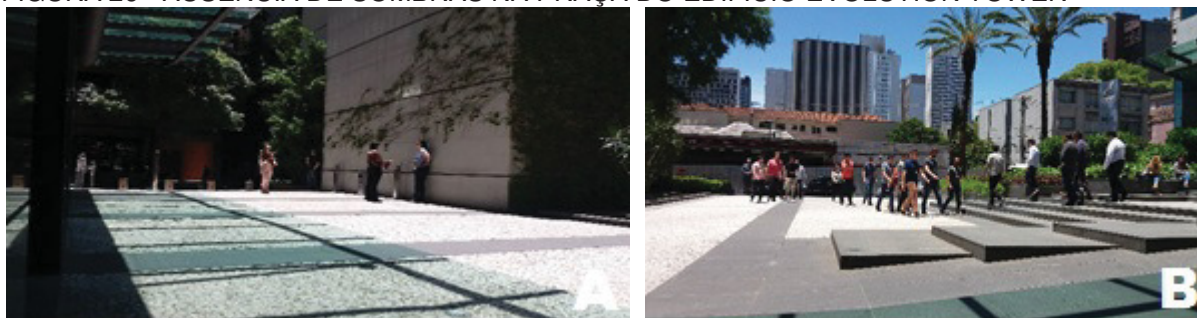


FOTO: A autora (2019).

LEGENDA: a) Nesga de sombra; b) Espaço árido.

Além disso, observa-se nas fotos anteriores que a praça do Edifício Evolution Tower não possui bancos, ou seja, as oportunidades para as pessoas se sentarem são dadas pelas bordas das floreiras, reentrâncias na fachada das edificações ou degraus das escadas. Neste quesito, desconsiderando a fruição do Edifício City Centro Cívico – desprovida de oportunidades para sentar – as demais praças públicas e privadas contemplam bancos, cadeiras móveis (assentos primários) e, também, alguns assentos secundários (pedras, floreiras) (FIGURA 27).

FIGURA 27 - OPORTUNIDADES PARA SENTAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS



FOTO: A autora (2019).

LEGENDA: a) e b) Oportunidades para sentar nas praças privadas do Edifício Neo Superquadra e Edifício 1550 Batel; c) Na praça do Edifício Evolution Tower, os assentos são mais escassos; d) e e) as praças públicas oferecem amplas oportunidades para sentar, como na Plínio Tourinho e na Praça do Japão, respectivamente.

Outro elemento presente em quatro dos seis espaços estudados é a água, por meio dos espelhos d'água. Segundo Whyte (2001), tal elemento contemplativo proveria tranquilidade às pessoas, sendo importante a interação com ela, tocá-la; o que nem sempre é permitido. Esse fato ocorre na praça do Edifício 1550 Batel, em que uma placa avisa a presença de produtos químicos na água (FIGURA 28).

FIGURA 28 - ESPELHOS D'ÁGUA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) e b) Presença da água na praça do Edifício Neo Superquadra e na Praça do Japão; c) Foto do espelho d'água da praça do Edifício 1550 Batel, com aviso sobre a presença de produtos químicos.

Essa placa avisando para “não tocar na água”, assim como outras informações identificadas explicitamente nas praças públicas e privadas, demonstram algumas das normas de conduta locais. A proibição ao fumo, por exemplo, está evidente em placas nos espaços centrais das praças do Edifício Neo Superquadra e do Edifício 1550 Batel, assim como a permissão para que essa atividade seja realizada nas áreas periféricas, que possuem cinzeiros. A presença desse mobiliário direcionando o fumo também foi identificada na praça do Edifício Evolution Tower. Outra regra da praça do Edifício Neo Superquadra refere-se a placas de “não pise na grama” e, na Praça do Japão, placas indicam a orientação aos usuários referente ao uso de guia, coleira e/ou focinheiras nos cachorros. Além disso, tais normas de conduta seriam fiscalizadas por câmeras de vídeo e guardas, sobretudo, nas praças dos Edifícios Neo Superquadra e 1550 Batel, além de uma

guarita onde funcionaria um módulo da guarda municipal, na Praça Plínio Tourinho (FIGURA 29).

FIGURA 29 - INDICAÇÕES EXPLÍCITAS DAS NORMAS DE CONDUTAS EM PRAÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Orientação para cachorros na Praça do Japão; b) e e) Orientações para o fumo através de cinzeiro e placas, na praça do Edifício Neo Superquadra; c) Na Praça Plínio Tourinho, há indicativos da guarda municipal; d) e f) Placas de “não pise na grama” e câmeras de vigilância, ambas na praça do Edifício Neo Superquadra.

2. RESULTADOS

A seguir serão apresentados os dados coletados durante a semana e nos finais de semana – nos espaços públicos e privados – lembrando que a Praça Plínio Tourinho foi a única cuja investigação foi realizada, apenas, durante a semana. A exposição em gráficos e tabelas foi organizada, inicialmente, pontuando informações referentes ao perfil dos usuários dos locais para, na sequência, apresentar as atividades que realizavam.

2.1. USUÁRIOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Na seleção das praças públicas, assim como na definição do posicionamento em campo, levou-se em consideração locais com maior frequência de pessoas, entendendo-se repercutir em maior número de atividades. Nesse sentido, o primeiro dado a ser exposto refere-se ao número de frequentadores nos espaços públicos e privados.

Observa-se na Tabela 2 que, de um total de 6682 pessoas registradas, 1398 foram na Praça do Japão, 177 na Plínio Tourinho, 1229 na praça do Edifício Neo Superquadra, 2086 na praça do Edifício Evolution Tower, 222 na praça do Edifício 1550 Batel e 1570 na fruição do Edifício City Centro Cívico, sendo que, em todos os locais, o número de frequentadores foi maior durante a semana, apesar de variações no período do dia (o horário mais frequentado nas praças privadas foi no meio do dia e nos espaços públicos, a parte da tarde foi a mais frequentada). Nesse quesito, destaca-se que a Praça do Japão apresentou números semelhantes nos três períodos visitados (250 pessoas de manhã, 254 no meio do dia e 262, à tarde). Já nos finais de semana, o período com maior quantidade de pessoas foi variado, sendo o meio do dia mais frequentado na Praça do Japão (232 pessoas), na praça do Edifício Evolution Tower (67) e na praça do Edifício 1550 Batel (24). Na praça do Edifício Neo Superquadra e na fruição do Edifício City Centro Cívico, a frequência de pessoas foi maior no período da manhã, entretanto, ressalta-se que foram os dois espaços visitados no sábado (VER QUADRO 7, p. 100), ou seja, com o comércio e serviços em funcionamento.

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 2 - A QUANTIDADE DE PESSOAS FREQUENTADO OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

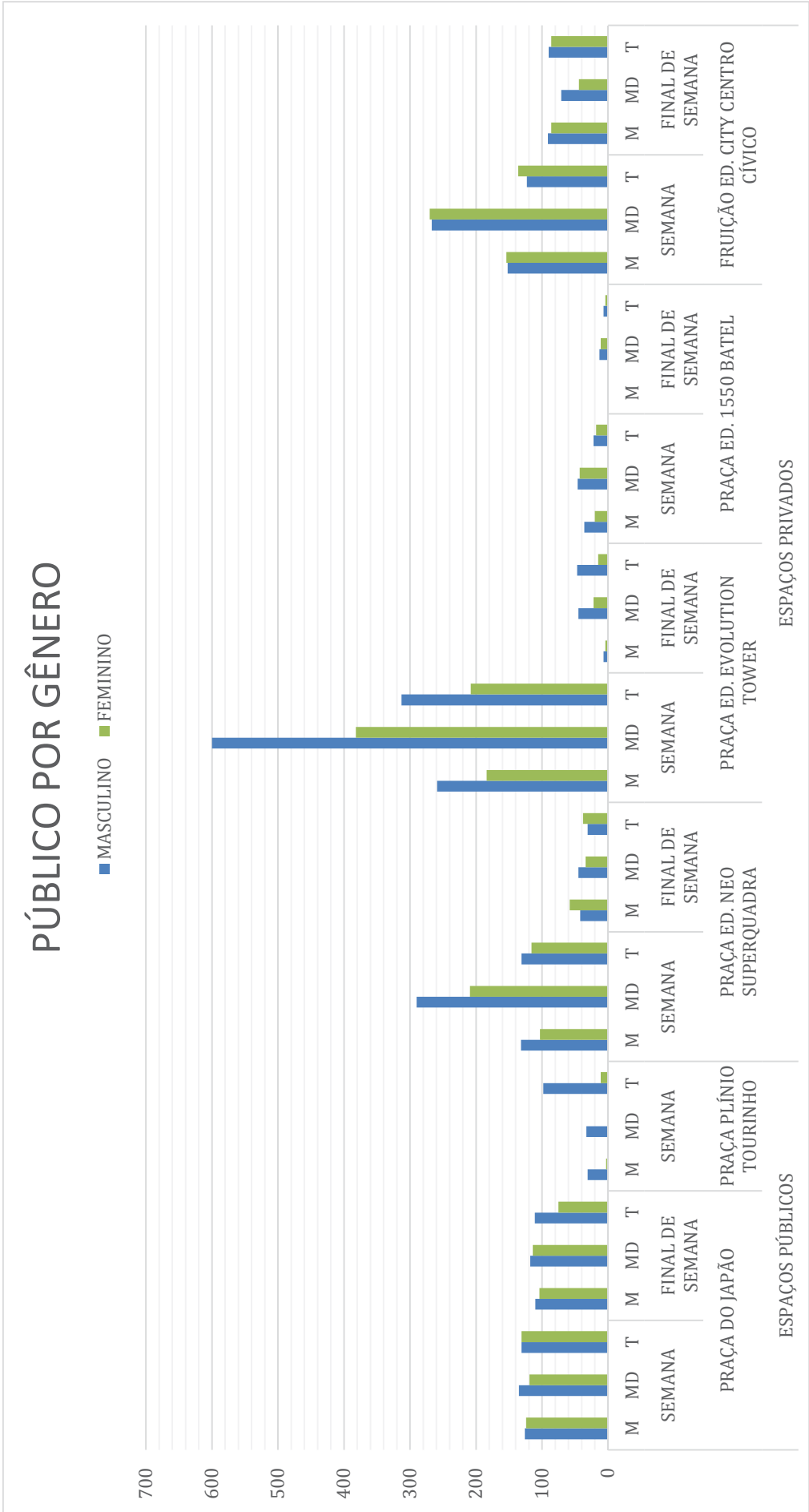
TOTAL DE PESSOAS		ESPAÇOS PÚBLICOS										ESPAÇOS PRIVADOS																						
		PRAÇA DO JAPÃO					PRAÇA PLÍNIO TOURINHO					PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA					PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER					PRAÇA ED. 1550 BATEL					FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO							
		SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA			FINAL DE SEMANA		SEMANA			FINAL DE SEMANA		SEMANA			FINAL DE SEMANA		SEMANA			FINAL DE SEMANA		SEMANA			FINAL DE SEMANA				
M		MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	
TL		N	N	N	TL	(S)	N	TL	(G)	N	TL	N	N	TL	(G)	N	TL	(S)	N	TL	(G)	N	TL	(S)	N	TL	(G)	N	TL	(S)	N	TL	(G)	
VISITA		250	254	262	214	232	186	34	34	109	235	499	247	100	79	69	443	982	521	11	67	62	56	89	40	2	24	11	306	537	259	177	115	176
SEMANA/ FINAL DE SEMANA		766		632				177			981			248			1946			140			185			37			1102			468		
TOTAL		1398					177					1229					2086					222					1570							
		6682																																
LEGENDA - HORÁRIO EM CAMPO: M (MANHÃ), MD (MEIO DO DIA), T (TARDE). SITUAÇÃO DO TEMPO: TL (TEMPO LIMPO), TL (S) (TEMPO LIMPO COM MUITO SOL), N (NUBLADO), N(G) (NUBLADO COM GAROA EVENTUAL), N(PC) (NUBLADO PÓS-CHUVA). EM NEGRITO, OS PERÍODOS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS. EM VERMELHO, O NÚMERO TOTAL DE FREQUENTADORES POR LOCAL E GERAL.																																		
FONTE: A autora (2019).																																		

Ainda nessa tabela (TABELA 2), nota-se que, quando comparamos o número total de frequentadores durante a semana e nos finais de semana, a Praça do Japão apresenta-se com maior equilíbrio, contabilizando 766 pessoas na semana e 632 no final de semana, isto é, uma queda de aproximadamente 17,49%. Já nos espaços privados foram constatadas maiores diferenças, sendo a maior ocorrência na praça do Edifício Evolution Tower, com queda aproximada de 92,81% (1946 pessoas na semana e 140 no final de semana). A praça do Edifício 1550 Batel – que apresentou frequência total de pessoas inferior às supracitadas – contabilizou diferença no número de usuários durante a semana e no final de semana de 80% e, na praça do Edifício Neo Superquadra, foi de 74,41%. Por fim, na fruição do Edifício City Centro Cívico, tal diferença foi de 634 pessoas, ou seja, queda de 57,54% (1102 na semana e 468 no final de semana).

Levando-se em conta dados mais específicos sobre os frequentadores dos espaços investigados, foram coletadas informações referentes ao gênero e à faixa etária, subentendendo-se a diversidade como característica típica dos espaços públicos. Desse modo, na estimativa do gênero³⁸, o Gráfico 3, além de elucidar a grande quantidade de pessoas utilizando as praças privadas durante a semana e a baixa utilização nos finais de semana, demonstra, também, o fato de o número de homens ter sido superior ao de mulheres em 26 das 33 visitas realizadas. Apenas em uma ocasião – na Praça do Japão – houve igualdade (131 homens e 131 mulheres, durante a semana, à tarde) e, em cinco visitas, o público feminino foi superior (duas ocorrências na praça do Edifício Neo Superquadra – no final de semana, no período da manhã e da tarde – e três na fruição do Edifício City Centro Cívico, durante a semana). Enfatiza-se, ainda, a diferença no quantitativo de gênero na praça do Edifício Evolution Tower durante a semana, no meio do dia, que foi contabilizada em mais de 200 pessoas (600 homens e 382 mulheres), acrescentando-se, também, que tanto o equilíbrio de gênero quanto o maior desequilíbrio ocorreram em praças públicas, visto que a Praça do Japão apresentou variações pequenas durante os seis dias visitados, e a Plínio Tourinho apresentou domínio masculino, uma vez que o número de mulheres registradas foi insignificante (GRÁFICO 3).

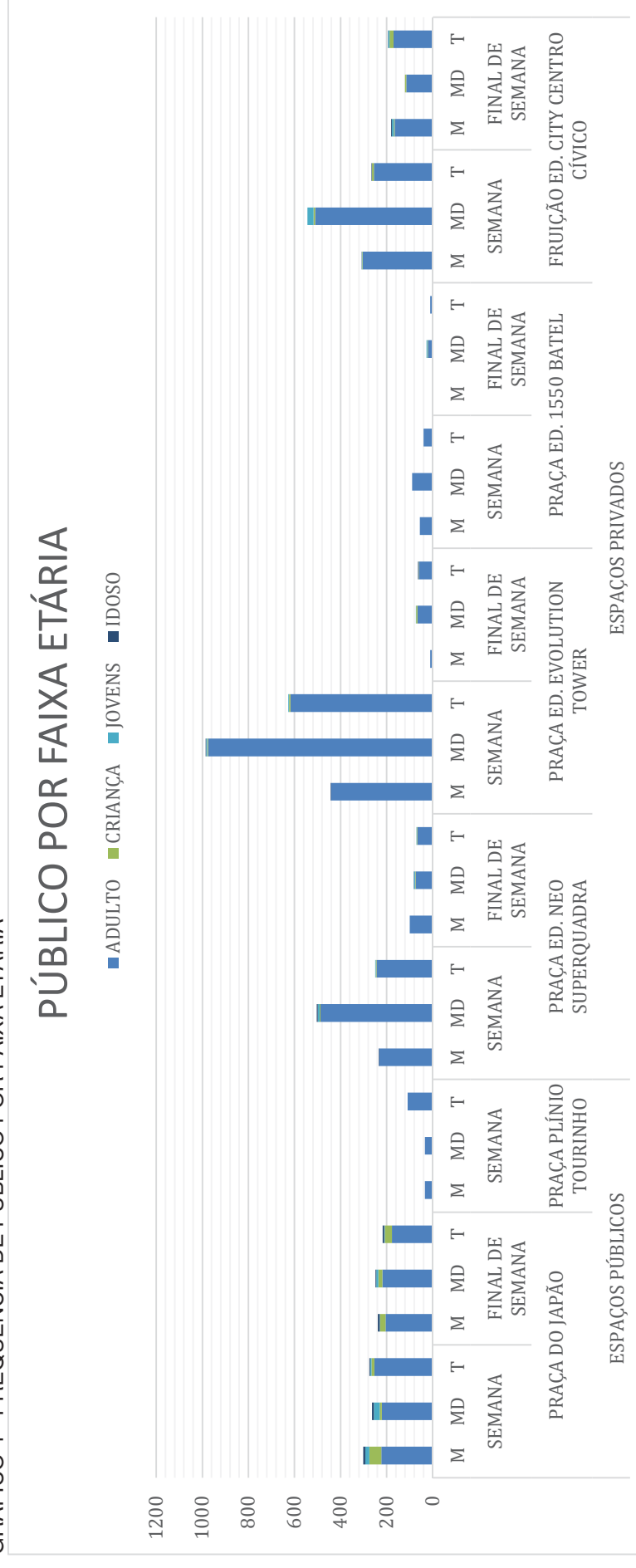
³⁸ Crianças não foram contabilizadas pela dificuldade em categorizar o gênero, especialmente, quando bebês.

GRÁFICO 3 - FREQUÊNCIA DE PÚBLICO POR GÊNERO



FONTE: A autora (2019).

GRÁFICO 4 - FREQUÊNCIA DE PÚBLICO POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: A autora (2019).

Ainda sobre o perfil do público, o gráfico anterior (GRÁFICO 4) ilustra a investigação de sua faixa etária. Neste item, optou-se por considerar “jovens” apenas pessoas utilizando uniforme escolar, carregando alguma pasta/mochila ou qualquer circunstância que denunciasses frequentarem uma escola e, portanto, sua idade provável. Quanto aos idosos, a identificação ocorreu a partir de situações vinculadas ao ritmo do caminhar – mais lento – e/ou alguma característica física determinante, como a cor dos cabelos ou ausência deles. Destaca-se que o estabelecimento dessas preconcepções – referentes à idade aparente das pessoas – pode ter condicionado uma faixa mais ampla para a categoria “adultos”, evidenciando-se sua predominância em todos os espaços analisados, sendo que na Praça Plínio Tourinho e na praça do ed. 1550 Batel foram observadas apenas pessoas nesta faixa etária. Em contrapartida, a Praça do Japão apresentou a maior variedade de público, registrando-se crianças, jovens, adultos e idosos todos os dias, seguida da fruição do edifício City Centro Cívico, com a presença de jovens, sobretudo durante a semana, no meio do dia, e crianças, no final de semana, à tarde.

2.2. ATIVIDADES REALIZADAS

Compreendido, brevemente, o público frequentador desses espaços públicos e privados, priorizou-se o registro das atividades que exerciam, no intuito de compreender a diversidade permitida ou estimulada pelas características físicas, usos ou entorno de cada local, oferecendo suporte para a discussão da hipótese desta pesquisa. Nesse panorama, há que se ressaltar a diferença entre atividades de permanência (quando as pessoas se sentam ou se deitam, por exemplo) daquelas realizadas em movimento, vinculadas, muitas vezes, a atividades cotidianas, como pegar o ônibus ou “cortar caminho” para ir à escola, por exemplo, já que, nas concepções de Gehl (2009), somente atividades permanentes seriam influenciadas pelas características materiais dos locais, como o fato de a presença de bancos estimular pessoas a se sentarem e, quem sabe, desenvolverem outras atividades como “descansar”, “contemplar” ou “jogar xadrez” (TABELA 3).

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 3 - QUANTITATIVO TOTAL DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM MOVIMENTO E PERMANÊNCIA

PADRÕES	ESPAÇOS PÚBLICOS										ESPAÇOS PRIVADOS														TOTAL						
	PRAÇA DO JAPÃO					PRAÇA PLÍNIO TOURINHO					PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL				FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CIVICO								
	SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		SEMANA			FINAL DE SEMANA		SEMANA		SEMANA		FINAL DE SEMANA		SEMANA		SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA			
	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T		M	MD	T	M	MD	T
	TL	N	N	TL	TL	(S)	N	N	N	(G)	N	N	TL	(G)	N	N	N	TL	TL	(S)	N	N	(G)	N		N	N	N	N	N	(G)
	MOVIMENTO	793					43					667				1280				168				972						3923	
PERMANÊNCIA	313					65					192				130				30				200						930		
TOTAL	1106					108					859				1410				198				1172						4853		

4853

LEGENDA - HORÁRIO EM CAMPO: M (MANHÃ), MD (MEIO DO DIA), T (TARDE). SITUAÇÃO DO TEMPO: TL (TEMPO LIMPO), TL (S) (TEMPO LIMPO COM MUITO SOL), N (NUBLADO), N (G) (NUBLADO COM GAROA EVENTUAL), N (PC) (NUBLADO PÓS-CHUVA).
EM NEGRITO, MAIOR NÚMERO DE ATIVIDADES NO COMPARATIVO ENTRE ATIVIDADES EM MOVIMENTO E DE PERMANÊNCIA EM CADA PRAÇA.
EM VERMELHO, TOTAL DE ATIVIDADES POR LOCAL E GERAL.

FONTE: A autora (2019).

A partir dessa premissa, observa-se na tabela anterior (TABELA 3) que, de um total de 4853 atividades registradas, aproximadamente 80% (3923) foram em movimento e 20% (930) foram de permanência. A praça do Edifício Evolution Tower apresentou maior número de atividades no geral (1410) e, também, maior número de ocorrências em movimento (1280); já a Praça do Japão foi a que apresentou mais atividades de permanência, em 313 ocasiões. Apenas na praça Plínio Tourinho foram registradas mais atividades de permanência do que em movimento, apesar de ser a única sem análise do final de semana. Nesta tabela destaca-se, também, a diferença quantitativa de atividades realizadas em cada praça, já que as atividades identificadas na Praça Plínio Tourinho, por exemplo, não alcançaram 10% do total de atividades na Praça do Japão e, na praça do Edifício Neo Superquadra, o número de atividades identificadas correspondeu a 60% das realizadas na praça do Edifício Evolution Tower, assim como na praça do Edifício 1550 Batel, equivalente a 14% das atividades totais neste último empreendimento. Ressalta-se, ainda, que a quantidade maior de pessoas do que atividades – comparando as tabela 2 e 3 -, decorreram do fato de que mais pessoas podem ter realizado a mesma atividade.

As tabelas seguintes (TABELA 4 E 5) apresentam o tipo de atividade em movimento e permanência realizado em cada local. Os dados das atividades em movimento demonstraram que na Praça do Japão, na praça do Edifício 1550 Batel e na fruição do Edifício City Centro Cívico foram realizadas atividades que podem se enquadrar nos cinco padrões pré-definidos por Thibaud (2013), além da opção “outros”, porém, apenas na Praça do Japão essa circunstância ocorreu durante praticamente todas as visitas realizadas. Nas praças Plínio Tourinho, Edifício Neo Superquadra e Edifício Evolution Tower, a diversidade de atividades em movimento foi menor, uma vez que na primeira não foram identificadas ocorrências de “progressão casual” e “curiosidade na passagem”; na segunda foi identificada uma pessoa em “progressão casual” e nenhuma em “território de espera” e, na terceira, não houveram ocorrências em três atividades: “progressão casual”, “território de espera” e “curiosidade na passagem”. Observa-se, ainda, que a atividade mais realizada na Praça do Japão foi “avanço rápido” (objetividade do percurso), também a mais realizada na fruição do Edifício City Centro Cívico. Nas demais praças, a atividade em movimento mais realizada foi “eixo do trajeto”, denotando que provavelmente a maioria das atividades ocorreria dentro de edificações (TABELA 4).

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 4 - PADRÕES DE ATIVIDADES REALIZADAS EM MOVIMENTO

PADRÕES		ESPAÇOS PÚBLICOS										ESPAÇOS PRIVADOS																						
		PRAÇA DO JAPÃO					PRAÇA PLÍNIO TOURINHO					PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA					PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER					PRAÇA ED. 1550 BATEL					FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CIVICO							
		SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA			SEMANA		FINAL DE SEMANA					
MOVIMENTO	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	TL	M	MD	TL	M	MD	TL	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	
	TL	N	N	TL	(S)	(PC)	N	N	N	(G)	(G)	TL	N	TL	TL	N	TL	(S)	N	TL	TL	N	N	(G)	N	TL	(S)	N	N	N	(G)	N	(G)	
	109	82	118	43	80	30		1			26	17	53	9	16	9	16	21	29	1	10	4	1					125	147	69	125	42	65	
	4	2	1	3	5	1	9	11	17	130	174	78	66	24	33	209	595	299	7	43	35	44	51	31	1	10	7	106	129	47	35	22	39	
	15	9	7	22	6	21									1											1							2	
	25	5	22	30	14	18	3																			1								
	18	10	14	19	24	14							1	1	2	1										2							1	
	1		3	3	7	8	1			1	4	7	5	3	4	3	2	3	2		1	3	1	7	1	1	4	2	2	5	1	1	3	4
TOTAL	445		348				43		172				495		667		1176		104		139		29		632		340							
			793				43		667						1280				168				972											
LEGENDA - HORÁRIO EM CAMPO: M (MANHÃ), MD (MEIO DO DIA), T (TARDE). SITUAÇÃO DO TEMPO: TL (TEMPO LIMPO), TL (S) (TEMPO LIMPO COM MUITO SOL), N (NUBLADO), N (G) (NUBLADO COM GAROA EVENTUAL), N (PC) (NUBLADO PÓS-CHUVA). EM VERMELHO, MAIOR NÚMERO DE PADRÕES IDENTIFICADOS POR VISITA.																																		

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 5 - PADRÕES DE ATIVIDADES CARACTERIZADAS PELA PERMANÊNCIA

PADRÕES		ESPAÇOS PÚBLICOS										ESPAÇOS PRIVADOS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		PRAÇA DO JAPÃO						PRAÇA PLÍNIO TOURINHO				PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER						PRAÇA ED. 1550 BATEL						FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CIVICO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		SEMANA			FINAL DE SEMANA			SEMANA			FINAL DE SEMANA	SEMANA			FINAL DE SEMANA	SEMANA			FINAL DE SEMANA			SEMANA			FINAL DE SEMANA			SEMANA			FINAL DE SEMANA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
		M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	TL	M	MD	TL	M	MD	TL	N	TL	(S)	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M	MD	TL	N	MD	T	M

Sobre as atividades vinculadas à permanência, na tabela anterior (TABELA 5) nota-se que a Praça do Japão foi a única em que o ato de se sentar foi observado mais vezes do que se deitar ou ficar em pé, durante todas as visitas, já que na praça do Edifício 1550 Batel, tal fato ocorreu apenas no meio do dia – durante a semana e no final de semana – e, na praça do Edifício Evolution Tower, duas pessoas sentaram-se e duas ficaram em pé, somente no final de semana à tarde. Acrescenta-se que, neste último empreendimento, há grande número de pessoas frequentando o local (VER TABELA 2, p. 121), mas poucas se sentam, e este fato pode estar vinculado à ausência, sobretudo, de bancos, conforme apontado na descrição das praças. Além disso, embora não seja possível a contabilização do tempo de permanência de cada usuário, entende-se que o ato de se sentar sugere mais tempo no local do que quando as pessoas permanecem em pé e menos tempo do que quando as pessoas se deitam (circunstância não identificada nos espaços privados).

Especificadamente, a Tabela 6 delinea algumas das prováveis atividades – em movimento e permanência – realizadas nos espaços públicos e privados. Nessa tabela observa-se que, de um total de 42 atividades registradas, a Praça do Japão, além de ser o local com maior número de ocorrências em permanência, foi, também, a que apresentou maior diversidade, com 31 ocorrências, já as demais praças apresentaram resultados quantitativos semelhantes – entre 11 e 16 atividades. Além disso, em cinco das seis visitas realizadas na Praça do Japão, a atividade mais realizada esteve vinculada a “circulação/cortar caminho”, confirmando o que foi apontado sobre o padrão “avanço rápido” (TABELA 4, p. 128), ou seja, atividades em movimento serem mais frequentes do que atividades de permanência. O único dia em que essa atividade não foi a mais realizada (final de semana, de manhã), a ocorrência maior foi “passeio com cachorro”, que, por sua vez, foi a segunda mais realizada durante a semana, exceto no meio do dia, em que o “uso do celular” superou em uma pessoa a atividade identificada como “descanso” (segunda mais realizada no final de semana). As onze atividades não identificadas na Praça do Japão foram “abordagem por segurança”, “anotações”, “abrigo da chuva”, “amarrando o sapato”, “arrumando a barraca”, “contando dinheiro”, “entrega de algo”, “esperando ônibus”, “retirando placa imobiliária”, “urinar no espelho d’água” e “trocando de roupa” (TABELA 6).

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS (CONTINUA)

PROBABILIDADE DE ATIVIDADES	ESPAÇOS PÚBLICOS						ESPAÇOS PRIVADOS											
	PRAÇA DO JAPÃO			PRAÇA PLÍNIO TOURINHO			PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA			PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER			PRAÇA ED. 1550 BATEL			FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO		
	SEMANA			FIM DE SEMANA			SEMANA			FIM DE SEMANA			SEMANA			FIM DE SEMANA		
	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T	M	MD	T
	TL	N	N	TL	TL (S)	N (PC)	N	N	N (G)	N (G)	TL	TL	N	N (G)	N (G)	N	N	N (G)
Abordagem na praça para conversar						1												
Abordagem por segurança									2	1								
Abrigando-se da chuva																		
Alongamento	1			1														4
Amarrando o sapato																		
Anotações									1									
Arrumando a barraca									1									
Brincando (ex.: subindo em árvore, jogando xadrez)	3	1	1	1	6	5							1					
Circulando com bicicleta (pedalando) ou patinete	11	2	3	14	7	1										1	2	3 2

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS (CONTINUAÇÃO)

PROBABILIDADE DE ATIVIDADES	ESPAÇOS PÚBLICOS				ESPAÇOS PRIVADOS												FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO													
	PRAÇA DO JAPÃO		PRAÇA PLÍNIO TOURINHO		PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL																	
	QUANTIDADE DE ATIVIDADES / DIA																													
	SEMANA		FIM DE SEMANA		SEMANA		FIM DE SEMANA		SEMANA		FIM DE SEMANA		SEMANA		FIM DE SEMANA		SEMANA		FIM DE SEMANA											
	M	MD	T	N	TL	M	MD	T	N	TL	M	MD	T	N	TL	M	MD	T	N	TL	M	MD	T	N	TL	M	MD	T	N	TL
	TL	N	N	N	(S)	(PC)	N	N	N	(G)	N	TL	N	N	N	(G)	N	TL	N	N	N	(G)	N	TL	N	N	N	N	N	(G)
Circulando/Cortando caminho	98	80	115	23	73	29	3		26	17	52	9	16	9	16	4			1			124	145	66	122	40	61			
Comendo/bebendo	1	1	2		2		1	3	2	3	2	2	1		2						1									
Contemplação (ex.: observando paisagem, água; cheirando flores)	7	12	17	13	12	9				1		2																		
Contando dinheiro																														
Conversando	7	15	11	4	4	11	4	8	23	3	15	7	1		1		1	1	1	1	2	8	6	1	1	1	1	1	1	1
Dando comida aos pombos				1																										
Descansando	11	23	9	26	20	14		2	3		4				2															
Divulgando algo (ex.: publicação)	1					1																						1		
Dormindo		1	1		1	1	3																							
Entrada e saída edifícios/Memorial	4	2		2	5	1				130	174	78	66	24	33	209	595	300	7	41	35	44	51	31	1	10	7	35	22	38
Entrega de algo/comida										4	4	4		2		2	3	3		1		4	3	2	1	2	1	2	1	1

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS (CONTINUAÇÃO)

PROBABILIDADE DE ATIVIDADES	ESPAÇOS PÚBLICOS				ESPAÇOS PRIVADOS																										
	PRAÇA DO JAPÃO				PRAÇA ED. PLÍNIO TOURINHO				PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL				FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO										
QUANTIDADE DE ATIVIDADES / DIA																															
SEMANA				FIM DE SEMANA				SEMANA				FIM DE SEMANA				SEMANA				FIM DE SEMANA				SEMANA				FIM DE SEMANA			
M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N
TL	N	N	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N	TL (S)	N
3	1	3	4	1	3	5	15	11	27	16	3	6	4	4	1	1	26	4	1	1	2	3	2	3	4	2	3	2	3	2	3
	1																														
13	7	8	10	10	11					1	1		1																		
3	7	5		1								1	3	8	9	9	9	9	1	1	1	1	2	5	8	2	5	1	1	1	1
	1	1		1	1																										
1																															
				1	1																										
	1	2																													
5		1	17	6	21																									1	
25	4	22	30	14	18																										
1																															
1																															

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS (CONCLUSÃO)

PROBABILIDADE DE ATIVIDADES	ESPAÇOS PÚBLICOS				ESPAÇOS PRIVADOS											
	PRAÇA DO JAPÃO				PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL			
	PRAÇA PLÍNIO TOURINHO				PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL			
	FIM DE SEMANA				FIM DE SEMANA				FIM DE SEMANA				FIM DE SEMANA			
	SEMANA		SEMANA		SEMANA		SEMANA		SEMANA		SEMANA		SEMANA		SEMANA	
	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N
	TL	N	N	(PC)	TL	(S)	N	(G)	TL	(S)	N	(G)	TL	(S)	N	(G)
Retirando placa imobiliária																
Tocando instrumento musical			1													
Trabalhando (carrinheiro, concerto, segurança, transporte, instalação, limpeza, retirar lixo, cortar grama)	1			2												
Trocando as fraldas do bebê			1													
Trocando de roupa				1												
Utilizando celular	16	24	13	7	13	9			10	24	22	5	3	2	9	4
Urinar no espelho d'água												1				
Vendendo algo			1		1										1	

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

TABELA 6 - ATIVIDADES REALIZADAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS (CONCLUSÃO)

PROBABILIDADE DE ATIVIDADES	ESPAÇOS PÚBLICOS				ESPAÇOS PRIVADOS																				
	PRAÇA DO JAPÃO				PRAÇA PLÍNIO TOURINHO				PRAÇA ED. NEO SUPERQUADRA				PRAÇA ED. EVOLUTION TOWER				PRAÇA ED. 1550 BATEL				FRUIÇÃO ED. CITY CENTRO CÍVICO				
	QUANTIDADE DE ATIVIDADES / DIA																								
	SEMANA				FIM DE SEMANA				SEMANA				FIM DE SEMANA				SEMANA				FIM DE SEMANA				
	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	M	MD	T	N	
TL				N	N	N	(PC)	TL	(S)	N	N	N	TL	(G)	N	N	TL	(S)	N	N	N	TL	(S)	N	
TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS				31				15				11				14				16					
LEGENDA: HORÁRIO EM CAMPO: M (MANHÃ), MD (MEIO DO DIA), T (TARDE). SITUAÇÃO DO TEMPO: TL (TEMPO LIMPO), TL (S) (TEMPO LIMPO COM MUITO SOL), N (NUBLADO), N (G) (NUBLADO COM GAROA EVENTUAL), N (PC) (NUBLADO PÓS-CHUVA). EM VERMELHO E AZUL NO CORPO DA TABELA: DUAS ATIVIDADES MAIS REALIZADAS EM CADA LOCAL, RESPECTIVAMENTE. EM VERMELHO: TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS, POR LOCAL.																									

FONTE: A autora (2019).

Nas demais praças e fruição, ainda que o número de atividades tenha se assemelhado, observou-se ocorrências diferentes e únicas em cada local, como foi o caso de “trocar de roupa” e “arrumar barraca” na Praça Plínio Tourinho; “contar dinheiro” na praça do Edifício 1550 Batel; “urinar no espelho d’água” na praça do Edifício Evolution Tower e “abordagem por segurança”, na praça do Edifício Neo Superquadra, circunstâncias que contribuem no entendimento do perfil de cada local (TABELA 6, p. 131). Mas, para além dessas atividades, destaca-se que a predominância no padrão de permanência da Praça Plínio Tourinho (TABELA 5, p. 129) evidenciou-se através das atividades mais identificadas, ou seja, “conversa” seguida por “esperar alguém”, sendo que, na parte da manhã, houve igual número de pessoas “dormindo” e, no meio do dia, pessoas “fumando”. Três pessoas foram registradas “circulando” neste local, representando as ocorrências em movimento (TABELA 6, p. 131).

Já nas praças privadas (Edifício Neo Superquadra, Edifício Evolution Tower e Edifício 1550 Batel), o domínio das atividades em movimento é exemplificado pelas atividades mais registradas. Isso porque, durante as seis visitas, foram identificadas circunstâncias de “entrada e saída das edificações” sendo que no Edifício 1550 Batel houve igual ocorrência de pessoas “trabalhando” no final de semana, de manhã. Além disso, a segunda atividade mais realizada nas praças do Edifício Evolution Tower e do Edifício Neo Superquadra foi “circulação ou cortar caminho”, exceto durante a semana no meio do dia, quando se referiu à “espera de algo ou alguém” na praça do Edifício Evolution Tower e ao “uso do celular” no Edifício Neo Superquadra, atividades vinculadas à permanência nos locais. “Usar o celular” foi, também, a segunda atividade mais registrada na praça do Edifício 1550 Batel, empatando com “fumar” ou “esperar alguém” durante a semana de tarde, contrapondo-se às atividades de movimento mais realizadas no final de semana de tarde (“trabalhar” e “retirar placa imobiliária”), apesar de haver apenas uma ocorrência. Por fim, na fruição do Edifício City Centro Cívico, as atividades mais identificadas foram, exclusivamente, em movimento: “circulação” e “entrar e sair das edificações” (TABELA 6, p. 131).

2.3. OCUPAÇÃO LOCAL

Os mapas de permanência, assim como as fotografias apresentadas na sequência, foram desenvolvidos para identificar, sobretudo, a região das praças e fruição em que as pessoas optaram permanecerem em pé, sentadas ou deitadas, no intuito de contribuir com a compreensão da influência da esfera material dos espaços – públicos ou privados – no comportamento das pessoas. A apresentação desse material foi feita a partir das ocorrências por período (manhã, meio do dia e tarde), durante a semana e no final de semana, ressaltando-se que esses registros não representam comportamentos simultâneos, ou seja, eles retratam que durante o tempo da pesquisa houve um número de pessoas que escolheu se posicionar em determinada região e, assim – no caso dos mapas –, o acúmulo de pessoas fazendo as mesmas escolhas foi representado pelo diâmetro das circunferências.

Entretanto, antes da análise por período – através de um diário de campo – sob um prisma geral, pode-se dizer que os mapas refletem e as fotografias elucidam a predominância de pessoas sentadas na Praça do Japão e pessoas em pé nas demais praças e fruição, apesar da oferta de bancos, árvores, espelho d'água e, até mesmo, da sombra das marquises em algumas delas (praças do Edifício Neo Superquadra e do Edifício 1550 Batel). Observa-se, também, a ocupação ampla da Praça do Japão – por todo seu espaço físico – durante os seis dias investigados, com os frequentadores parando em qualquer local, independentemente de ser calçada, grama ou banco. Isto é, foram registradas pessoas sentadas na grama e, até mesmo, deitadas na calçada – como ocorreu no meio do dia, durante a semana (MAPA 8, p. 143). Situação diferente nos espaços privados, uma vez que, na maior parte do tempo, observou-se a tendência para permanência nas extremidades e, por vezes, pessoas se acumulando em frentes às portas das edificações. Outra circunstância evidente nos mapas deve-se ao fato, apontado na Tabela 5 (p. 129), de que pessoas deitadas só foram registradas nos espaços públicos e, também, que as praças privadas costumam ficar vazias nos finais de semana (MAPA 10, p. 149) (MAPA 11, p. 152) e (MAPA 12, p. 155).

Os mapas e fotos ilustram, também, que o fluxo maior de pessoas nos espaços privados ocorre – de fato – no meio do dia, durante a semana, com pessoas aglomerando-se em várias regiões, sobretudo, nas praças do Edifício Neo

Superquadra e do Edifício Evolution Tower, apesar de as fotografias demonstrarem que as atividades vinculadas ao movimento, ainda assim, são mais intensas e vinculadas ao “eixo do trajeto” (MAPA 8, p. 143) (FIGURA 31, p. 144).

Outra circunstância que pode ser generalizada nas visitas refere-se a alguns locais em que as pessoas optaram por permanecer. Na Praça do Japão, por exemplo, observa-se muitas pessoas próximas aos espelhos d’água, sentadas em bancos, embaixo de árvores. Já na praça do Edifício Neo Superquadra, a preferência foi permanecer (em pé ou sentado) próximo às rotatórias e aos espaços destinados ao fumo – extremidades da praça – ou, ainda, nas mesas ao lado dos serviços de alimentação ofertados. Na fruição do Edifício City Centro Cívico, o ponto de ônibus na calçada pública adjacente revelou-se o principal responsável pela permanência de pessoas, até porque a ausência de bancos e a configuração espacial enfatizaram atividades direcionadas à circulação. Apesar disso, nota-se que, em todos os mapas da fruição do Edifício City Centro Cívico, as pessoas também param próximo às portas de acesso às edificações, tal como na praça do Edifício Evolution Tower, acrescentando-se que neste local também houve preferência pela permanência próxima a uma floreira em uma das extremidades.

Acrescenta-se que, na praça do Edifício 1550 Batel, apesar de a configuração física ser composta por bancos, cadeiras móveis, sombras de guarda-sol e espelhos d’água, o fato de espaços comerciais voltados à praça estarem desocupados pode ter prejudicado a avaliação da praça neste quesito. Ainda assim, as pessoas optaram pelos bancos e cadeiras móveis ao invés de sentarem-se próximo ao espelho d’água, por exemplo (FIGURA 31, p. 144). Por fim, na Praça Plínio Tourinho, as pessoas permaneceram, sobretudo, próximo às edificações ou em bancos, sob uma árvore, na região central do recorte analisado.

2.3.1. DIÁRIO DE CAMPO

Na sequência será apresentado o cotidiano dos espaços públicos e privados, durante as seis visitas realizadas. Os dados serão apresentados em todos os espaços, simultaneamente, durante a semana e no final de semana, conforme o horário do dia.

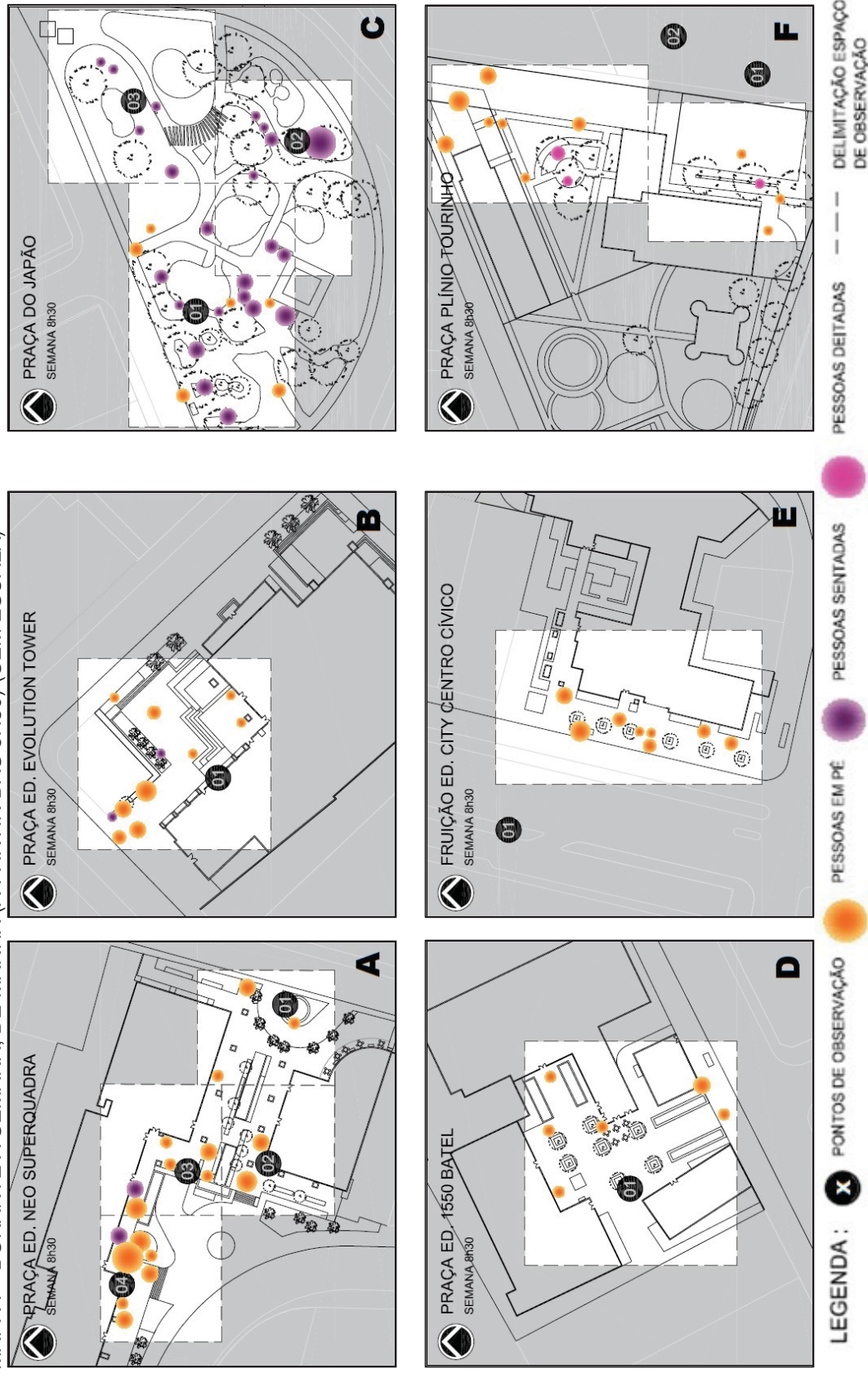
DURANTE A SEMANA: DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30)

As observações pontuadas sobre os espaços públicos e privados a partir das 8h30, durante a semana, podem ser verificadas no Mapa 7 e na Figura 30. Ainda que seja possível observar o clima diferenciado em cada visita – chuvoso nas praças do Edifício Neo Superquadra e do Edifício 1550 Batel –, destaca-se que a permanência das pessoas foi, via de regra, mais rápida nos locais privados do que públicos devido à predominância de pessoas em pé em todos os locais privados, sentadas na Praça do Japão ou deitadas na Praça Plínio Tourinho. Na Praça do Japão, inclusive, as pessoas sentaram-se em todos os bancos disponíveis, além das pedras próximas aos espelhos d'água e na grama. Esse foi o caso das crianças de uma escola, que realizaram um piquenique embaixo de uma árvore (circunferência maior do mapa). Já na Praça Plínio Tourinho, as pessoas deitadas em bancos ou grama estavam, provavelmente, dormindo, devido à utilização de cobertores – conforme ilustra a Figura 30F. Nessa mesma praça, as pessoas que estavam em pé, posicionaram-se, sobretudo, no acesso a uma das edificações (Casa de Passagem).

Nos locais privados, ainda que a Figura 30 represente o padrão corriqueiro da praça do Edifício Neo Superquadra nesse horário do dia – vinculado ao acesso às edificações –, observa-se, no mapa, que as pessoas em pé estavam, sobretudo, em frente ao “mercado *express*”, subentendendo-se um desjejum anterior ao trabalho. Já na praça do Edifício Evolution Tower, o mapa demonstra a opção pela permanência na extremidade de um dos acessos ao local – Rua Comendador Araújo –, uma vez que há um assento secundário (floreira) sob uma árvore, além de o único cinzeiro situar-se próximo (circunferência maior do Mapa 7B). Já na praça do Edifício 1550 Batel, a permanência de pessoas ocorreu em frente aos edifícios e no alinhamento predial. Elas, provavelmente, estavam “utilizando celular” ou “esperando alguém”. Por fim, na fruição do Edifício City Centro Cívico, observou-se pessoas em frente à entrada dos edifícios e, principalmente, no ponto de ônibus (circunferência maior do Mapa 7E).

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MAPA 7 - DURANTE A SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30) (SEM ESCALA)



FONTE: A autora (2019).

FIGURA 30 - DURANTE A SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30)



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico; f) Praça Plínio Tourinho.

DURANTE A SEMANA: MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)

Na análise desse período, a partir do Mapa 8, observa-se uma movimentação intensa na maioria dos locais visitados, provavelmente, devido ao horário comercial destinado ao almoço. Ainda assim, observa-se a manutenção do padrão comportamental pontuado anteriormente, com a Praça do Japão apresentando maior número de pessoas sentadas – com algumas pessoas deitadas, provavelmente, “descansando”. A intensidade de pessoas nesse local evidencia-se pela quantidade de pessoas nos bancos – maiores circunferências – ou sentadas próximas aos lagos, realizando atividades como ler (FIGURA 31C) ou almoçando, isto é, atividades diferenciadas dos outros períodos do dia, o que denota uma intenção em aproveitar tal período no local.

Já na Praça Plínio Tourinho, na praça do Edifício Evolution Tower e na fruição do Edifício City Centro Cívico, observa-se a intensificação do comportamento apontado no período anterior, salvo o fato de que, na praça privada, as pessoas estarem sentadas em floreiras, nas proximidades do acesso aos edifícios, aponta para atividades como “esperar alguém”, como se aguardassem para, então, almoçarem juntos. Já na praça do Edifício 1550 Batel, a ocupação do local foi mais intensa do que no período anterior, com pessoas sentando-se nas bordas dos espelhos d’água ou em cadeiras móveis. Observa-se que, apesar das características materiais nessa praça, elas não aparentaram influenciar, significativamente, a frequência de usuários, pois a quantidade de pessoas foi baixa (TABELA 2, p. 121). Já na praça do Edifício Neo Superquadra, tal circunstância evidencia-se, através, sobretudo, da atividade prioritária – “eixo do trajeto” (FIGURA 31A). Isso porque se trata de saídas das edificações em direção, provavelmente, aos restaurantes do entorno da própria praça. A influência da esfera material também é perceptível pela ocupação dos bancos ofertados de maneira mais intensa do que em outros períodos do dia, possivelmente porque as pessoas optaram – assim como na Praça do Japão – por aproveitarem tal período do dia no local.

MAPA 8 - DURANTE A SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H) (SEM ESCALA)

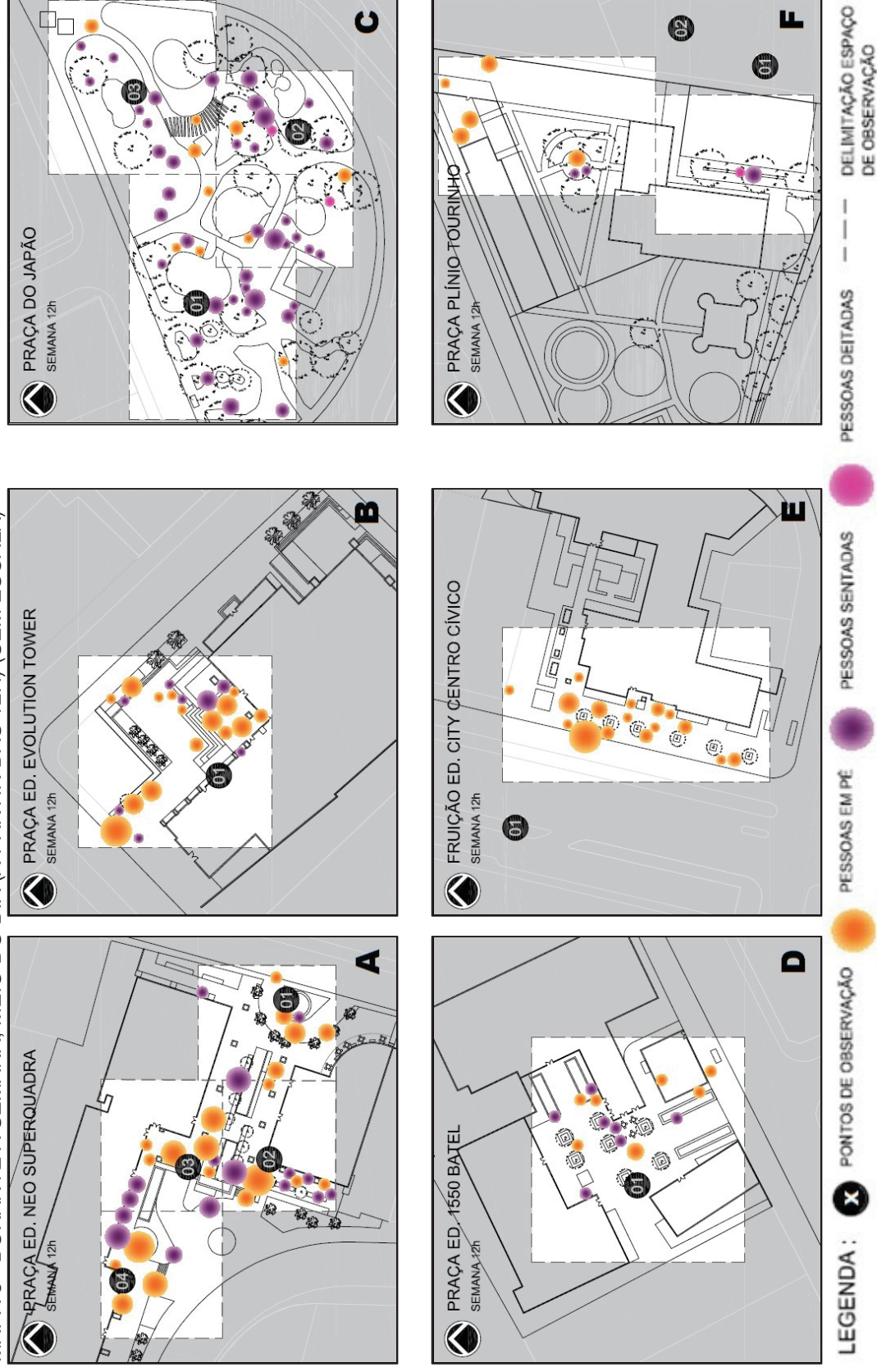
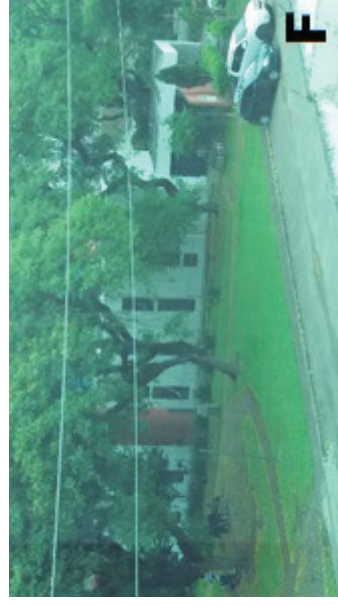


FIGURA 31 - DURANTE A SEMANA, NO MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Japão; d) praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico; f) Praça Plínio Tourinho.

DURANTE A SEMANA: À TARDE (A PARTIR DAS 17H)

Neste período, conforme pode ser observado no Mapa 9 e na Figura 32, o padrão de atividades de permanência realizadas em pé, sentado ou deitado manteve-se na maioria dos locais investigados – ainda que variassem de intensidade. As exceções seriam a praça do Edifício 1550 Batel, apresentando-se vazia, apenas com sua extremidade ocupada por pessoas, provavelmente, “esperando algo ou alguém”, talvez uma carona e, também, a Praça Plínio Tourinho, que acusou movimentação mais intensa de pessoas em pé, se comparado aos outros períodos do dia. Nessa praça, observa-se a quantidade de pessoas próximas a uma das edificações (MAPA 9F) (FIGURA 32F), ou seja, provavelmente havia um ordenamento no local – como uma fila –, uma vez que se trata do horário próximo à janta, oferecida pelo FAS.

Na fruição do Edifício City Centro Cívico, constatou-se grande quantidade de pessoas aguardando o ônibus (circunferência maior do MAPA 9E). E, comparando-se as praças do Edifício Neo Superquadra e do Edifício Evolution Tower, observa-se que no final do expediente da primeira, muitas pessoas pararam próximas aos comércios ofertados para consumir e ter “momentos de descontração”. Já na segunda, a ausência de oportunidades para utilizar o espaço da praça revelou-se nas atividades identificadas, dadas por pessoas “esperando algo ou alguém”, tanto na frente dos acessos dos edifícios quanto nas extremidades da praça, ou “fumando” na região onde está disponibilizado o cinzeiro (circunferência maior, MAPA 9B).

MAPA 9 - DURANTE A SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H) (SEM ESCALA)

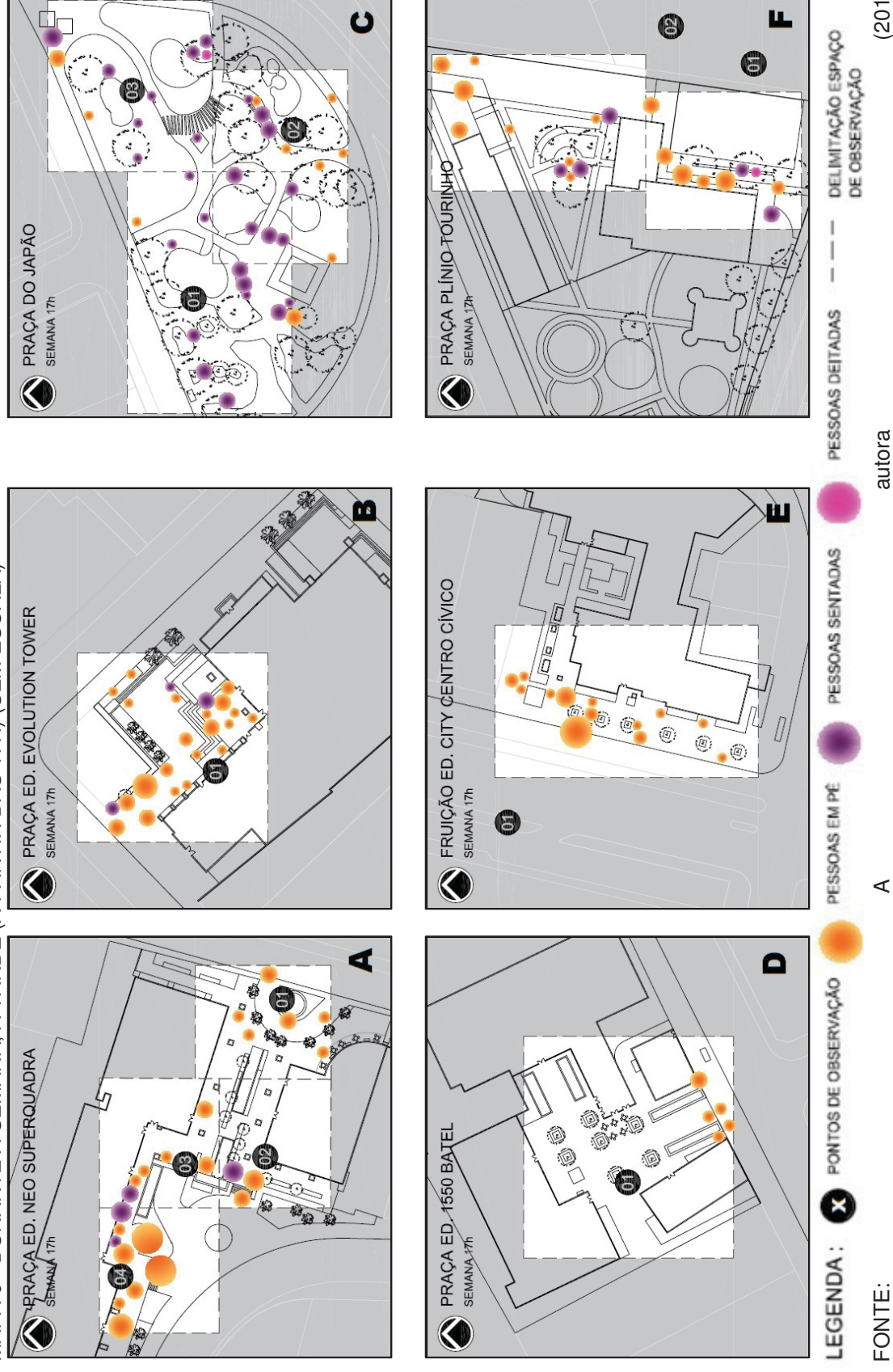


FIGURA 32 - DURANTE A SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H)



A



B



C



D



E



F

FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Japão; d) praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico; f) Praça Plínio Tourinho.

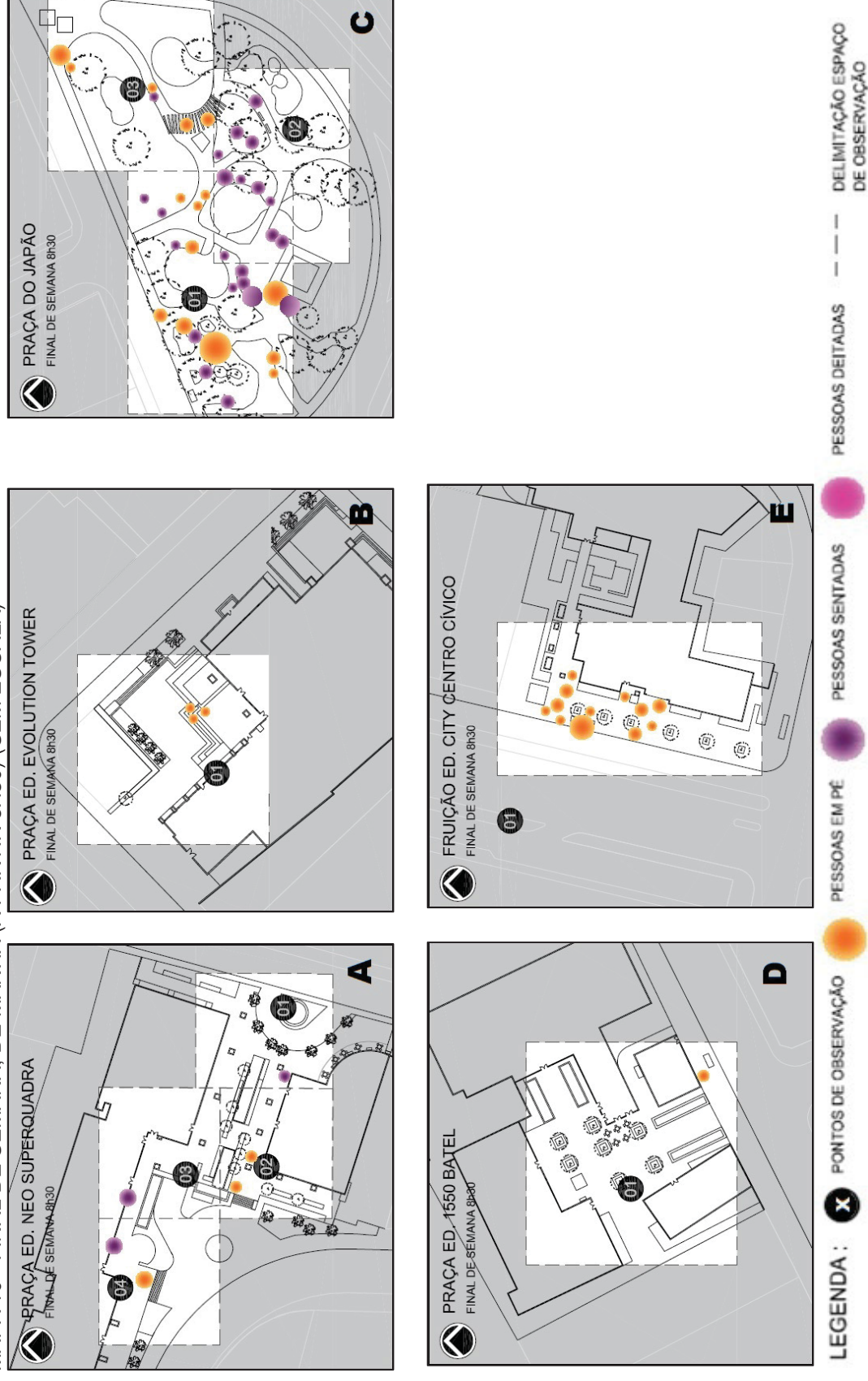
FINAL DE SEMANA: DE MANHÃ (A PARTIR DAS 8H30)

Durante os finais de semana, a diferença de frequência de atividades nos espaços públicos e privados tornou-se expressiva. Observa-se – através das circunferências no Mapa 10 – que há poucas pessoas permanecendo nas praças privadas dos Edifícios Neo Superquadra, Evolution Tower e 1550 Batel, em contrapartida com a manutenção dos padrões de atividades na Praça do Japão (única referência dos espaços públicos, já que a Praça Plínio Tourinho não foi visitada no final de semana). Ainda sobre os espaços privados, constatou-se movimentação maior na fruição do Edifício City Centro Cívico do que nos demais, sendo a região do ponto de ônibus – circunferência maior do Mapa 10E – apreendida como característica que estimula a frequência de pessoas, ainda que o objetivo não seja permanecer. Destaca-se, também, que na praça do Edifício Neo Superquadra, algumas das pessoas que a frequentaram optaram por sentarem-se nas mesas e cadeiras próximas aos comércios – provavelmente por estarem abertos –, já que a visita ocorreu em um sábado de manhã (QUADRO 7, p. 100), isto é, durante o horário comercial padrão. Observa-se, também, na praça do Edifício Evolution Tower que, embora essa pesquisa não contemple visitas noturnas, resquícios na lixeira próxima aos cinzeiros (FIGURA 33B) denotam que se trata de um local possivelmente frequentado pelos clientes dos bares próximos.

No que tange à Praça do Japão, destaca-se os padrões de comportamento visíveis no Mapa 10C, como a ocupação intensa dos bancos disponíveis, especialmente aqueles próximos aos lagos, assim como a opção por sentarem em pedras ou, mesmo, na grama, próximo à água. Outra consideração refere-se ao registro de atividades como a prática de *tai chi chuan* – conforme pode ser observado através da circunferência maior do Mapa 10C e da Figura 33C –, que ocorreria todos os domingos de manhã.

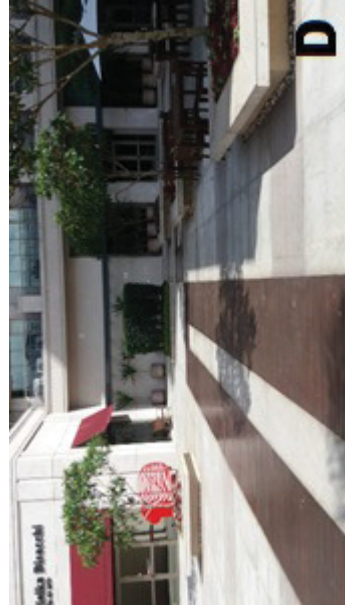
COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MAPA 10 - FINAL DE SEMANA, DE MANHÃ (A PARTIR 8H30) (SEM ESCALA)



FONTE: A autora (2019).

FIGURA 33 - FINAL DE SEMANA, DE MANHÃ



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Japão; d) praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico.

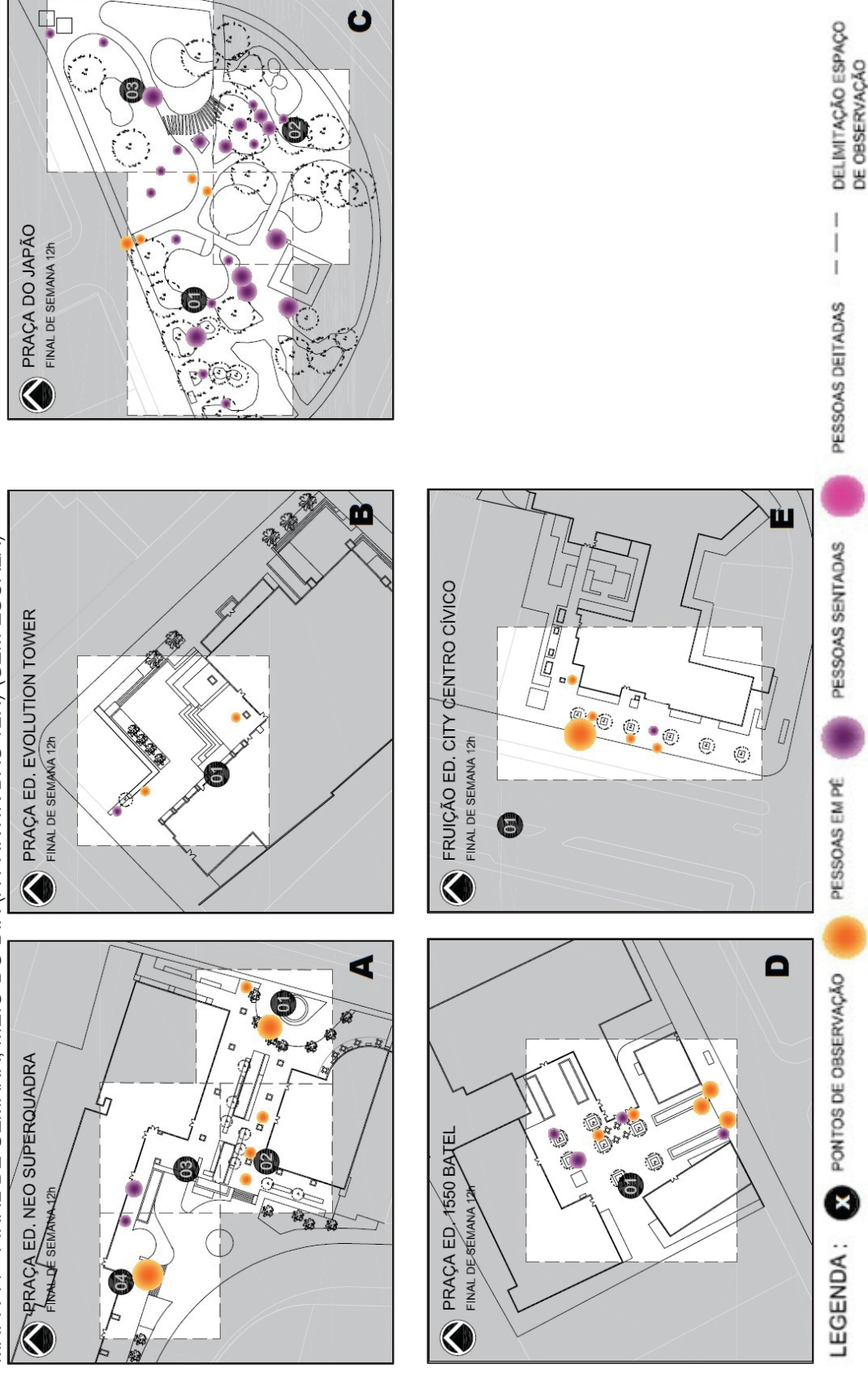
FINAL DE SEMANA: MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)

O padrão de comportamento nos espaços privados e na Praça do Japão neste período é semelhante ao período da manhã, ou seja, baixa frequência de pessoas nos primeiros e uso mais intenso no segundo, com pessoas permanecendo por algum tempo, principalmente, sentadas no local (MAPA 11). Na Praça do Japão (FIGURA 34C), observa-se dois músicos tocando percussão na praça, enquanto um homem descansa após suposta pedalada matinal e outro passeia, provavelmente, cortando caminho. Comparando com os espaços privados, observa-se a ausência de pessoas e acontecimentos, apesar de ocorrências como uma mãe com o filho fotografando o espelho d'água na praça do Edifício 1550 Batel (FIGURA 34D). Essa situação, inclusive, reforça a ideia de atratividade que essas características materiais podem exercer no comportamento das pessoas. Ao mesmo tempo, uma pessoa sentada sobre um vaso na fruição do Edifício City Centro Cívico – única pessoa que se sentou nesse espaço ao longo das seis visitas –, explicita tratar-se de um local com ausência de oportunidades para sentar e, conseqüentemente, permanecer (MAPA 11E).

Observa-se, ainda no Mapa 11, que na praça do Edifício Neo Superquadra, muitas pessoas permanecem próximo às rotatórias do local, provavelmente, aguardando transporte (táxi ou *Uber*) já que, visivelmente, não trabalhavam ou residiam ali, pois trajavam roupas de uma prova de corrida realizada nas imediações. Essa situação contribui para um entendimento de que algumas características materiais dessa praça, talvez o desenho das rotatórias ou até mesmo a dimensão do empreendimento, condicionem a apreensão local enquanto ponto de referência.

COMPARANDO ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MAPA 11 - FINAL DE SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H) (SEM ESCALA)



FONTE: A autora (2019).

FIGURA 34 - FINAL DE SEMANA, MEIO DO DIA (A PARTIR DAS 12H)



FONTE: A autora (2019).

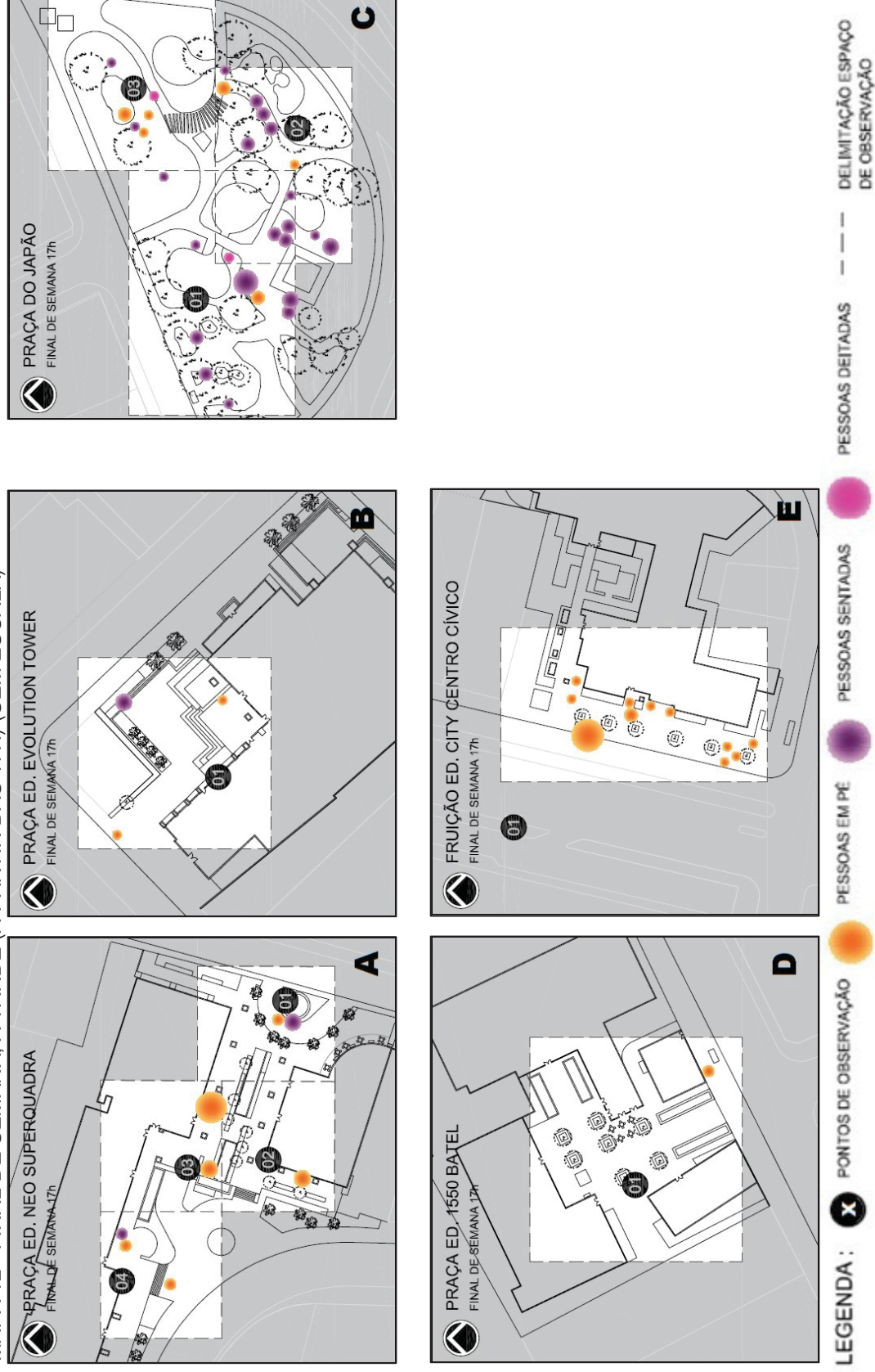
LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Japão; d) praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico.

FINAL DE SEMANA: À TARDE (A PARTIR DAS 17H)

A ausência de pessoas frequentando os espaços privados é, também, perceptível nesse período do dia, destacando-se que houve maior concentração de pessoas, novamente, no ponto de ônibus frontal à fruição do Edifício City Centro Cívico (MAPA 12E). Na Figura 35 é possível verificar a diferença desses espaços em relação à Praça do Japão, em que, além de se ter os bancos ocupados (MAPA 12C), observou-se a movimentação – ainda maior neste dia – de pessoas passeando com seus cachorros, já que essa atividade foi identificada em todas as visitas realizadas (FIGURA 35C).

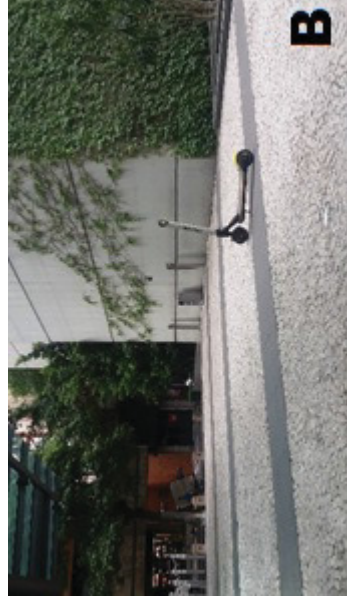
Acrescenta-se, ainda, que na praça do Edifício Evolution Tower (FIGURA 35B), um patinete deixado no centro do local – tal como os resquícios de cigarro e cerveja no final de semana de manhã – denota usuários fora do horário comercial. Entretanto, neste caso, a ocorrência pode ser justificada pelo fato de uma das edificações contemplar moradores.

MAPA 12 - FINAL DE SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H) (SEM ESCALA)



FONTE: A autora (2019).

FIGURA 35 - FINAL DE SEMANA, À TARDE (A PARTIR DAS 17H)



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) praça do Edifício Neo Superquadra; b) praça do Edifício Evolution Tower; c) Praça do Japão; d) praça do Edifício 1550 Batel; e) fruição do Edifício City Centro Cívico.

3. REFLEXÕES SOBRE OS DADOS APRESENTADOS

Na seleção das praças públicas, assim como na definição da posição em campo, levou-se em consideração locais com a maior frequência de pessoas, entendendo-se que repercutiriam na identificação de um maior número e diversidade de público e atividades. Entretanto, fazendo-se uso dessas condicionantes, constatou-se que o movimento de pessoas apresentado pelo gráfico de horário de pico da Praça Plínio Tourinho (GRÁFICO 2, p.93) decorreu, sobretudo, da região em que o equipamento urbano direcionado a homens em situação de rua foi instalado, portanto, direcionado a um público específico. Além disso, observou-se que mesmo em espaços abertos ao uso coletivo – público ou privado - o número amplo de pessoas não representou diversidade de usuários ou atividades. Isso porque, apesar de o maior número registrado de pessoas ter ocorrido na praça do Edifício Evolution Tower (2086), a diversidade de atividades identificadas na Praça do Japão (31) foi praticamente o dobro de todas as outras – que variaram entre 11 e 16 atividades –, assim como foi maior a diversidade de público no que tange à faixa etária, além do maior equilíbrio em gênero e presença de diferentes classes sociais ao longo das seis visitas (apesar da fruição do Edifício City Centro Cívico também apresentar dados equilibrados quanto ao perfil dos usuários).

No que tange à Praça do Japão, os mapas, fotografias, gráficos e tabelas, evidenciaram um caráter inclusivo desde a sua configuração física, dada por poucas limitações ao acesso (em nível com a calçada e apenas um pequeno trecho com gradil), passando pelo equilíbrio do público masculino e feminino, bem como a presença de pessoas em diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos) e, também, diferentes classes sociais. Isso porque, apesar de a região ser frequentada – em sua maioria – por uma população de classe média ou alta (o bairro Água Verde possui renda média per capita de 5 a 10 salários mínimos), foram identificadas atividades como “dormir”, por exemplo, mais comuns aos moradores de rua (FIGURA 36).

Não se trata, apenas, de um espaço praticamente desprovido de obstáculos ao acesso físico e simbólico, mas também de um local que incentiva tal acesso, ofertando espelhos d’água, árvores, atividades no Memorial, enfim, elementos que podem ser interpretados como “convites” à permanência, característica esperada das praças. Nesse sentido, ainda que as atividades vinculadas ao movimento

(“circular/cortar caminho”) tenham sido identificadas em maior número, a maior quantidade de pessoas permanecendo sentadas ou, até mesmo, deitadas nos bancos, no chão ou na grama, por exemplo, sugere sentirem-se à vontade o suficiente para fixarem-se por um período significativo de tempo, desprovidas da preocupação em serem interrompidas e independentemente do que estejam fazendo (meditando, dormindo, tocando um instrumento musical). Corroboram com essa afirmativa a identificação de atividades como o *tai chi chuan* todos os domingos, visto que exemplifica circunstâncias de programação prévia para uso do local, ou seja, uma convicção da possibilidade de realização do exercício. Acrescenta-se que atividades imprevistas também foram identificadas nessa praça, uma vez que o local foi permissível, também, para “trocar as fraldas do bebê”.

FIGURA 36 - DIVERSIDADE DE PÚBLICO E ATIVIDADES NA PRAÇA DO JAPÃO



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Diversidade de público na praça do Japão: crianças, adultos, idosos; b) Atividades permitidas: piqueniques sob a sombra das árvores.

Além disso, seu caráter contemplativo – demonstrado pela presença de inúmeros espelhos d’água, monumentos, variedade de vegetação – refletiu-se na identificação de um número significativo de pessoas realizando atividades vinculadas à “curiosidade na passagem”, isto é, parando para observar os lagos, os monumentos ou cheirar uma flor. Nesse sentido, destaca-se a influência de suas características materiais em relação ao uso, na medida em que a presença de grama, por exemplo, pode ter contribuído com a promoção de atividades físicas, descanso, passeio com cachorros; as pedras representariam assentos alternativos aos bancos, e as árvores, sobretudo em dias de sol, podem ter contribuído com a sombra necessária para a realização de piqueniques (FIGURA 36B). Sob essa ótica, pode-se dizer que os atributos físicos das áreas livres da Praça do Japão são mais valorizados pelos usuários, dado o baixo número de pessoas realizando atividades

vinculadas ao “eixo do trajeto”, isto é, adentrando a edificação local (Memorial) para realizar atividades ofertadas por ela ou, mesmo, comprar um *souvenir*.

Outra característica é o fato de conformar-se como “ponto de encontro”, uma vez que foram observadas circunstâncias de pessoas sozinhas e, posteriormente, encontrando namorados ou amigos, além de grupos de ciclistas encontrando-se no local para, então, pedalar juntos ou, ainda, o encontro entre pessoas – provavelmente moradores da região – durante o “passeio com o cachorro”. Essa atividade, inclusive, demonstrou a existência de triangulações entre estranhos, isso porque, em conversa informal com um frequentador dessa praça, obteve-se o conhecimento de que os donos desses animais haviam estabelecido uma rede de relacionamento entre si, cuja comunicação ocorreria, também, via grupo de *WhatsApp*. Através dessa rede social, já haviam organizado, inclusive, festas de aniversário para os bichos na própria praça (FIGURA 37).

FIGURA 37 - REDE DE RELACIONAMENTOS A PARTIR DO “PASSEIO COM O CACHORRO”



FONTE: A autora, 2019.

Na Praça do Japão, há que se ponderar, ainda, sobre a atenção que já recebeu da gestão pública de Curitiba e, também, de uma cidade chamada Himeji, no Japão – considerada irmã de Curitiba desde 1984³⁹. Isso porque verificou-se – em notícias de jornais antigos selecionados na “Casa da Memória” – que a praça já

³⁹ **Um inverno mais colorido em Curitiba.** Curitiba, 2008. Acervo Casa da Memória.

passou por diversas melhorias e reformas⁴⁰, sendo algumas delas com apoio financeiro ou doação de monumentos e mudas de cerejeiras, pelos japoneses. A atenção que essa praça recebe estende-se, também, à sociedade nipo-brasileira de Curitiba e à população do entorno, fato justificado por notícias, também em jornais, referentes às manifestações⁴¹ ocorridas quando a prefeitura resolveu intervir em sua configuração física para a passagem do BRT⁴², munidas de abaixo-assinados para que pudessem verificar o projeto.

Em relação à Praça Plínio Tourinho – diferente do que ocorreu na Praça do Japão – os resultados apontaram pouca diversidade de atividades e, sobretudo, de usuários. Ainda que seja uma circunstância inesperada em espaços públicos, entende-se que pode ser reflexo da configuração física pouco convidativa e, também, dos serviços sociais instalados, devido atenderem públicos específicos (indígenas e moradores de rua do sexo masculino). Sobre a configuração física, constatou-se que o acesso à praça pode estar sendo prejudicado pelo gradeamento do perímetro e pela forma como a cidade se desenvolveu em seu entorno. Observa-se, na Figura 38B, que quando idealizada⁴³, possuía menos barreiras ao acesso e estava desprovida das limitações causadas pela construção do viaduto e pelas edificações praticamente anexas ao local (MAPA 6F, p. 109).

⁴⁰ Em publicações de jornais localizados na “Casa da Memória”, constatou-se que a Praça do Japão foi reformada em 2008 como parte das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (**Praça do Japão será reinaugurada no dia 23 de junho**. Curitiba, 2008. Acervo da Casa da Memória). Em 1993, uma reportagem da “Gazeta do Povo” anunciou que o portal japonês teria sido doado pela Sociedade Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, destacando que a Praça do Japão seria totalmente reformada para a implantação de lagos, pontes, cascatas, além da plantação de dezenas de mudas de cerejeiras, doadas à Prefeitura Municipal de Curitiba pela cidade de Himeji, no Japão (**Japoneses de Curitiba vão ter um portal**. Curitiba, 1993. Acervo da Casa da Memória). Outra notícia apontou que, no ano de 1979, a Praça do Japão também foi contemplada com melhorias realizadas pelo Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental (**Lerner inaugurou a nova Praça do Japão**. Curitiba, 1979. Acervo da Casa da Memória).

⁴¹ **Cerca de 500 moradores “abraçam” a Praça do Japão contra Ligeirão**. Curitiba, 2018. Acervo Casa da Memória.

⁴² BRT (*Bus Rapid Transit*), ou Transporte rápido por ônibus, é um sistema de transporte coletivo de passageiros (CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/rede/10%20brt%20bus%20rapid%20transit.php>>. Acesso em: 05 mai. 2020).

⁴³ **População do Capanema vai receber hoje a nova praça**. Curitiba, 1971. Acervo Casa da Memória.

FIGURA 38 – PRAÇA PLÍNIO TOURINHO EM DOIS MOMENTOS



FOTO: a) A autora (2019); b) **População do Capanema vai receber hoje a nova praça.** Curitiba, 1971. Acervo da Casa da Memória.

LEGENDA: a) Durante a pesquisa, no final da tarde; b) Dia da inauguração, em 1971.

E, ainda que a praça possua uma variedade de equipamentos esportivos (quadra poliesportiva, parquinho, campo de golfe adaptado, mesas de xadrez) desde sua inauguração (1971), observou-se que, atualmente, a ênfase estaria nos atendimentos sociais em detrimento dos exercícios físicos e, provavelmente, dos eventos e projetos sociais vinculados ao esporte – “Esporte em Ação – Núcleo Vila Torres” e o “Bola Cheia” (EIRAS, 2011). Essa circunstância pode ser exemplificada pela transformação, em 2018, dos antigos ginásios em dormitórios com leitos para até cem moradores de rua (CURITIBA. Secretaria Municipal Comunicação Social, 2018), e devido a praça ter sido dividida por um gradil (MAPA 6F, p.109), delimitando casa de passagem para moradores de rua de um lado e a casa de passagem para indígenas – além da maioria dos equipamentos esportivos – do outro.

Além disso, conforme pontuado anteriormente, o fluxo populacional registrado no local decorreu, sobretudo, do atendimento a homens adultos em situação de rua (GRÁFICOS 3 e 4, p.123 e p.124). Esse fato pode ser justificado através da seleção da praça como uma das “unidades de controle”, uma vez que os dados vinculados ao pico de usuários ao longo da semana (GRÁFICO 2, p. 93), por exemplo, foram apreendidos, posteriormente, como próximos à “hora da janta” (MAPA 9F, p. 146) (FIGURA 32F, p. 147). E, como não há indicativos físicos – placas, por exemplo - que informem sobre os serviços sociais instalados e, portanto, orientem a população sobre a região da praça que permanece aberta ao uso coletivo, o que acabou sendo observado nessa pesquisa foi o cotidiano desse público específico.

No que concerne aos espaços privados, conforme os usos observados na fruição do Edifício City Centro Cívico, entendeu-se comportar uma acessibilidade

irrestrita, sobretudo, pelo fato de o recuo frontal confundir-se com a calçada pública adjacente devido à isenção de barreiras físicas (grades, muros, desníveis) e, também, a especificação dos mesmos materiais de acabamento. Ainda que exista uma normatização (DECRETO 189/2000) para a conformação dessa fruição de dez metros a partir do alinhamento predial na Avenida Cândido de Abreu, a forma conforma em frente a esse empreendimento revelou-se mais aprazível com os espaços públicos adjacentes do que a configuração física de edificações vizinhas (FIGURA 21, p. 112). De fato, observou-se que as pessoas que aguardam no ponto de ônibus em frente ao edifício e, também, aquelas que chegam nesse ponto, fluem pelo local com naturalidade, aparentando despreocupação de estarem adentrando local privativo, já que não foi observada mudança no comportamento nas áreas públicas e privadas (FIGURA 39).

FIGURA 39 – COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO NA FRUIÇÃO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO



FOTO: A autora (2019).

LEGENDA: a) Momento de chegada ao ponto de ônibus; b) Saída do ponto de ônibus.

Acrescenta-se que fluem por esse local pessoas a pé, com patinetes, pedalando uma bicicleta – como se realmente estivessem ocupando um espaço de propriedade de todos, isto é, público. Nesse sentido, uma das atividades registradas, que evidenciam tratar-se de um local privado, foram trabalhadores (jardineiros) – provindos do empreendimento – cuidando da grama sob as árvores (FIGURA 40).

FIGURA 40 - JARDINEIRO DO EDIFÍCIO CITY CENTRO CÍVICO



FONTE: A autora (2019).

No entanto, apesar dessa acessibilidade irrestrita, ressalta-se que a fruição enfatiza atividades em movimento, devido à ampliação da calçada pública e à ausência de bancos, por exemplo, para permanência. Há que se destacar, entretanto, que nesse espaço em específico, a ênfase na circulação pode ser justificada pelo entorno, repleto de espaços públicos vinculados à permanência, tais como a Praça Dezenove de Dezembro, a Praça Gibran Khalil e o Passeio Público (MAPA 5D, p. 108). Embora se subentenda que a presença de bancos qualificaria esse espaço sem perder o caráter circulatório, reflete-se sobre o interesse do empreendimento em proporcionar esse tipo de mobiliário, visto que, talvez, pudessem fomentar o estabelecimento de grupos indesejáveis próximo ao acesso das edificações. Se percebido dessa maneira, a consequência poderia ser um controle maior do local privado, como a presença de um segurança ou a conformação de algum tipo de barreira no alinhamento predial – com vegetação, por exemplo –, como fizeram as edificações vizinhas (FIGURA 21, p.112). Sob essa perspectiva, evidencia-se a fragilidade de um espaço privado permissível ao uso público, visto que pode perder essa característica, se entendida como inconveniente ao empreendimento.

No que tange à praça do Edifício Evolution Tower, ela permite discutir o fato de que um local altamente frequentado não necessariamente possui vitalidade. Isso porque se trata do local com maior número de usuários e a menor diversidade de

atividades (junto à Praça Plínio Tourinho, considerando que esta última não foi visitada durante o final de semana). Observou-se, nesta praça, um comportamento padrão direcionado ao movimento e vinculado, sobretudo, à entrada e saída dos edifícios, como se essa ampla área livre fosse, apenas, o *hall* de acesso às edificações. Até porque, quando as pessoas permaneciam no local por algum tempo, estavam falando no celular, fumando, esperando alguém, conversando, enfim, realizando atividades que sugerem uma pausa durante o horário do trabalho (que seria interno aos edifícios). E, mesmo no meio do dia ou no final da tarde, quando a praça poderia contemplar outros usos – tal como ocorre na Praça no Japão, quando trabalhadores de edificações ao redor vão almoçar ou, no final da tarde, passear com cachorros –, ela permanece esvaziada, mantendo sua rotina de circulação.

Nesse panorama, um dos fatores que pode contribuir com pessoas apenas passando pelo local refere-se à ausência de elementos que pudessem contribuir com a reverberação de outras atividades (FIGURA 41). A ausência de árvores, por exemplo, associada a marquises transparentes, revelou a preferência dos usuários por permanecerem – sobretudo, no meio do dia – em algumas nesgas de sombra projetadas pelas edificações. Além disso, o espelho d'água e a presença de vegetação de pequeno porte não se configuraram contemplativos, na medida em que não houve ocasiões em que as pessoas pararam para observar ou interagir com eles, tal como ocorreu na Praça do Japão.

FIGURA 41 –NA PRAÇA DO EDIFÍCIO EVOLUTION TOWER



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) e b) ausência de elementos na praça.

Sob a ótica do estímulo à permanência a partir de componentes materiais, reforça-se que todas as praças privadas analisadas não foram construídas embasadas em uma normatização de incentivo ao uso público, já que tal

regulamentação é recente na cidade de Curitiba-PR. Nesse sentido, entende-se que o objetivo principal desses espaços seria, realmente, servir às edificações, o que pode incluir a inibição de qualquer uso que possa ser interpretado como problema à esfera privada, como a presença de grupos indesejáveis, por exemplo.

Entretanto, apesar do pouco incentivo à frequência de usuários por meio de componentes materiais, observa-se que o fato de a configuração espacial ser aberta e em nível com duas ruas possibilitou a identificação de pessoas cortando caminho a pé, de bicicleta ou patinete, em qualquer dia da semana. Provavelmente, tal permissão – aparentemente irrestrita ao acesso – está associada a uma discreta vigilância (já que não foram localizadas câmeras e, também, não existia guarda). Esse fator, inclusive, foi apreendido como característica interessante do caráter público local, sobretudo, porque atividades fora do cotidiano, como o caso da observação, anotação e fotografia dos frequentadores da praça durante esta pesquisa, ocorreram de forma tranquila, desprovida de abordagens, como se – realmente – não houvesse preocupação com o que estava ocorrendo. O entendimento foi que o local, embora não estimule a diversidade de usos por suas características materiais, é permissível a boa parte deles. Em outra ocorrência, no final de semana, um casal com duas crianças – pedindo dinheiro no semáforo da rua Brigadeiro Franco – ficaram sentados na extremidade da praça, revezando-se na abordagem aos carros e, quando precisaram encontrar local para que uma das crianças urinasse, sem hesitação, fizeram uso do espelho d'água. E, embora se esperasse uma repreensão por tratar-se de espaço privado, nada aconteceu.

Soma-se a isso os resquícios de cigarros, cervejas e copos plásticos próximos à lixeira e espaço para fumo, identificados durante a visita diurna, no final de semana (FIGURA 33B, p. 150). Isso ocorreu porque, provavelmente, a praça do Edifício Evolution Tower foi intensamente utilizada na noite anterior, seja por algum evento realizado por serviços vinculados ao empreendimento ou, talvez, pelos clientes do bar da esquina, o que reforçaria tratar-se de uma praça com permissibilidade para determinados usos, ainda que não vinculados ao local. Entretanto, vale ressaltar que dos espaços privados, trata-se da única praça cujas edificações não contemplam residência, apenas flat e hotel e, talvez, esse seja o motivo para normas de conduta menos restritivas, uma vez que não há moradores no local. Observa-se que há dificuldade em imaginar essas circunstâncias ocorrendo

na praça do Edifício 1550 Batel, por exemplo, porque a sensação proporcionada pela estética da praça é de algo impecável, tal como a descrição de Ghirardo (2002) sobre a Disneylândia (FIGURA 42).

FIGURA 42 - ESTÉTICA IMPECÁVEL DA PRAÇA DO EDIFÍCIO 1550 BATEL



FONTE: A autora (2019).

A sensação nessa praça é de que tudo está sob controle. E essa característica realmente ocorre, já que há câmeras no local e, também, um guarda. Tal sensação de segurança pode ser exemplificada através de três ocorrências: a primeira refere-se a um rapaz que, andando pela rua, entrou na praça para contar dinheiro. A segunda, vinculada ao controle local, refere-se a duas meninas que entraram na praça no final de semana e sentaram-se em um dos bancos. O segurança, apesar de acompanhá-las com os olhos, não interviu. A única intervenção ocorreu quando um entregador, ao estacionar sua moto no meio da praça, foi obrigado a retirá-la, colocando-a na calçada pública. Essa última situação pode ser interpretada sob a ótica do descaso com os espaços públicos ou, até mesmo, uma incompreensão de que pertence a todos e, portanto, deve haver o mesmo cuidado dispendido ao que pertence ao indivíduo. Esse ato reforça, também, que locais públicos, ainda que permitam ampla gama de atividades e devam

possibilitar a acessibilidade irrestrita, não são isentos de regras para o uso, como o caso da proibição em estacionar uma moto no passeio para pedestres⁴⁴.

De qualquer modo, a análise que se faz é que, dos espaços privados, a praça do Edifício 1550 Batel prestou contribuições mais tímidas para essa pesquisa, apresentando dúvidas se, no futuro, os usos e a ocupação do espaço apresentarão circunstâncias diferentes. Isso porque as duas edificações (residencial e comercial), além de possuírem poucos andares, não estão ocupadas integralmente, além de três dos espaços comerciais da praça também estarem vazios (fato registrado na pesquisa através da atividade “retirando placa imobiliária”). Desse modo, ainda que, hoje, a praça configure-se com pouca frequência de pessoas e diversidade de atividade, ela contempla espelho d’água, bancos, árvores, cadeiras móveis, guarda-sol e, portanto, posteriormente, talvez essa situação se modifique.

Já a praça do Edifício Neo Superquadra comporta grande frequência de pessoas como a praça do Edifício Evolution Tower – especialmente durante a semana – e, também, “amenidades”, como árvores, grama, espelho d’água, diversas oportunidades para se sentar, além de usos comerciais (mercado, academia, restaurantes), como a praça do Edifício 1550 Batel. Entretanto, diferentemente do que foi observado na Praça do Japão, as pessoas não paravam para contemplar o espelho d’água, por exemplo, além do fato de que, quando as pessoas optavam por permanecer no local, ficavam, na maioria das vezes, em pé, nas partes periféricas da praça.

Apesar dessas características materiais, essa praça foi um dos espaços mais restritivos devido à presença de grandes câmeras de vídeo monitorando todo o local, seguranças em duas extremidades e, também, pela própria configuração física que, apesar de abrir-se para três ruas – sugerindo uma praça acessível ao público em geral, sobretudo, para moradores locais cortarem caminho –, barreiras físicas como rotatórias, desníveis e vegetação e, também, barreiras simbólicas, como materiais com acabamento sofisticados, podem dificultar ou, mesmo, inibir o acesso. Nesse sentido, ainda que alguns usos internos às edificações – sobretudo os comerciais – instiguem a permanência de pessoas para um momento de descontração após o

⁴⁴ CURITIBA. Lei nº 11.095, de 08 de julho de 2004. Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no Município, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-curitiba-pr>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

expediente e grandes placas comerciais contribuem com o convite ao acesso do público ao mercado ou à lanchonete, destaca-se tratarem de “convites” direcionados ao consumo. Essa característica é exemplificada pela retirada de algumas mesas e cadeiras quando tais comércios estão fechados (FIGURA 43), mas é observada também porque a vigilância provavelmente fiscaliza atividades fora do padrão rotineiro (“eixo do trajeto”), quiçá, não permitindo que se desenvolvam.

FIGURA 43 - MOBILIÁRIO NA PRAÇA DO EDIFÍCIO NEO SUPERQUADRA



FONTE: A autora (2019).

LEGENDA: a) Mesas e cadeiras em frente ao mercado, durante a semana; b) Ausência desses mobiliários no final de semana.

Nesse sentido, embora a praça do Edifício Neo Superquadra favoreça públicos exteriores a ela, “cortando caminho” ou utilizando suas rotatórias como ponto de referência, por exemplo, entende-se que, provavelmente, essas atividades pertencem ao padrão reconhecido pelas normas de conduta locais e, desse modo, situações que fujam à expectativa possam representar uma ameaça. Tal ponderação advém de abordagens realizadas pelos guardas a um garoto – que teve sua mochila vistoriada – e, também, a duas ocorrências durante essa investigação em campo, sendo que, na primeira abordagem, os seguranças foram avisados sobre o fato de tratar-se de uma pesquisa em desenvolvimento em praças públicas e privadas e, na segunda, informaram que compreendiam a situação, mas que o administrador determinava a fiscalização e, por vezes, a intervenção.

Diante desse panorama, as considerações pontuadas sobre os espaços investigados contribuem para a iluminação da questão central dessa pesquisa, referente à responsabilidade do gestor na conformação de um caráter mais público

(inclusivo) ou privado (exclusivo) em determinado local. Nesse sentido, destaca-se a Praça do Japão, sobretudo, devido à amplitude de atividades e diversidade de pessoas, especialmente, em comparação aos espaços privados analisados. Enfatiza-se, também, a atenção que essa praça vem recebendo da gestão pública ao longo dos anos – como as reformas, por exemplo – e, até mesmo, da gestão de uma cidade do Japão, através de diversas doações. Acrescenta-se a noção de pertencimento evidenciada no comportamento da sociedade nipo-brasileira e, também, da população residente no entorno, apropriando-se da praça através da manutenção ou, mesmo, na defesa de sua configuração física. A pesquisa apontou, ainda, o uso e a ocupação durante todas as visitas realizadas, com as pessoas optando, muitas vezes, por permanecerem ali. Entende-se, portanto, que a Praça do Japão, além da propriedade e gestão pública, possui uma apropriação coletiva. Entretanto, ressalta-se a possibilidade em tratar-se de um local atípico, que recebe corriqueiros investimentos públicos para a intensificação do uso, por exemplo, devido seu forte caráter turístico. De qualquer forma, sob a ótica desse trabalho, a Praça do Japão contribuiu com a elucidação da importância de uma gestão pública em espaços de uso coletivo, já que assegurariam o pertencimento a todas as pessoas, portanto, podendo ser utilizados, cuidados e mantidos por um amplo grupo delas.

Soma-se a isso as ocorrências nos espaços de gestão privada, como na praça do Edifício Neo Superquadra, em que atividades apreendidas como inofensivas, até mesmo pelos seguranças locais, podem representar ameaças, conforme a interpretação de quem administra o empreendimento. Tais ameaças reverberariam em comandos para abordagens dos seguranças, vistoria de mochilas ou, até mesmo, expulsão do local. Essa insegurança por parte do gestor, associada à delimitação de um “público-alvo” comum na esfera privada (quem tem dinheiro para consumir os produtos e serviços ofertados no local), representa uma predisposição do “caráter público” em espaços privados ser demarcado, sempre, para algumas atividades e alguns públicos e, portanto, de esses espaços serem desprovidos da diversidade inerente aos espaços públicos. Além disso, ainda que as normas de conduta permitam amplos padrões de comportamento, a fragilidade do sistema dado por uma pessoa ou uma corporação pode restringir essa permissividade sob qualquer justificativa, tal como ocorreu em alguns POPS, nos

Estados Unidos, que se conformaram repletos de restrições ao acesso terrestre após o ataque aéreo de 11 de setembro de 2001.

Por outro lado, na reflexão sobre a possibilidade de conformação de uma gestão pública em espaços de propriedade privada visando a provisão de um caráter mais público, a investigação apontou que esse fato pode ser questionável, sendo conveniente uma ampliação da amostra, sobretudo, das praças públicas. Isso porque, ainda que na Praça do Japão a gestão pública e os corriqueiros investimentos públicos tenham contribuído para uma intensificação do uso do local, a Praça Plínio Tourinho retratou um espaço físico comprometido em relação ao entorno, com dificuldades no acesso devido ao gradeado no perímetro, além da instalação de equipamentos urbanos para usos exclusivos. Essas circunstâncias podem ter comprometido a diversidade de usuários e atividades devido, por exemplo, gerarem dúvidas se o local corresponderia, ainda, a uma praça pública. Observa-se que, das três oportunidades para o acesso, duas desembocam na região dos edifícios que atendem, exclusivamente, aos homens em situação de rua (FAS). Essa dificuldade de orientação – não há placas ou qualquer indicativo sobre os serviços sociais - pode ter prejudicado a parcela da praça aberta ao uso coletivo, pois apresentou-se esvaziada (MAPA 6F, p.109)(FIGURA 22B E 23B, p.113). E, como na região direcionada ao uso coletivo não houve movimento de pessoas, entende-se que a Praça Plínio Tourinho não se revelou uma boa “unidade de controle”, pois não apresentou as possibilidades de atividades e usuários passíveis de comparação com os espaços privados. Mas, apesar desse fato, ela apresentou uma circunstância relevante, no que concerne a instalação de equipamentos urbanos em praças públicas.

Ainda que a investigação não tenha avaliado o impacto desses equipamentos, ressalta tratar-se de um ato corriqueiro da gestão de Curitiba, variando os serviços ofertados (unidades de saúde, pontos de ônibus, etc). E, mesmo que as justificativas para tal ato permeiem a carência de terrenos públicos e alto custo para adquirir novos lotes, a compreensão é de que a instalação desses serviços pode afetar a dinâmica das praças, descaracterizando-as. Essa crítica abrange, portanto, uma possibilidade de incompreensão da gestão pública sobre a importância dos locais de permanência na cidade, assim como do entendimento da

essência de um espaço público, isto é, das características materiais e imateriais que devem abarcar.

Diante dos espaços públicos e privados analisados, se forem conformados “espaços públicos de propriedade privada” ou “espaços privados de uso público”, fica-se, sempre, na iminência da compreensão do que é um espaço público. Se a gestão for privada, ainda que haja essa compreensão, fica-se na iminência da perda do caráter público a qualquer troca de administrador, por exemplo, e, se a gestão for pública, fica-se na iminência de uma incompreensão – por parte do gestor – da conformação de espaços públicos condizentes com sua essência. Sob a ótica desse trabalho, pode-se dizer que – independentemente do gestor – a conformação de espaços públicos a partir da coabitação das esferas seria constituída por elos frágeis, facilmente rompidos.

E os espaços privados? Eles teriam dificuldades em realizar a esfera da vida pública *stricto* e *lato sensu*, pontuadas por Queiroga *et al.* (2009)? De fato, subentendeu-se uma dificuldade em fomentarem uma apropriação coletiva sob a ótica dos usos e, também, da intervenção física, da manutenção, do cuidado – como ocorreu na Praça do Japão. Mas, apesar de também não terem sido identificadas circunstâncias de manifestação política, destaca-se que a fruição no recuo frontal do Edifício City Centro Cívico apresentou-se imperceptível à população que circulava por ali, além de contribuir com o fluxo de pessoas provenientes do transporte coletivo. Na praça do Edifício Evolution Tower, ainda que não ofereça muitas oportunidades para permanência, pessoas da região cortaram caminho durante a semana e no final de semana e, inclusive, foram vistas atitudes como “urinar no espelho d’água”, que poderia incorrer em repreensões da gestão – o que não aconteceu. Ainda, os resquícios de cerveja e cigarro no domingo de manhã deram a entender que o local foi frequentado fora do horário comercial, ou seja, características esperadas em locais públicos que ocorreram na propriedade privada. Recordando-se que se trata da única praça cujos edifícios não comportam usos residenciais. Destaca-se, também, que a praça do Edifício Neo Superquadra se situa em uma quadra ampla com três acessos, o que gera novas possibilidades ao percurso do pedestre e ao consumo, devido à variedade de serviços ofertados e, por fim, a praça do Edifício 1550 Batel, ainda que esteja com a maioria de seus espaços

vazios – no térreo – poderá instigar um uso mais intenso pela população do bairro, ainda que – também – em uma conotação direcionada ao consumo.

Acrescenta-se que, apesar dessas contribuições, questiona-se se o caráter público mais forte dos espaços privados não estaria, justamente, atrelado às atividades em movimento, como se o ato de permanecer – típico das praças – fosse mais ameaçador, já que não contemplaria apenas o público desejado estabelecendo-se, por algum tempo, no local. Mas, ainda que os espaços privados realizem – em algum grau – a esfera da vida pública, entende-se o cuidado em adjetivar como “público” algo de propriedade privada, já que as características individuais, particulares e seletivas desses espaços poderão, sempre, se manifestar.

Refletindo sobre a distinção tradicional dos termos, será que compreender a realização de “espaços públicos a partir da propriedade privada” não estaria, mesmo, vinculado a um individualismo identificável na sociedade contemporânea – que tende a valorizar mais o privado em relação ao que é público? Se um espaço privado realizar a esfera pública, ele perde seu *status* de privado? Além disso, será que, mesmo nas proposições para coabitação das esferas no mesmo espaço físico, não seria importante que o conceito dos termos estivesse bem-delimitado, para que houvesse uma compreensão de até que ponto cada uma pode ir? Ou será que não deveríamos, realmente, recuperar a epígrafe primeira desse trabalho e, de fato, “não dar nomes novos a coisas velhas e nem dar nomes velhos a coisas novas”? Normalizar “espaços públicos de propriedade privada” ou “espaços privados de uso público” não seria a mesma coisa que naturalizar a exclusão de atividades e públicos dos espaços públicos?

De fato, a principal questão pontuada por esse trabalho refere-se ao entendimento de que o espaço público é para todos: homens, mulheres, crianças, idosos, moradores de rua, *skatistas*, patinadores, grafiteiros etc. Nesse sentido, mesmo que os espaços da cidade estejam apropriados por grupos a qual, muitas vezes, não pertencemos, entende-se que a escolha em acessá-los seria do frequentador e não delimitado por uma norma de conduta ou estímulos à vigilância ativa. Portanto, diante dos exemplos apresentados, entendeu-se que o risco em conformar espaços públicos a partir da propriedade privada, mesmo com a gestão pública, deve-se a preocupação em comprometer características fundamentais aos locais públicos como, por exemplo, a diversidade de usuários e atividades ou a

acessibilidade irrestrita. Pois, se tais espaços não oportunizarem acesso à população como um todo, por exemplo, não seriam “novos espaços públicos”. Estariam mais próximos de uma nova tipologia de “enclave fortificado” - desprovida de barreiras físicas, mas repleta de barreiras simbólicas - onde determinadas pessoas não entram e atividades não podem ser exercidas, prejudicando, cada vez mais, o exercício da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa seção visa refletir sobre o projeto dessa pesquisa, as justificativas que o geraram, o alcance dos objetivos e resultados, bem como a identificação de limitações e algumas recomendações.

A premissa dessa investigação partiu da reflexão sobre alguns comportamentos da população – identificáveis nos espaços das cidades – que denotavam situações de “conflito” entre as esferas pública e privada. Seria o caso do fechamento de ruas com grades e correntes ou de apropriações de espaços à beira-mar através de mesas e cadeiras de bares e restaurantes, por exemplo. Tais circunstâncias sugeriram uma provável indistinção entre as esferas por parte das pessoas, a qual permearia, também, o planejamento urbano, por meio de propostas normativas que instigariam o privado a qualificar ou, mesmo, prover espaços públicos. Tal como ocorreria com a legislação para os POPS de Nova Iorque (EUA) – proposta desde meados do século XX – ou a recente estratégia para a “Fruição pública”, presente em normativas de cidades brasileiras.

No entanto, pesquisas nesses POPS apontaram restrições à diversidade de pessoas e atividades, situação reforçada por argumentos de autores como Ghirardo (2002) ou Minton (2006), por exemplo, atrelados a práticas exclusivistas em espaços privados abertos ao usufruto público. Desse modo, diante do entendimento de uma normalização da esfera privada sobrepondo-se à pública, também nos espaços da cidade, associada aos incentivos do planejamento urbano e, principalmente, desses comprometimentos em âmbito social identificados, questionou-se em que medida espaços privados abertos ao uso público realizariam a esfera pública nas cidades contemporâneas, delimitando a investigação a Curitiba-PR.

Por meio de uma investigação de observação direta, comparando “espaços privados abertos ao uso público” e “espaços públicos” (caso-controle), demonstrou-se que os primeiros permitiam alguns comportamentos públicos, especialmente, quando direcionados à circulação de pessoas. Entretanto, alguns deles revelaram-se demasiado controlados, não somente pela presença de câmeras, como também por abordagens pelos seguranças. Além disso, tais espaços apresentaram praticamente a metade da diversidade de atividades quando comparados à Praça do Japão, mesmo com um fluxo superior de pessoas no local. Além disso, apenas na fruição pública do Edifício City Centro Cívico houve uma diversidade maior de público em

termos de gênero e idade, já que nos demais espaços privados, a predominância foi de homens adultos.

No que tange aos objetivos específicos, destaca-se que o “mapeamento e discussão teórica acerca dos conceitos de público e privado na contemporaneidade” foi atendido através de uma pesquisa bibliográfica acerca de suas apreensões, enfatizando variedades terminológicas aproximadas do objeto de estudo dessa pesquisa: os espaços públicos. Foram investigadas, também, acepções desses termos ao longo do tempo, em abordagens recorrentes na Antiguidade Clássica e a partir do Período Moderno.

Foi atendido, ainda, o objetivo de “investigar as motivações para que a esfera privada conforme espaços de usufruto público, sobretudo, sob a ótica do planejamento urbano de cidades brasileiras” através de pesquisas bibliográficas e documentais que pontuaram uma ênfase no que é individual e particular – advindo do Período Moderno –, além de uma percepção de valor dos espaços públicos, sobretudo, em âmbito econômico, o que significaria seu tratamento enquanto mercadoria. Foram identificados, ainda, argumentos vinculados à necessidade em recuperar ou qualificar espaços públicos a partir do *design*, por exemplo, e, sob a ótica do planejamento urbano, destacou-se a ênfase em normativas brasileiras para a “Fruição pública” que, via de regra, são justificadas como favoráveis ao pedestre, no intuito de contribuírem com a concepção de um “Planejamento Urbano Humanista”.

O intuito de “verificar possíveis diferenças entre espaços públicos e espaços privados de usufruto público, em Curitiba-PR, comparando as atividades realizadas em cada um deles” foi atendido através da pesquisa em campo, onde foram registrados alguns comportamentos distintos, com as praças públicas contemplando atividades como “dormir”, “ler”, “meditar”, “praticar exercícios físicos”, “piquenique”, “namorar” e “arrumar barraca”, não identificáveis nos espaços privados. Esses, por sua vez, contemplaram atividades como “abrigar-se da chuva”, “contar dinheiro”, “urinar no espelho d’água”, não registradas nos espaços públicos. A pesquisa demonstrou, também, o papel da gestão na diversidade de usos e usuários nos espaços públicos e privados. Isso porque, na praça do Edifício Neo Superquadra, por exemplo, uma das atividades registradas, “abordagem por segurança”, seria incitada pelo gestor local. E, no que tange às praças públicas, observou-se que a

gestão pública atuou de forma diferente em cada uma delas, investindo em reformas e monumentos para contemplação em prol do uso coletivo na Praça do Japão e, pode-se dizer, negligenciando a Praça Plínio Tourinho, sobretudo, sobre a ótica de sua configuração física e relação com o entorno.

E, embora a seleção desses espaços públicos tenha permitido leituras diferentes sobre a atuação da gestão, provavelmente, uma amostra maior permitiria uma compreensão mais generalizada do seu comportamento em praças públicas. Outra limitação referiu-se aos espaços privados analisados que, apesar de abertos para as calçadas adjacentes, não foram incentivados a prover caráter público e, portanto, talvez nem fosse a intenção. Tal fato decorreu devido a normativa para a “Fruição pública” ser recente, estando em processo de regulamentação durante esse trabalho. Nesse sentido, uma recomendação para pesquisas futuras seria verificar o caráter público em espaços privados de Curitiba-PR, quando consolidados na Av. Marechal Floriano Peixoto, Av. Presidente Affonso Camargo, Av. Engenheiro Costa Barros e Av. Presidente Wenceslau Braz, uma vez que tal normativa será obrigatória nesses locais.

Outra investigação possível vincula-se aos comportamentos direcionados ao movimento e à permanência nos “espaços privados abertos ao uso público”, isto é, se eles estariam mais aptos a permitirem uma acessibilidade irrestrita, por exemplo, se o espaço físico se detiver, apenas, à circulação de pessoas e não à permanência delas. Destaca-se que essa pesquisa também pode ser desenvolvida em espaços públicos privatizados, ou quando apenas a responsabilidade pela manutenção é transferida ao privado, como ocorre com “adoções” de praças e jardins, por exemplo.

Por fim, a identificação dos benefícios sociais, ambientais e econômicos propiciados pelos espaços públicos na contemporaneidade, ainda que impulsionem iniciativas para sua ampliação quantitativa, devem ocorrer simultâneas ao âmbito qualitativo, embasado na diversidade. Tal fato evitaria o risco - recuperando as palavras de Borja e Muxí (2000) - de contribuir com a formação uma cidadania incapaz de se relacionar com o outro, incapaz de reagir a um imprevisto da vida e, também, incapaz de decidir por si mesma. Portanto, mesmo que seja um desafio transformar as cidades em ambientes mais democráticos, entende-se que o esforço deve ser contínuo.

REFERÊNCIAS

BERTAUD, Alain. **Order Without Design**: How Market Shape Cities. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona, 2000. Disponível em: < <https://www.academia.edu/3630914/El-espacio-publico-ciudad-y-ciudadania-jordi-borja>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2003.

BORTOLI, Fábio. O lugar do espaço público de propriedade privada na cidade contemporânea. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. "IV Enanparc, Porto Alegre, 2016". Disponível em:< <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2003/S03-01-BORTOLI,%20F.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.

CAPELLA, Juan Ramón. **Fruto proibido**: Uma aproximação histórico-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Tradução: Grasiela Nunes da Rosa e Lédio Rosa de Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CARMONA, Matthew. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. **Journal of Urban Design**, v.15, n. 1, p. 123-148, 2010a.

CARMONA, Matthew. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part Two: Classification. **Journal of Urban Design**, v. 15, n. 2, p. 157-173, 2010b.

CARMONA, Matthew. Re-theorising contemporary public space: a new narrative and a new normative. **Journal of Urbanism**: International Research on Placemaking and Urban Sustainability, v. 8, n. 4, p. 373-405, 2015.

CARMONA, Matthew; MAGALHÃES, Claudio de; HAMMOND, Leo. **Public Space**: The management dimension. London and New York: Routledge, 2008.

CAVALCANTI, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: CAVALCANTI, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHABAN, Matt AV. Unwelcome Mat Is Out at Some of New York's Privately Owned Public Spaces. **The New York Times**, p. A23, set. 2015. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2015/09/08/nyregion/unwelcome-mat-is-out-at-some-of-new-yorks-privately-owned-public-spaces.html>>. Acesso em: 01 set. 2009.

CHAUÍ, Marilena. Política e Cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 32, jun. 1991.

CORREIA, Donny. Rembrandt inventou a selfie? A construção do eu na arte. **Casa do Saber**, out. 2019. Entrevista. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V6ZgCkndmDw>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

CUNHA, Rosimeri de Lourdes Estevão; SILVA, Kelson de Oliveira. Apropriação territorial das praias e o uso do espaço público pelos hotéis da via costeira de Natal/RN. **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 38, p. 29-40, 2011.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro: Água Verde**. Curitiba, 2015a. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/nosso_bairro.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro: Batel**. Curitiba, 2015b. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/nosso_bairro.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro: Centro**. Curitiba, 2015c. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/nosso_bairro.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro: Centro Cívico**. Curitiba, 2015d. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/nosso_bairro.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro: Jardim Botânico**. Curitiba, 2015e. Disponível em: <https://ippuc.org.br/nossobairro/no<sso_bairro.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Praças**, Curitiba [19--]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/pracas/376>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: o espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIMMER, Christian. Espacio Público de propiedad privada en Japón: espacios corporativos abiertos que no han sido reclamados para el uso público. *In*: SCHLACK, E. **POPS**: El uso público del espacio urbano: El carácter público a través de la normativa. Santiago: arq ediciones, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304349635_Espacio_publico_de_propiedad_privada_en_Japon_Espacios_corporativos_abiertos_que_no_han_sido_reclamados_para_el_uso_publico>. Acesso em: 11 jul. 2020.

DUPAS, Gilberto. Ética e corporações: tensões entre interesse público e privado. **ORGANICOM**, v. 5, n. 8, p. 68-77, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138968/134316>>. Acesso em: 01 set. 2019.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre público e privado. **CADERNO DE PESQUISA**, v. 35, n. 124, p. 33-42, jan/abr. 2005. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 ago. 2020.

EIRAS, Suélen Barboza. **Significados de um projeto social esportivo**: O caso do projeto esporte em ação – núcleo vila torres. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Reconfigurações do público e do privado: mutações da sociedade tecnológica contemporânea. *In*: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, X, 2001, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF: COMPOS, 2001.

FERREIRA, Angela Lucía de Araújo; MARQUES, Sônia. Público e Privado: Inovação espacial ou social? **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 4, n. 69, ago. 2000. Disponível em: < <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/228/205>>. Acesso em: 01 set. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, v.1, n.1, 1997. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831997000200008>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**. La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Tradução: Carla Zollinger. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade**: como estudar. 3. ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea**: uma história concisa. 1. ed. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar./abr.1995. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

GREENWOOD, Ernest. Métodos de investigação empírica em sociologia. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. XXV, n. 2, p. 541-574, maio/ago., 1963. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K2IAE9wd1Ui39AM8.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GROENENDAAL, Peter. Pessoas: a força dos mercados. *In*: **Cidade ao nível dos olhos: Lições para Plinths**. 2. ed. Tradução: Paulo Horn Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HAM, Sander van der; ULDEN, Eric van. Zonas Híbridas tornam as ruas pessoais. *In*: **Cidade ao nível dos olhos: Lições para Plinths**. 2. ed. Tradução: Paulo Horn Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HANKINS, Katherine B.; POWERS, Emily M. The Disappearance of the State from “Livable” Urban Space. **Antipode**, v. 4, n. 5. Oct. 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.2009.00699.x>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

HAPNER, Alexandre. O espaço livre corporativo em São Paulo – o conceito de espaço livre particular de uso público. **Paisagem e Ambiente**, n. 23, jun. 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/87820>>. Acesso em: 01 set. 2019.

HARVEY, David. The Political Economy of Public Space. *In*: LOW, S.; SMITH, N. (eds). **The Politics of Public Spaces**. New York: Routledge, 2005. Disponível em: <<http://davidharvey.org/?s=THE+POLITICAL+ECONOMY+OF+PUBLIC+SPACE>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. Tradução: Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Maria. A questão do público e privado. **Casa do Saber**, jul. 2019.

Entrevista. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=sNYH_SGig7A>.

Acesso em: 01 set. 2019.

HUANG, Te-Sheng; FRANCK, Karen A. Let's meet at Citicorp: can privately owned public spaces be inclusive? **Journal of Urban Design**, fev. 2018. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/322898546_Let's_meet_at_Citicorp_can_privately_owned_public_spaces_be_inclusive>. Acesso em: 01 set. 2019.

INDOVINA, Francesco. O espaço público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades – comunidades e territórios**, n. 5, dez. 2002. Disponível em: <

<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2. ed. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KARSSEMBERG, Hans; LAVEN, Jeroen; GLASER, Meredith; VAN 'HOFF, Mattijs. **A cidade ao nível dos olhos: Lições para os Plinths**. 2. ed. Tradução: Paulo Horn Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LAREDO, Roberta. **Construindo o espaço público contemporâneo: o caso da praça Vitor Civita**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do Espaço Público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaços & Debates**, v. 25, n. 46, jan./jul., 2005, p. 33-44.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 5. ed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. Paisagem da zona costeira do bairro de Ponta Negra cidade de Natal/RN: Uso e ocupação do solo de 1970 a 2012. **Revista de Geografia**, v. 4, n. 1, 2014, p. 1-9. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17949>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MADANIPOUR, Ali. **Public and Private Spaces of the City**. London and New York: Taylor and Francis e-Library, 2005.

MAINERS, Wilhelm Eduard Milward de Azevedo; GARBOSSA, Renata Adriana; ROSANELI, Alessandro Filla. Espaço público de propriedade privada em Curitiba-PR: o Boulevard da NeoSuperquadra. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 17, 2020. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/4330>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MANHÃES, Viviane Rangel Ribeiro; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A expansão dos condomínios horizontais privados no campo dos Goytacazes-RJ. *In*: Encontro Nacional de Pós-Graduação Em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** Natal: ENANPUR, 2017.

MINTON, Anna. **The privatization of public space**. London: RICS, 2006. Relatório técnico. Disponível em: < <https://www.annaminton.com/single-post/2016/05/03/What-Kind-of-World-are-We-Building-The-Privatisation-of-Public-Space>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MITCHELL, Don. The end of public space? People's Park, definitions of the public and democracy. **Annals of the Association of American Geographers**, Cambridge, v. 85, n. 1, p. 108-133, mar. 1995. Disponível em: < <http://sites.middlebury.edu/igst404/files/2014/01/Mitchell-End-of-Public-Space.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MOREIRA, Herivelto. Critérios e estratégias para garantir o rigor na pesquisa qualitativa. **Revista Brasileira de Ensino em Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 405-424, jan./abr. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/6977>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NÉMETH, Jeremy. Defining a Public: The Management of Privately Owned Public Space. **Urban Studies**, 2009. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0042098009342903>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

NÉMETH, Jeremy; SCHMIDT, Stephen. Space, The privatization of public space: modeling and measuring publicness. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 38, 2011, p. 5-23.

Nyc Planning. Disponível em: <<https://www1.nyc.gov/site/planning/plans/pops/pops.page>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NYCOLLAS, Renee; TROINA, Marat. A alma encantadora das ruas da Rocinha. *In*: **Cidade ao nível dos olhos: Lições para Plinths**. 2. ed. Tradução: Paulo Horn Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

OLIVEIRA, Luciana; PISANI, Maria Augusta Justi. **Paisagem e Ambiente**, n. 39, out. 2017, p. 113-132. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/122844>>. Acesso em: 01 set. 2019.

ONU-HABITAT. **Documentos temáticos da Habitat III 11- Espaço Público**. Nova York, 2015. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/11-Espa%C3%A7o-P%C3%ABlico_final.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

POL, Enric. La apropiación del espacio. In: ÍNIGUES-RUEDA, Lupicinio; POL, Enric. **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996.

Project for Public Space. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/grplacefeat>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra aos nossos dias**. Tradução: Denise Bottmann; Dorothée de Bruchard, posfácio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações do território, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Concurso para obtenção do título de livre docente em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; CUSTÓDIO, Vanderli; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; MACEDO, Silvio Soares; GONÇALVES, Fabio Mariz; GALENDER, Fany; DEGREAS, Helena; DA SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da; PRETO, Maria Helena; AKAMINE, Rogério. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TANGARI, V. R.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2009. p. 85-99.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; MEYER, João Fernandez Pires; MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres de Fruição Pública: Novas Instrumentos Municipais. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação Em Planejamento Urbano e Regional, XVI, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANPUR, 2015.

RABOTNIKOF, Nora. Lo público hoy: lugares, lógicas y expectativas. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 32, set. 2008. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/288>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

RAPOPORT, Amos. **Human aspects of Urban Form**. Towards a Man – Environment Approach to Urban Form and Design. Oxford: Pergamon Press, 1977.

RÊGO, Marco Antônio Vasconcelos. Aspectos históricos dos estudos caso-controle. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 4, p. 1017-1024, jul./ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2001000400036&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 jul. 2020.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O público e o privado. **Revista de comunicação e linguagens 2**, dez. 1985. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=2>. Acesso em: 28 dez. 2019.

RODRIGUES, Giselly Barros. **Aberto ao Público? Espaços privados de uso público em São Paulo e Nova Iorque**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Giselly Barros. Espaços de usufruto público nos empreendimentos privados: integração ou segregação. **Minha cidade**, São Paulo, n. 184.04, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.187/5935>>. Acesso em: 01 set. 2019.

ROSANELI, Alessandro Filla; Conflitos, desajustes e generosidade nas ruas da região metropolitana de Curitiba. In: ROSANELI, A. F.; BARNABÉ, P. M. M. (Org). **Textos sobre Curitiba**. Investigações sobre a cidade e seus arredores. Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 11-34.

ROSANELI, Alessandro Filla; DALMOLIN, Gláucia Helena; FARIA, Débora Raquel. O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos Enanpur. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação Em Planejamento Urbano e Regional, XVIII, 2019, Natal. **Anais...** Natal: ENANPUR, 2019.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM, 1985.

SCHLACK, Elke. Producción privada de espacio público: espacios privados de uso público y la planificación por incentivos. **Revista de Arquitectura**, v. 17, n. 24, 2011. p. 18-25. Disponível em: <<https://dearquitectura.uchile.cl/index.php/RA/article/view/26909>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SCHMIDT, Stephan. World Wide Plaza: The corporatization of urban public space. **IEEE Technology and Society Magazine**, p. 17-18, 2004. Disponível em: <<https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=1337879>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SCHMIDT, Stephen; NÉMETH, Jeremy. Space, Place and the City: Emerging Research on Public Space Design and Planning. **Journal of Urban Design**, v. 15, n. 4, nov. 2010, p. 453-457.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Fas reabre casas de passagem para pernoite de pessoas em situação de rua. **Bem Paraná**, Curitiba, 23 outubro 2018. Disponível em: < <https://www.bemparana.com.br/noticia/fas-reabre-casa-de-passagem-para-pernoite-de-pessoas-em-situacao-de-rua#.Xn30YepKjIU>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SHI, Yi; ZHOU, Lei. Development and Reflection of POPS (Privately Owned Public Space) in New York City. *In*: 5th International Conference on Civil, Architectural and Hydraulic Engineering, 2016. Disponível em: < <https://www.atlantispress.com/proceedings/iccahe-16/25863116>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOLÀ-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos. *In*: HUET, Bernard et al. **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p.101-107.

SOUZA, André Felix. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**, n. 26, jul./set. 2018. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21005>>. Acesso em: 01 set. 2019.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de DaMatta: Descobrimos nossos mistérios ou sistematizando nossos enganos. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 16, n. 45, p. 47-67, fev. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000100003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 01 set. 2019.

THIBAUD, Jean-Paul. Ambiências de passagem – figuras, condutas, medidas. *In*: DUARTE, C. R.; VILLANOVA, R. (Org). **Novos olhares sobre o lugar**: ferramentas e metodologias, da arquitetura e antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 101-127.

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a cidade: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. **Ponto Urbe** [online], 31 dez. 2013. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/pontourbe/774>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

VALERA, Sergi. Espacio privado, espacio publico: Dialécticas urbanas y construcción de significados. **Polis research centre**, v. 6, 1999. p. 22-24. Disponível em: < <https://docplayer.es/16006361-Espacio-privado-espacio-publico-dialecticas-urbanas-y-construccion-de-significados-sergi-valera.html>>. Acesso em: 01 set. 2019.

VELLOSO, Rita. Apropriação, ou o urbano experiência. **Vitruvius**, ano 16, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949#:~:text=Apropria%C3%A7%C3%A3o%2C%20ou%20o%20urbano%2Dexperi%C3%Aancia.&text=Mas%2C%20sobretudo%2C%20a%20moldura%20filos%C3%B3fica,%C3%A9%20exerc%C3%ADcio%2C%20%C3%A9%20em%20ato.>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

WHYTE, Willian Hollingsworth. **The social life of urban spaces**. New York: Project for Public Spaces, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. Por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/Imprensa oficial do estado, 2000.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa**: Do início ao fim. Tradução: Daniel Bueno. Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/proposta>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CURITIBA. Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão no Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em: < <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/legislacao-zoneamento/220>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CURITIBA. Lei nº 15.511, de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: < http://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D311/D311_015_BR.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro/gestao-urbana/plano-diretor-estrategico>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

TEREZINA. Lei complementar nº 5.481, de 20 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o Plano Diretor de Terezina, denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT”, e dá outras providências. Disponível em: <
<https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/02/Lei-n%C2%BA-5.481-Comp.-de-20.12.2019-PDOT.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

RECIFE. Projeto de Lei nº 28/2018. Institui o Plano Diretor do Município de Recife, revogando a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em <
https://planodiretor.recife.pe.gov.br/sites/default/files/inline-files/Projeto-de-Lei-Plano-Diretor-do-Munic%C3%ADpio-do-Recife-2018_3.pdf>. Acesso em 01 mai 2020.

SALVADOR. Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

ANEXO 1

CURITIBA – PR

1. LEI 14.771/2015 - PLANO DIRETOR DE CURITIBA

1.1. CAPÍTULO 4: DA PAISAGEM URBANA E DOS USOS DO ESPAÇO PÚBLICO:

- **SUBSEÇÃO ÚNICA: Da Fruição Pública de Lotes Privados;**



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



XVI - promover ações de apoio a exposição e comercialização de produtos de ordem artística e social em espaços públicos;

XVII - promover estudos para fomentar o centro tradicional com novas tecnologias;

XVIII - implementar ações integradas sobre a importância da separação adequada do lixo e o descarte em locais apropriados;

XIX - promover meios e estudos para a ocupação dos espaços públicos e do mobiliário urbano para a realização de atividades de natureza cultural, social, esportiva, artística e afins, com respeito à universalidade de acesso, de forma integral e gratuita, mediante prévia comunicação e de forma desburocratizada, na forma da lei;

XX - aprimorar a articulação com as demais esferas do Governo, órgãos e entidades, públicos e privados, para o desenvolvimento de medidas e políticas que promovam a ocupação dos espaços públicos, como meio de redução da violência urbana;

XXI - promover estudos para a implantação de calçadas em áreas de interesse social mediante o pagamento de contribuição de melhoria;

XXII - qualificar os usos de espaços urbanos para instalação de internet gratuita, via wi-fi ou tecnologia superior, implantando o acesso nas escolas e bibliotecas municipais em até 4 (quatro) anos, e nos demais equipamentos públicos conforme plano de ação e metas.

Subseção Única

Da Fruição Pública de Lotes Privados

Art. 75. Deverá ser estimulada a fruição pública de lotes privados, ao tornar áreas particulares em áreas de uso público, com o propósito de promover a qualificação urbana e ambiental por meio da criação de áreas de sociabilidade, redução de deslocamentos, diversificação de usos e formas de implantação de edificações.

Art. 76. A área destinada à fruição pública será convertida, até o seu dobro, como área não computável a ser utilizada no próprio lote, até o limite estabelecido na legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo, desde que observados os seguintes critérios:

I - a área destinada à fruição pública deverá ter, no mínimo, 50 m² (cinquenta metros quadrados) e estar localizada junto ao alinhamento da via, ao nível do passeio público, sem qualquer obstrução de acesso e não ocupada por construções e/ou estacionamento de veículos;

II - a área destinada à fruição pública deverá permanecer aberta, mobiliada e equipada com infraestrutura compatível para uso de pedestres tais como bancos, mesas, paraciclos, paisagismo, etc.;

III - a conservação e manutenção da parte cedida será de responsabilidade do proprietário;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



IV - o limite disposto no caput deste artigo será limitado à 20% (vinte por cento) do lote.

CAPÍTULO V

DA HABITAÇÃO

Art. 77. A política de habitação tem por objetivo estabelecer as ações do Poder Público e da iniciativa privada para garantir o direito social à moradia para o conjunto da população.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, entende-se por direito social à moradia o acesso a habitação com atendimento de parâmetros mínimos de qualidade e garantia na segurança jurídica da posse, dotada de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, e disponível a um custo acessível.

Art. 78. São diretrizes gerais da política municipal de habitação:

I - regular o solo urbano para promover o cumprimento da função social da propriedade e do direito social à moradia em consonância com o disposto no Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor;

II - estimular a construção e requalificação de habitações pelo Poder Público e pela iniciativa privada;

III - priorizar a ocupação das áreas já infraestruturadas que estejam não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, através da aplicação de instrumentos de política urbana;

IV - assegurar a integração da política de habitação com as demais políticas públicas, em especial as de desenvolvimento urbano e regional, de mobilidade, de geração de emprego e renda, sociais e ambientais;

V - atuar de forma integrada com as políticas habitacionais dos municípios da região metropolitana de Curitiba, com prioridade para os integrantes do NUC - Núcleo Urbano Central, visando à distribuição equilibrada da população no território metropolitano;

VI - revisar e atualizar o Plano Setorial de Habitação, elencando as ações necessárias para efetivação das diretrizes da política habitacional contidas neste Plano Diretor, através de procedimentos e metas de curto, médio e longo prazo.

Seção Única

ANEXO 2

CURITIBA – PR

1. LEI 15.511/2019 – LEI DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

1.1. CAPÍTULO 2: DOS EIXOS ESTRUTURANTES

- SEÇÃO III e IV: Do Eixo Marechal Floriano Peixoto (EMF) e Do Eixo Presidente Affonso Camargo (EAC);

1.2. CAPÍTULO 3: DOS EIXOS DE ADENSAMENTO

- SEÇÃO II e III: Do Eixo de Adensamento Engenheiro Costa Barros (EACB) e do Eixo Conector (ECL-3);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

§ 1º Os critérios de uso e ocupação do solo para o Eixo Nova Curitiba variam de acordo com a localização do lote na via central, via externa ou outras vias, conforme os Quadros IV a V, em anexo, parte integrante desta Lei.

§ 2º Para empreendimentos habitacionais que apresentarem densidade superior a 200 (duzentas) habitações por hectare, será admitido o acréscimo de até 1 (um) coeficiente de aproveitamento, proporcionalmente ao número de habitações acrescidas, até o máximo de 300 (trezentas) habitações por hectare, de caráter não oneroso.

Art. 16. As edificações com testada para as vias externas deverão observar um recuo predial de, no mínimo, 10,00 m (dez metros), para a implantação da via local, de acordo com o projeto das vias externas.

§ 1º Será obrigatória a implantação da via local para todos os usos, com exceção de habitação unifamiliar.

§ 2º A área correspondente à via local deverá ser revertida sem ônus ao domínio público e o seu potencial construtivo será incorporado ao do lote remanescente.

§ 3º O novo alinhamento do lote fica definido pelo recuo de 10,00 m (dez metros), o qual corresponderá à área para implantação da via local, não sendo exigido recuo para essa via.

Art. 17. O Conselho Municipal do Urbanismo - CMU, ouvido o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC em conjunto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, analisará a ocupação dos terrenos integrantes do Setor Especial de Áreas Verdes, definindo os critérios para a implantação da via local.

Seção III

Do Eixo Marechal Floriano Peixoto - EMF

Art. 18. O Eixo Marechal Floriano Peixoto - EMF constitui-se num eixo de desenvolvimento urbano de ocupação mista de média densidade, caracterizado por uma via central, composta pela canaleta exclusiva para o transporte de alta capacidade, duas pistas de circulação para atendimento às atividades lindeiras e outras vias que delimitam o setor.

§ 1º Os critérios de uso e ocupação do solo para o Eixo Marechal Floriano Peixoto - EMF são os estabelecidos no Quadro VI, em anexo, parte integrante desta Lei.

§ 2º Nos empreendimentos situados na testada da Av. Marechal Floriano Peixoto será obrigatória a implantação de fruição pública de lotes privados, conforme projeto específico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e regulamentação própria.

Seção IV

Do Eixo Presidente Affonso Camargo - EAC

Art. 19. O Eixo Presidente Affonso Camargo - EAC constitui-se em um eixo de desenvolvimento urbano de ocupação mista, localizado no prolongamento do Eixo Estrutural, caracterizado por:

I - uma via central, composta pela canaleta exclusiva para o transporte de alta capacidade, e uma pista de tráfego para atendimento às atividades lindeiras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

II - uma via em desnível em relação à canaleta de transporte, separada pela Via Férrea Curitiba - Paranaguá;

III - outras vias que delimitam o setor.

§ 1º Os critérios de uso e ocupação do solo para o Eixo Presidente Affonso Camargo - EAC são os estabelecidos nos Quadros VII a VIII, em anexo, parte integrante desta Lei.

§ 2º Nos empreendimentos situados na testada da Av. Presidente Affonso Camargo, será obrigatória a implantação de fruição pública de lotes privados, conforme projeto específico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e regulamentação própria.

Seção V

Do Eixo Metropolitano Linha Verde - EMLV

Art. 20. O Eixo Metropolitano Linha Verde - EMLV caracteriza-se por um eixo viário de integração da Região Metropolitana de Curitiba, constituído por um sistema com linha de transporte coletivo em pista exclusiva, vias marginais, vias locais de acesso às atividades e ciclovia, tendo esse eixo tratamento exclusivo através da Operação Urbana Consorciada aprovada pela Lei nº 13.909, de 2011, alterada pela Lei nº 14.773, de 2015.

Art. 21. Para as áreas delimitadas no mapa anexo e parte integrante desta Lei e pela Operação Urbana Consorciada Linha Verde, ficam definidas as seguintes zonas e setores de uso:

I - Polo da Linha Verde (POLO-LV) - compreende as áreas de ocupação diferenciada de média e alta intensidade onde se pretende adensamento, verticalização e predominância de usos comerciais e de serviços, com edificações de altura livre;

II - Setor Especial da Linha Verde (SE-LV) - compreende um eixo de adensamento localizado ao longo da Linha Verde, entre os polos, onde se pretende ocupação diferenciada de média e alta intensidade, verticalização e predominância de uso habitacional, com edificações de altura livre;

III - Zona de Transição da Linha Verde (ZT-LV) - compreende as áreas limítrofes ao Setor Especial da Linha Verde (SE-LV) e Polos da Linha Verde (PÓLOS-LV), caracterizando-se como zona de amenização do impacto de uso e ocupação do solo, onde se pretende ocupação de média densidade e verticalização limitada, com predominância de uso habitacional;

IV - Zona Especial Desportiva (ZED) - compreende um grande espaço físico cuja ocupação se caracteriza pela existência de edificações e equipamentos de uso institucional, voltados às atividades desportivas, onde se pretende ocupação com predominância de usos comunitários, habitação transitória e comercial, com verticalização limitada;

V - Zona Residencial 4 (ZR-4) - compreende as áreas limítrofes ao Eixo Estrutural e se caracteriza como zona de amenização do impacto de uso e ocupação do solo, onde se pretende a ocupação de média densidade e verticalização limitada, com predominância de uso habitacional;

VI - Zona de Serviço 2 (ZS-2) - compreende as áreas ao longo da Rodovia BR-476, destinadas à implantação de atividades comerciais e de serviços gerais que, devido ao seu porte e natureza, exijam confinamento em áreas próprias ou sejam geradoras de tráfego pesado;

VII - Zona Industrial (ZI) - compreende as áreas ao longo da rodovia BR-476, destinadas à implantação de atividades industriais.



Parágrafo único. Os critérios de uso e ocupação do solo das zonas e setores afetos à Ocupação Urbana Consorciada são aqueles reproduzidos da Lei nº 13.909, de 2011, alterada pela Lei nº 14.773, de 2015, e se encontram no Quadro IX, em anexo, parte integrante desta Lei.

CAPITULO III

DOS EIXOS DE ADENSAMENTO

Art. 22. Os Eixos de Adensamento são áreas complementares à estruturação linear da cidade, caracterizados como corredores de ocupação mista e de média densidade, tendo como suporte os sistemas de circulação e de transporte, existentes ou planejados.

Art. 23. Os Eixos de Adensamento compreendem as áreas definidas no Mapa de Zoneamento, em anexo, parte integrante desta Lei, com as seguintes denominações:

- I - Eixo de Adensamento Comendador Franco - EACF;
- II - Eixo de Adensamento Engenheiro Costa Barros - EACB;
- III - Eixos Conectores - EC.

Seção I

Do Eixo de Adensamento Comendador Franco - EACF

Art. 24. O Eixo de Adensamento Comendador Franco - EACF se subdivide em:

- I - terrenos com testada para a Av. Comendador Franco;
- II - terrenos com testada para as demais vias.

Parágrafo único. Os critérios de uso e ocupação do solo para o Eixo de Adensamento Comendador Franco - EACF são os estabelecidos no Quadro X, em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 25. Nos terrenos com frente para a Av. Comendador Franco, somente poderá ser autorizada a ocupação com implantação da via local, conforme projeto determinado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

§ 1º A área correspondente à via local deverá ser revertida sem ônus ao domínio público e o seu potencial construtivo será incorporado ao do lote remanescente.

§ 2º O novo alinhamento predial do lote fica definido pelo projeto da via Av. Comendador Franco.

§ 3º O Conselho Municipal de Urbanismo - CMU, ouvido o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, poderá dispensar a implantação da via local nos casos em que a mesma seja considerada inviável, especialmente em razão do tamanho da testada, topografia e área verde, mantendo-se a obrigação de transferir a área ao Município.

Seção II

Do Eixo de Adensamento Engenheiro Costa Barros - EACB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Art. 26. O Eixo de Adensamento Engenheiro Costa Barros - EACB está definido em mapa anexo, parte integrante desta Lei.

§ 1º Os critérios de uso e ocupação do solo do Eixo de Adensamento Engenheiro Costa Barros - EACB são os constantes do Quadro XI, em anexo, parte integrante desta Lei.

§ 2º Nos empreendimentos situados na testada da Rua Engenheiro Costa Barros e Rua Desembargador Mercer Júnior, será obrigatória a implantação de fruição pública de lotes privados, conforme projeto específico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e regulamentação própria.

Seção III

Dos Eixos Conectores - EC

Art. 27. Os Eixos Conectores - EC caracterizam-se como eixos de ocupação mista, de média densidade habitacional, dispostos no sentido Leste-Oeste, com a função de conexão entre a Cidade Industrial de Curitiba, eixos estruturantes e eixos de adensamento, conformando uma malha de transporte, sistema viário e ocupação urbana, denominados Eixos Conectores Leste e Oeste 1, 2, 3 e 4, e Eixos Conectores Sul 1 e 2.

Art. 28. O Mapa de Zoneamento, em anexo, já define os seguintes Eixos Conectores:

I - Eixos Conectores Oeste 1, 2, 3 e 4 - ECO-1-2-3-4;

II - Eixo Conector Leste 3 - ECL-3;

III - Eixo Conector Sul 1 - ECS-1.

Art. 29. Nos futuros Eixos Conectores Leste 1 e 2 - ECL-1-2 e Eixo Conector Sul 2 - ECS-2, os usos e parâmetros referentes aos Quadros XIII a XIV, em anexo, parte integrante desta Lei, somente poderão ser utilizados a partir da implantação do sistema viário projetado.

Art. 30. Os Eixos Conectores Leste 1 e 2 - ECL-1-2 e Eixo Conector Sul 2 - ECS-2 poderão ser objeto de Plano de Desenvolvimento Regional - PDR.

Art. 31. A Prefeitura Municipal de Curitiba poderá solicitar a transferência sem ônus para o patrimônio público das áreas necessárias para a implantação do sistema de circulação viária, sendo que o potencial construtivo das áreas atingidas poderá ser incorporado ao terreno remanescente ou compensado com o instrumento da transferência do direito de construir.

Art. 32. Os critérios de uso e ocupação do solo para os Eixos Conectores são os contidos nos Quadros XII a XIV, em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 33. Nos empreendimentos situados no **Eixo Conector Leste 3** com testada para a Av. Presidente Wenceslau Braz será obrigatória a implantação de fruição pública de lotes privados, conforme projeto específico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e regulamentação própria.

TÍTULO III

DAS ZONAS